

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE - CCBS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECOTURISMO E CONSERVAÇÃO
– PPGEC

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

VIVÊNCIAS COM A NATUREZA E O GUIAMENTO TURÍSTICO EM ÁREAS
NATURAIS

MAXIMIANO LINS PRATES

Rio de Janeiro

2018

MAXIMIANO LINS PRATES

**VIVÊNCIAS COM A NATUREZA E O GUIAMENTO TURÍSTICO EM ÁREAS
NATURAIS**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Ecoturismo e Conservação do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde da UNIRIO, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Michelle Cristina Sampaio

Coorientador: Prof. Dr. Daniel Fonseca de Andrade

Rio de Janeiro

2018

MAXIMIANO LINS PRATES

Catálogo informatizada pelo(a) autor(a)

L912 Lins Prates, Maximiano
VIVÊNCIAS COM A NATUREZA E O GUIAMENTO TURÍSTICO
EM ÁREAS NATURAIS / Maximiano Lins Prates. -- Rio
de Janeiro, 2018.
163

Orientadora: Michelle Cristina Sampaio.
Coorientadora: Daniel Fonseca de Andrade.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do
Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação
em Ecoturismo e Conservação, 2018.

1. Aprendizagem Sequencial. 2. Conservação. 3.
Visita guiada. 4. Guia de Turismo. 5. Natureza. I.
Cristina Sampaio, Michelle, orient. II. Fonseca de
Andrade, Daniel, coorient. III. Título.

**VIVÊNCIAS COM A NATUREZA E O GUIAMENTO TURÍSTICO EM ÁREAS
NATURAIS**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Ecoturismo e Conservação do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde da UNIRIO, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre.

Aprovado(a) em:

Banca Examinadora:

Dra. Michelle Cristina Sampaio

Dr. Daniel Fonseca de Andrade

Dra. Camila Maria dos Santos Moraes (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO)

Dra. Ana Paula da Silva (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro - IFRJ)

Dr. Marcelo Borges Rocha (Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - CEFET/RJ)

RESUMO

A presente pesquisa apresentou um estudo teórico e prático sobre as possibilidades de atuação do Guia de Turismo no campo do ecoturismo enquanto mediador de visitação em áreas naturais ao promover “Vivências com a Natureza”, entendidas como um conjunto de práticas, abordagens, comportamentos e princípios éticos de convivência com ambientes naturais, ou ainda uma maneira de se enxergar o mundo e uma abordagem pedagógica no âmbito da educação ambiental vivencial, na qual a Natureza é um laboratório de afetos e emoções e o foco está nas interações mais profundas com ela e não apenas nela. A pesquisa teve como objetivo geral conhecer de que forma as “Vivências com a Natureza” influenciam os guiamentos turísticos realizados em áreas naturais. De maneira específica, objetivou verificar a aplicabilidade da metodologia da Aprendizagem Sequencial - AS em relação à “Vivências com a Natureza” durante guiamentos turísticos em áreas naturais e identificar as percepções dos sujeitos de pesquisa a respeito de “Vivências com a Natureza” durante trilha ecológica. Como procedimentos metodológicos, foram realizados pesquisa exploratória e levantamento bibliográfico. Foi empregada ainda a observação direta intensiva durante Estudo de Caso na Restinga da Massambaba, no município de Arraial do Cabo-RJ, em trilha ecológica localizada em área de restinga do Parque Estadual da Costa do Sol Anita Mureb - PECS. Além disso, houve a formação de Grupos Focais e a utilização de processos participativos utilizados e desenvolvidos pela rede A Arte de Anfitriar - AoH (*The Art of Hosting*) para a geração e coleta de dados. A técnica da Análise de Conteúdo foi a base para a interpretação e análise das percepções de 33 sujeitos no Estudo de Caso, no qual foram realizados 7 guiamentos turísticos. Os resultados revelaram ter havido o aprofundamento do contato e das interações com o meio natural, identificados pela ampliação das percepções sensoriais dos participantes da pesquisa, entre elas o afloramento de sentimentos de paz, acolhimento, renovação, refazimento, tranquilidade, leveza, relaxamento, calma, renascimento e cuidados em relação à Natureza. Verificou-se através do estudo a efetividade da Aprendizagem Sequencial no âmbito do ecoturismo, bem como a percepção, pelos sujeitos da pesquisa, de que o Guia de Turismo, no tocante ao seu papel usual de transmitir informações e conteúdos, não foi entendido como imprescindível, confirmando-se assim a hipótese de que as “Vivências com a Natureza” constituem-se em maneira diferenciada e satisfatória de se promover guiamentos turísticos em áreas naturais em relação às técnicas mais utilizadas de condução de grupos e à interpretação ambiental, além de favorecerem a Educação Ambiental e a conservação no âmbito das atividades turístico-recreativas.

Palavras-chave: Aprendizagem Sequencial. Conservação. Visita Guiada. Guia de Turismo. Natureza.

ABSTRACT

The present research presented a theoretical and practical study about the possibilities of the Tourism Guide in the field of ecotourism as mediator of visitation in natural areas by promoting "Experiences with Nature", understood as a set of practices, approaches, behaviors and ethical principles of coexistence with natural environments, or a way of seeing the world and a pedagogical approach in the field of experiential environmental education, in which Nature is a laboratory of affections and emotions and the focus is on the deeper interactions with it and not just in it. The main objective of the research was to know how the "Experiences with Nature" influence the tourism guidance carried out in natural areas. Specifically, it aimed to verify the applicability of the Flow Learning methodology in relation to the "Experiences with Nature" during tour guidances in natural areas and to identify the research subjects' perceptions regarding "Experiences with Nature" during ecological trail. As methodological procedures, an exploratory research and bibliographical survey were carried out. Intensive direct observation was also used during Case Study at Restinga da Massambaba, in the city of Arraial do Cabo, RJ, in an ecological trail located in the restinga area of the State Park of Costa do Sol (PECS). In addition, there was the formation of Focal Groups and the use of participatory processes used and developed by The Art of Hosting (AoH) network for the generation and collection of data. The Content Analysis technique was the basis for the interpretation and analysis of the perceptions of 33 subjects in the Case Study, in which 7 tour guidances were made. The results revealed the deepening of the contact and interactions with the natural environment, identified by the amplification of the sensorial perceptions of the research participants, among them the emergence of feelings of peace, acceptance, renewal, reassurance, tranquility, lightness, relaxation, calmness, rebirth and care for nature. It was verified through the study the effectiveness of the Flow Learning in the scope of ecotourism, as well as the perception, by the subjects of the research, that the Guide of Tourism, with respect to its usual role of transmitting information and contents, was not understood as essential, thus confirming the hypothesis that the "Experiences with Nature" constitute a differentiated and satisfactory way of promoting tourism guidance in natural areas in relation to the most used techniques of group management and environmental interpretation, in addition of favoring Environmental Education and conservation in the scope of tourist and recreational activities.

Keywords: *Flow Learning. Conservancy. Guided Tour. Tourist Guide. Nature.*

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Localização do município de Arraial do Cabo no estado do Rio de Janeiro.....	73
FIGURA 2 - Vista aérea do município de Arraial do Cabo (RJ).....	74
FIGURA 3 - Mapa do Parque Estadual da Costa do Sol Anita Mureb e localização da Trilha da Restinga da Massambaba utilizada no presente estudo.....	78
FIGURA 4 - Distribuição espacial dos 4 núcleos do Parque Estadual da Costa do Sol.....	79
FIGURA 5 - Delimitação da Trilha da Restinga da Massambaba dentro dos limites do Parque Natural Municipal da Restinga da Massambaba, em área sobreposta ao Parque Estadual da Costa do Sol.....	80
FIGURA 6 - Diferentes tipos de marcações nos trechos com maior potencial para a realização das vivências na área de abrangência dos pontos interpretativos já previamente utilizados na trilha durante a ETAPA II: A- Crachá de plástico (de 10 cm x 7 cm); B- Barbante C- Retalhos de pano.....	94
FIGURA 7 - A- Entrada do Parque Natural Municipal da Restinga da Massambaba B- Ponto inicial do guiamento e local da VIVÊNCIA 1.....	100
FIGURA 8 - A,B,C,E,G,H,I - Calçados e resíduos sólidos encontrados em trechos da trilha localizados no interior da restinga. D, F- Resíduos na entrada do Parque Natural Municipal da Restinga da Massambaba.....	107
FIGURA 9 - A, D, F- Resíduos domiciliares e da construção civil ao longo da trilha. B- Resíduos no trecho de restinga que dá acesso ao Canal da Álcalis. C, E- Lixo na entrada do Parque Natural Municipal da Restinga da Massambaba. G, H, I- Surgimento de um “lixão” repentino próximo ao estacionamento de ônibus de turismo.....	108
FIGURA 10 - Roteiro da Trilha da Restinga da Massambaba com a distribuição das vivências elaborado durante a fase das visitas técnicas (ETAPAS I, II E III).....	110
FIGURA 11 - A,B,C - Local de realização da VIVÊNCIA 1 (<i>Check-in</i>). D,E,F - local de realização da VIVÊNCIA 2 (Mapa Sonoro). G,H,I - Local da VIVÊNCIA 3 (Câmera). J,K,L -Locais e pontos de passagem da VIVÊNCIA 4 (Caminhada Silenciosa). M,N,O - Local de realização da VIVÊNCIA 5 (Aromas e Toques).....	111

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Detalhamento da tipologia dos Guias de Turismo e classificação relativa às suas funções e formas de atuação.....	42
QUADRO 2 - Diferentes fases da Metodologia da Aprendizagem Sequencial. (RJ).....	59
QUADRO 3 - Relação de Unidades de Conservação do município de Arraial do Cabo (RJ).....	75
QUADRO 4 - Distribuição dos sujeitos por guiamento e tempo médio de duração.....	97
QUADRO 5 - Estrutura dos blocos de respostas/falas dos sujeitos da pesquisa no “ <i>Check-in</i> ” e na “ <i>Colheita</i> ”.....	113

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
1.1	Estrutura da pesquisa.....	24
1.2	Justificativa.....	26
1.3	Objetivos.....	27
1.3.1	Objetivo geral.....	27
1.3.2	Objetivos específicos.....	27
2	REFERENCIAL TEÓRICO	27
2.1	O Homem e a Natureza: uma reflexão teórica.....	28
2.2	Considerações sobre o ecoturismo e a conservação.....	31
2.3	Trilhas.....	38
2.4	A atividade de Guia de Turismo.....	40
2.4.1	Tipologia.....	42
2.4.1.1	O condutor de visitantes.....	43
2.4.1.2	O Guia especializado em atrativo turístico.....	46
2.4.2	Formação.....	47
2.5	Abordagens sobre as vivências relacionadas à Natureza.....	50
2.6	Vivências com a Natureza e seus saberes constitutivos.....	56
2.6.1	<i>Sharing Nature</i> e a Aprendizagem Sequencial - AS (<i>Flow Learning</i>).....	57
2.6.2	A Arte de Anfitriar Conversas (<i>Art of Hosting</i>).....	60
2.6.3	Educação Ambiental (EA).....	63
2.6.4	Estudos do Meio.....	67
2.6.5	Interpretação Ambiental (IA).....	69
2.6.6	Percepção Ambiental (PA).....	71
3	METODOLOGIA	73
3.1	Área de Estudo.....	73
3.1.1	O município de Arraial do Cabo.....	73
3.1.2	O Parque Estadual da Costa do Sol Anita Mureb - PECS.....	77
3.1.3	Caracterização ambiental da Trilha da Restinga da Massambaba.....	79
3.1.3.1	Clima.....	82
3.1.3.2	Geomorfologia e Solo.....	83
3.1.3.3	Flora.....	84
3.1.3.4	Fauna.....	85

3.2	Procedimentos e métodos.....	87
3.2.1	Geração e coleta dos dados.....	87
3.2.2	Interpretação e análise dos dados.....	90
3.3	Estudo de Caso.....	92
3.3.1	Visitas Técnicas.....	92
3.3.1.1	ETAPA I.....	93
3.3.1.2	ETAPA II.....	93
3.3.1.3	ETAPA III.....	94
3.4	Os guiamentos turísticos.....	95
3.4.1	Os sujeitos da pesquisa.....	95
3.4.2	Fase Convocatória.....	96
3.4.3	O descritivo das Vivências.....	98
3.4.3.1	Vivência 1 (“ <i>Check-in</i> ”).....	98
3.4.3.2	Vivência 2 (“Mapa Sonoro”).....	101
3.4.3.3	Vivência 3 (“Câmera”).....	102
3.4.3.4	Vivência 4 (“Caminhada Silenciosa”).....	103
3.4.3.5	Vivência 5 (“Aromas e Toques”).....	103
3.5	Dinâmica dos guiamentos por grupo.....	104
3.5.1	Guiamento 1.....	104
3.5.2	Guiamento 2.....	104
3.5.3	Guiamento 3.....	104
3.5.4	Guiamento 4.....	104
3.5.5	Guiamento 5.....	105
3.5.6	Guiamento 6.....	105
3.5.7	Guiamento 7.....	106
4	RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	107
4.1	Roteiro final da trilha (produto técnico).....	108
4.2	As percepções dos sujeitos.....	112
4.2.1	Análise de Conteúdo nas categorias iniciais.....	114
4.2.1.1	(Auto)reflexão/(auto)crítica.....	114
4.2.1.2	Sentimentos/emoções.....	115
4.2.1.3	Atuação do Guia/metodologia.....	117
4.2.1.4	Informação/conteúdo.....	123

4.2.1.5	Compartilhamento.....	125
4.2.1.6	Conhecimento territorial local/pertencimento.....	126
4.2.1.7	Lixo/intervenções antrópicas.....	128
4.2.1.8	Percepções Gerais.....	131
4.2.1.9	Conservação/biodiversidade.....	134
4.2.1.10	Gestão/uso público.....	136
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	141
6	CONCLUSÕES	145
7	REFERÊNCIAS.....	147
8	APÊNDICE I - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	163

AGRADECIMENTOS

A Deus e a Jesus de Nazaré, por tanta misericórdia e zelo para comigo, me sustentando nos muitos momentos difíceis e críticos dessa caminhada. Aos meus pais, que me deram a vida e pelo muito que fizeram para que o meu caminho e de meus irmãos fosse o mais suave e menos tortuoso possível. Pela minha querida filha Ligya, por quem dou a vida e a quem dedico esse mestrado. Ao meu irmão querido Dinho, pelas palavras de incentivo e por segurar a onda da casa e de nossa mãezinha para que eu pudesse chegar ao final com êxito. À minha irmã Malu, pelo apoio mesmo à distância e pelos *abstracts* salvadores. Pelos “Gumezinos”, minha família querida, que tanto vibram e torcem por mim. Ao meu irmão espiritual Wanderson Jardim, o Pequeno, meu melhor e sempre fiel amigo, pelas discussões teóricas valorosas, pelo incentivo, por me valorizar profissionalmente e ter renovado minha crença em mim mesmo. Ao meu amigo e irmão espiritual Guti, pelo apoio em todos os momentos. À Tereza e Caíque, pela hospedagem carinhosa e aquele precinho especial para mestrando no hostel. À minha querida amiga Zezé, pelas acolhidas, pelas inúmeras gargalhadas juntos e por sempre me fazer sorrir. Ao Jorge Galvão, pelas preciosas saídas de campo. A todos os amigos e Guias de Arraial do Cabo que de alguma forma deram a sua contribuição a esse trabalho. À Dely Barbeta, por ter sido tão importante na minha vida. A todos os funcionários e, sobretudo, ao corpo docente do PPGEC, da UNIRIO, pelo carinho, paciência e por terem colaborado de forma efetiva para esse produto acadêmico que doravante entrego. A todos os meus colegas de turma, por partilharem comigo essa espinhosa, porém compensadora estrada, em especial ao Luiz Affonso, pela ajuda preciosa na reta final. À querida professora Ana Paula da Silva, do IFRJ Arraial do Cabo, pela imensa generosidade, pelo apoio na elaboração do projeto que me permitiu a aprovação no mestrado e pela participação em minhas bancas de qualificação e defesa. Aos também membros da minha banca de defesa, professores Marcelo Borges, do CEFET-RJ, e Camila Moraes, da UNIRIO, pela generosidade, pronto aceite e pelas preciosas contribuições ao meu trabalho.

Por fim, aos meus orientadores Michelle Sampaio e Daniel Fonseca, pela enorme paciência que tiveram em face das minhas limitações, pelo atendimento às minhas inúmeras solicitações e dúvidas, e pelo carinho e bom convívio durante toda essa jornada. Não há palavras que possam expressar a minha gratidão nesse momento. Muito obrigado por tudo.

À Natureza, que confere razão de existir a essa pesquisa e pela qual lutarei até o fim dos meus dias.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AoH – *The Art of Hosting* (A Arte de Anfitriar)

APA - Área de Proteção Ambiental

ARIE - Área de Relevante Interesse Ecológico

AS - Aprendizado Sequencial ou Aprendizagem Sequencial

CADASTUR - Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos do Ministério do Turismo

CDV - Centros de Diversidade Vegetal

CDVCF - Centro de Diversidade Vegetal de Cabo Frio

CNA - Companhia Nacional de Álcalis

CNE - Conselho Nacional de Educação

COEP – Comitê(s) de Ética em Pesquisa

DIBAPE - Diretoria de Biodiversidade, Áreas Protegidas e Ecossistemas (INEA)

DN - Deliberação Normativa

EA - Educação Ambiental

EAD - Educação à Distância

ECO 92 - Conferência Mundial sobre Meio Ambiente de 1992

EPTNM - Educação Profissional Técnica de Nível Médio

EMBRATUR - Instituto Brasileiro de Turismo (Antiga Empresa Brasileira de Turismo)

FEEMA - Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente

FMMAC - Fundação Municipal de Meio Ambiente, Pesquisa, Ciência e Tecnologia de Arraial do Cabo

GEUC - Gerência de Unidades de Conservação

IA - Interpretação Ambientação

IBIO - Instituto de Biociências

ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

IFF - Instituto Federal Fluminense

IFRJ - Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro

INEA - Instituto Estadual do Ambiente

LAÇOS - Laboratório de Ações Sustentáveis

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LOMAC - Lei Orgânica Municipal de Arraial do Cabo
MMA - Ministério do Meio Ambiente
MONA - Monumento Natural
MTUR - Ministério do Turismo
NEA-BC - Núcleo de Educação Ambiental da Bacia de Campos
OMT - Organização Mundial do Turismo
PA - Percepção Ambiental
PECS – Parque Estadual da Costa do Sol Anita Mureb
PMMA- Plano Municipal de Recuperação e Conservação da Mata Atlântica
PNMRM – Parque Natural Municipal da Restinga da Massambaba
PNMT - Programa Nacional de Municipalização do Turismo
PNT - Plano Nacional de Turismo
PPGEC - Programa de Pós-Graduação em Ecoturismo e Conservação
PRODETUR - Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo
PROECOTUR - Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal
ProNEA - Programa Nacional de Educação Ambiental
REBIO - Reserva Biológica
RESEXMar - Reserva Extrativista Marinha
SEMA - Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Arraial do Cabo
SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SISBIO - Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade
SN - *Sharing Nature*
SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza
TBC - Turismo de Base Comunitária
TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TEASSRG - Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global
UC - Unidade de Conservação
UNIRIO - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
WTTC - *The World Travel & Tourism Council* (Conselho Mundial de Viagens e Turismo)

1 INTRODUÇÃO

A história do presente projeto inicia-se em 2005, quando após anos residindo na “selva de pedra” do Rio de Janeiro tomei a decisão de transferir-me com minha família para o município de Arraial do Cabo, localizado na Região da Baixadas Litorâneas do Estado do Rio de Janeiro, também conhecida como Região dos Lagos. A partir de 2006, passei a atuar no segmento que entendo ser a maior vocação desse município, o turismo, e entre 2009 e 2016, já como empreendedor, paralelamente atuei na administração pública municipal, nas áreas de Turismo e Meio Ambiente.

Nessa mesma época, começo a frequentar também a Restinga da Massambaba, que despertou meu interesse por ser muito diferente de todos os ambientes os quais eu estava acostumado a frequentar em minha cidade natal. Até tornar-me um Guia de Turismo credenciado, em 2015, a restinga foi um dos lugares que mais vezes visitei, fosse para uma solitária incursão exploratória de lazer, fosse para acompanhar alguns amigos que já eram Guias, condutores ambientais ou “mateiros”, profundos conhecedores da área, objetivando adquirir conhecimento com eles.

Esse conjunto de experiências acima narradas foi determinante em minha decisão de desenvolver maiores competências na área ambiental e voltar aos bancos escolares, o que veio a ocorrer também em 2015, quando fui aprovado para o curso de pós-graduação *Lato Sensu* em Ciências Ambientais em Áreas Costeiras, no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro – IFRJ, no *campus* Arraial do Cabo.

Um ano depois, abandono o curso e ingresso no mestrado na UNIRIO, quando, concomitantemente, inicio um novo empreendimento almejando cada vez mais me aproximar do segmento do ecoturismo. Meu projeto acadêmico inicial era uma proposta de Turismo de Base Comunitária – TBC e propunha a criação de um circuito de visitação às (ainda) remanescentes e cada vez mais escassas salinas do município.

Dois momentos de meu percurso acadêmico, no entanto, foram decisivos na mudança de rumo do presente trabalho: inicialmente, meu ingresso no Laboratório de Ações Sustentáveis – LAÇOS, coordenado por minha orientadora, através do qual comecei a travar contato com as metodologias participativas e quando ouvi pela primeira vez falar em vivências relacionadas à Natureza. Num segundo momento, a partir da leitura e análise crítica do capítulo “A concepção bancária da educação, seus pressupostos, sua crítica”, do livro

“Pedagogia do Oprimido”, de Paulo Freire, durante as aulas da disciplina Educação Ambiental – EA, ministrada no segundo semestre de 2016 por meu coorientador.

Os encontros semanais nesses importantes espaços de produção e pensar acadêmico, aliados às observações empíricas sobre meu próprio cotidiano profissional como Guia de Turismo atuante em áreas naturais, suscitaram em mim a percepção acerca de quanto eu e alguns colegas éramos (somos) ainda orientados pela informação e os conteúdos quando conduzindo pessoas ou grupos na Natureza, gerando também a curiosidade sobre outras possíveis formas de como conduzir-me e como conduzir (eco)turistas em áreas naturais. A dissertação que doravante apresento é a resultante acadêmica que conta o resto desta história.

Vivemos em um mundo cada vez mais conectado, racionalista e tecnológico e passamos significativo tempo de nossas vidas em frente às telas de TVs, *tablets*, *smarphones* e computadores, conduzindo nossa atenção para cada vez mais longe do mundo natural que nos cerca e afastando-nos cada vez mais de uma conexão com a Natureza. Quando a visitamos, terminamos por reproduzir esses mesmos comportamentos, ritmos, padrões de consumo e práticas urbanas no meio natural (MENDONÇA, 2000), banalizando a experiência turística, que vai se resumindo ao registro fotográfico para contabilização e posterior exibição dos lugares visitados, fazendo com que os turistas, ao retornar aos seus locais de origem, assistam “pela televisão aquilo que não viram com os olhos” (NEIMAN; MENDONÇA, 2000, p.26).

Ao teorizar acerca do olhar do turista em relação ao meio ambiente e sobre o consumo/fruição da Natureza, Urry (2002) destaca que a mesma fotografia, aliás, que possibilitou o desenvolvimento do turismo a partir da democratização das formas de se apreender e eternizar memórias de lugares visitados, sobretudo aqueles mais inóspitos ou ainda não poluídos pelo homem, foi também aquela que colaborou para um aumento da demanda de visitação e do fluxo de turistas a esses sítios em busca da “captura” de momentos especiais, provocando a degradação desses ambientes e paisagens, potencializando assim, segundo o autor, as contradições envolvidas na relação turismo x meio ambiente.

Assim, pensando sob a perspectiva abordada nos dois últimos parágrafos, as visitas ao meio natural são empreendidas a partir de um “olhar televisão”, um “olhar apático” (KRIPPENDORF, 2001, p.164), que condicionam o visitante e o impedem de perceber a exuberância da Natureza, suas nuances e sutilezas, e mergulhar em si próprio, estabelecendo uma nova forma de relação com a Natureza onde o sentir está à frente da razão (MENDONÇA, 1996). Enfim, o afasta da oportunidade de fruição de um novo olhar, de “encarar um conjunto de diferentes cenários, paisagens ou vistas de cidades que se situam fora

daquilo que para nós é comum”, os quais muitas vezes são subvalorizados em nossas viagens em favor de determinados bens de consumo e serviços que consideramos equivocadamente prazerosos e necessários (URRY, 1996, p.16).

Nesse sentido, é preciso repensar as maneiras de se realizar essa experiência e estimular que o viajante enxergue o processo de visitação sob uma nova perspectiva, na qual o ato de viajar ganha novo sentido ao despertar o turista para valores e atitudes que podem humanizar a viagem e conduzi-lo a uma percepção diferenciada dos atrativos, fazendo-o “sentir visceralmente os lugares visitados” (BOTELHO, 2007, p.72) e sensibilizando-o acerca da necessidade de conservação desses sítios. Mas como os Guias de Turismo que têm a Natureza como campo de atuação profissional relacionam-se com esses valores?

O perfil dos Guias de Turismo da era moderna vem mudando e esses profissionais deverão estar cada vez mais aptos para atuar enquanto agentes ativos desses processos de transformação, já que no século XXI ele será exigido em rela o   maneira de se comunicar com seu cliente, tendo que gradativamente migrar do papel do comunicador que   apenas emissor de mensagens para o de mediador da visitação de turistas cada vez mais exigentes, que demandarão dos Guias capacidades interpretativas e de lidar com o interculturalismo, além da habilidade de contextualizar informa es e transmitir emo es em seus guiamentos (WEILER; BLACK, 2015; WEILER, 2016).

Além disso, na era da tecnologia digital avançada, com a informa o cada vez mais acessível na internet, os consumidores estão ainda mais envolvidos com a customiza o e a defini o de seus próprios roteiros de viagens, processo no qual o Guia de Turismo também deverá ter cada vez maior participa o, o que o define como um co-criador da viagem (WEILER; BLACK, 2015; ANACLETO et al., 2013). Weiler e Black (2015) chamam a aten o ainda para uma nova ordem mundial no segmento do turismo: a cobrança por parte do turista de um maior comprometimento dos profissionais da cadeia produtiva do turismo - e obviamente isso inclui o Guia de Turismo – e das corpora es com questões  ticas e ambientais; o aumento do turismo filantrópico ou com a finalidade de financiamento a projetos ou causas locais e, ainda, o turismo de voluntariado. Atitudes que de alguma forma trazem subjacentes a ideia da sustentabilidade e conserva o e agregam valor positivo   experiência da visita o.

Por um outro lado, lembrando a necessidade de humaniza o das viagens preconizada por Krippendorf (2001), Botelho (2007, p.16) destaca a necessidade constante de se reconstruir, ressignificar e “considerar a viagem interior nas viagens turísticas”, entendidas nesse contexto como uma constante busca de reavalia o, de mergulho em si próprio, de

mudanças de valores que traduzir-se-ão em um outro olhar sobre o ato de viajar, fugindo do padrão tradicional de como empreendemos tal processo. No âmbito da visitação a áreas naturais, isso significa dizer, fugindo das generalizações, que parte dos ecoturistas adota uma “lógica do consumo do supermercado” e de paisagens ao escolher os destinos que deseja conhecer com base na avaliação quantitativa dos atrativos já visitados ou a visitar, nas possibilidades de conforto oferecidas e na preocupação com a qualidade do atendimento, fatores estes que podem banalizar e tornar absolutamente previsível a experiência de visitação, embotando possibilidades de novas experimentações com a Natureza (NEIMAN; MENDONÇA, 2000).

O Guia de Turismo, quando atua apresentando um atrativo, pode ser considerado um agente mediador da fruição de uma área natural ou “um agente pedagógico, pois ao conduzir grupos aos patrimônios histórico, cultural, ambiental ele proporciona ao visitante novos conhecimentos” (MONTES, 2013, p.21), ainda que não tenha total consciência disso ou não assuma formal e deliberadamente esse papel ou *persona*. Entretanto, ao proceder tal modo de atuação ele precisa ter o maior entendimento possível a respeito de suas práticas e das formas de exercer essa mediação, já que para que o ecoturismo exerça sua função educativa é necessário que ele “deixe de "preparar" os locais para receber o visitante e passe a prepará-lo para conhecer os locais” (NEIMAN; MENDONÇA, 2000, p.107) permitindo a ele ressignificar suas experiências de viagem para que possam, de fato, ser significativas, profundas, atuantes e fortaleçam a conservação, estabelecendo uma nova forma de relação com a Natureza, onde não haja a previsibilidade que embota possibilidades de outros tipos de experimentações no e com o meio natural .

Neiman e Mendonça (2000) destacam também que a crescente evolução do segmento do ecoturismo e de sua importância enquanto atividade educativa e de lazer têm aumentado na razão proporcional da necessidade de se repensar e promover avaliação e crítica sobre suas práticas. Dependendo da forma como é empreendida, a visitação a uma área natural pode exercer importante papel na vida dos seres humanos na medida em que se constitui em oportunidade de aguçarmos nossos órgãos sensoriais e sentimentos, de nos fazer refletir de que maneira nos relacionamos com as outras espécies e estamos inseridos na Natureza, observando o quanto ela é biodiversa, seus cheiros, suas formas e matizes e, nesse sentido, o ecoturismo pode ser um excelente aliado, haja vista que é possível observar que parte da humanidade vem buscando retomar o contato com a Natureza (MENDONÇA, 1996). Mas como o Guia de Turismo que atua em áreas naturais pode exercer essa mediação?

Por conta de nossa atuação profissional como Guia de Turismo e observações de natureza empírica, percebemos que usualmente a condução de grupos/pessoas para visitação a um atrativo natural   empreendida de duas formas. A primeira, baseada na transmissão direta de informa es e conteúdos sobre o atrativo, que são compartilhados com os visitantes pelo Guia partindo-se do pressuposto que os conhecimentos locais desse profissional agregam valor ao serviço prestado e ao passeio (PENA et al., 2013).

Esse tipo de condu o parece ainda orientar e (ou) influenciar a forma de atua o de muitos profissionais (COHEN,1985; MEIRA et al., 2018; NEIMAN, MENDONÇA, 2000; VALLE, 2003; LEME, 2010; HOLLOWAY, 1981). Percebemos no nosso cotidiano que essa maneira de empreender os guiamentos   feita por guias com pouca experiência ou por aqueles que desconhecem ou ainda não dominam as técnicas da segunda e mais comumente utilizada forma de se conduzir grupos/pessoas quando em incursões turísticas por ambientes naturais: a Interpreta o Ambiental - IA (ANDRADE, 2014; DELGADO, 2000; FOLMANN et al., 2010; HAM, 1992; IKEMOTO, 2008; VASCONCELLOS, 1997). Esses fatores supracitados fazem com que esses guias busquem reproduzir no ambiente natural as mesmas formas de atua o e técnicas utilizadas para a condu o de grupos quando da visita o a atrativos turísticos tradicionais localizados no meio urbano (Ex: Cristo Redentor, Torre *Eiffel*, entre outros), nas quais o profissional vai, no desenrolar do passeio, transmitindo as informa es que considera importantes sobre o atrativo.

A IA pode ser considerada uma técnica de ampla flexibilidade e aplicabilidade em áreas naturais, incluindo o turismo, que se utiliza de diversas ferramentas para tentar explicar a Natureza, seus fen menos e intera es (CORIOLANO, 2000). Embora Tilden (1957, *apud* MITRAUD, 2003) preconize que a informa o literal não   interpreta o e, como afirmam Murta e Goodey (2005, p.14), interpretar vai além de informar, ou seja, “  revelar significados,   provocar emo es,   estimular a curiosidade,   entreter e inspirar novas atitudes no visitante”, entendemos que, mesmo se utilizando de meios diferenciados da simples transmissão literal de informa es, ao tentar decifrar a Natureza para o (eco)turista ainda assim o Guia de Turismo estará conduzindo, direcionando e orientando o seu olhar, o que em nosso entendimento enquadra e limita as suas percep es a respeito do mundo natural, já que as mesmas estarão sendo construídas a partir da subjetividade do Guia e não do visitante.

Assim sendo, sob essa perspectiva emergiram algumas importantes perguntas norteadoras, representativas do problema da pesquisa: como realizar guiamentos turísticos em área naturais de maneira diferente das formas supracitadas, de modo a melhor e ao máximo

possível integrar o (eco)turista à Natureza, possibilitando que ele tenha com ela interações mais profundas, com o mínimo possível de interferência do Guia de Turismo nesse processo? Quais seriam as possíveis formas de se fazer isso? Nossa hipótese era a de que as potenciais respostas a essas perguntas encontravam-se no campo das aprendizagens vivenciais, das vivências relacionadas à Natureza, sobre as quais, no entanto, só havíamos ouvido falar superficialmente e cujo entendimento restringíamos a um conjunto de atividades e (ou) práticas a serem aplicadas a grupos/pessoas durante incursões ao meio natural em atividades relacionadas à Educação Ambiental.

Tal premissa nos levou a supor que trazer essa realidade para o contexto turístico e estudar as percepções de grupos/pessoas durante a realização dessas atividades e (ou) práticas no decorrer de um guiamento em áreas naturais seria um bom percurso investigativo. Através das reuniões iniciais com a orientadora de nossa pesquisa e, a partir delas, nosso ingresso no Laboratório de Ações Sustentáveis – LAÇOS, coordenado por ela, travamos contato com as práticas colaborativas do *Art of Hosting* - AoH (A Arte de Anfitriar Conversas, em português), que atua no âmbito da facilitação do diálogo a partir da sabedoria e da inteligência coletiva, cujos princípios e concepção filosófica se pautam, entre outras coisas, na ressignificação de conflitos e na integração da diversidade (ART OF HOSTING, [201-]). Embora o AoH não seja limitado apenas a um conjunto de técnicas e práticas, estas podem ser adaptadas a diferentes contextos, inclusive ao ecoturismo, o que sinalizou um caminho exploratório inicial da pesquisa, além do que alguns princípios técnicas e práticas da Arte de Anfitriar Conversas findaram por serem incorporados à nossa abordagem metodológica também.

Esse foi o primeiro estágio para que chegássemos às chamadas vivências, até então conhecidas por nós de uma forma genérica e relacionadas à Natureza. Durante toda a fase de revisão de literatura, a pesquisa empreendida a partir dos termos “vivência” e “Natureza” mostrou através dos mecanismos de busca que nas diferentes bases de dados consultadas ambos apareciam em alguns trabalhos científicos de maneira associada (“Vivências com a Natureza”, “Vivências na Natureza”) ou separada (“Vivências Significativas”), mas dando a entender que se referiam a uma mesma ideia ou conceito, quase sempre ambíguo, polissêmico e indefinido: abordagens, experiências, práticas, atividades, comportamentos e (ou) princípios éticos de convivência relacionados à Natureza, quase sempre permeados pela Interpretação Ambiental e (ou) pela Percepção Ambiental e também pelos chamados Estudos do Meio, sempre tendo como objetivo final promover a Educação Ambiental, formal ou informal.

O refinamento da pesquisa fez com que chegássemos ao Movimento *Sharing Nature-SN* (“Compartilhando a Natureza”, em português), criado pelo naturalista Joseph Cornell, em 1979, e com representação também no Brasil, desde 1996, através do Instituto Romã, que utilizou a expressão em português “Vivências com a Natureza” para denominá-lo aqui (SHARING NATURE, [201-]). Através do SN, Cornell criou a metodologia da Aprendizagem Sequencial (*Flow Learning*, em inglês), concebida com o intuito de facilitar a compreensão e, sobretudo, as interações com o mundo natural, que se baseia em 5 premissas dirigidas sobretudo a Guias de Turismo, condutores ambientais, educadores e monitores que atuam com grupos na Natureza: 1- Ensine menos e compartilhe mais; 2- Seja receptivo; 3- Concentre a atenção do grupo; 4- Observe e sinta primeiro, fale depois. 5- Crie um ambiente leve e receptivo. Estas premissas, por sua vez, estão atreladas a alguns princípios norteadores baseados na interdependência, na complementaridade, no respeito, na diversidade, na cooperação, na flexibilidade, na sensibilidade, no interesse e na responsabilidade (MENDONÇA, 2000, p. 142).

A partir de então, jogos, brincadeiras ou atividades ao ar livre, também chamadas de vivências, são organizadas em uma sequência de 4 estágios, que encadeados e de maneira progressiva conduzirão os participantes a experiências e interações mais profundas e sensíveis com a Natureza (MENDONÇA, 2000; CORNELL, 1989). Com o aprofundamento da pesquisa e considerando as propostas do movimento SN e as finalidades e objetivos da Aprendizagem Sequencial, entendemos que a denominação que mais se aproxima de nossa compreensão sobre o que sejam as vivências quando relacionadas à Natureza seja aquela adotada pelo SN, ou seja “Vivências com a Natureza” e que adotamos no presente trabalho.

Entendemos também que não existe um lugar circunscrito chamado “Vivências com a Natureza” ou um formato único e engessado de como realizá-las, alcançá-las, e diversos são os conceitos que tentam defini-las, muitas vezes utilizando expressões parecidas ou palavras correlatas para expressar uma mesma ideia. As “Vivências com a Natureza”, sob a perspectiva do SN, tanto podem ser um conjunto, uma amálgama de práticas, comportamentos e princípios éticos de convivência com ambientes naturais, como também uma “visão de mundo e uma pedagogia específicas” (MENDONÇA, 2007, p. 123) que “estão integradas ao contexto da educação ambiental vivencial por consistir numa proposta de experimentação de conceitos, de observação das emoções, sentimentos e pensamentos” (MENDONÇA, 2007, p. 123).

Podem ser ainda uma “abordagem própria, voltada para um conjunto de práticas a serem realizadas em ambientes naturais em que o foco está na interação COM a natureza, e não simplesmente na natureza ou para a natureza” (MENDONÇA, 2007, p. 123). Podem

representar também um processo para “possibilitar às pessoas observar a própria experiência, o próprio sentir e pensar” (MENDONÇA, 2007, p. 124).

Um dos importantes pressupostos das “Vivências com a Natureza” é que, uma vez experienciadas, elas despertam a afetividade necessária para que se possa ter o desejo de conservar a Natureza. Assim sendo, as “Vivências com a Natureza” englobam a promoção da (auto)reflexão e (auto)crítica a respeito de como se relacionar com a Natureza e sobre as práticas relacionadas a ela; ter como base sentimentos de afetividade, de preocupação e cuidados para com o ambiente natural e todos os outros seres; considerar “os indivíduos de forma integral, incluindo e priorizando o aprendizado através do corpo, dos sentidos e da percepção mais sutil de si mesmos, dos outros, do mundo, da natureza, e dos processos vitais que dão origem e sustentam a vida” (MENDONÇA, 2007, p. 119); promover/experimentar interações e vivências mais profundas, transformadoras e significativas com a Natureza e que possam levar a uma consciência ética sobre todas as formas de vida; o desejo de compartilhar a Natureza; considerar que a informação e os conteúdos, pura e simplesmente, têm valor apenas relativo e não absoluto; promover a educação ambiental, formal ou não formal.

Uma vez entendidos esses princípios norteadores e propostas, surgiu o nosso desejo de vê-los aplicados ao nosso dia a dia, à nossa prática profissional como Guia de (Eco) Turismo, o que nos instigou a tentar compreender como respondem as pessoas quando participando de “Vivências com a Natureza” no contexto do ecoturismo e quais as suas percepções. Imbuídos também da convicção pessoal de que toda pesquisa é sempre impulsionada por uma motivação e curiosidade não apenas científicas, mas também pessoais, uma pergunta que fizemos a nós mesmos faz-se necessária: por que promover “Vivências com a Natureza”? O presente trabalho também é uma tentativa de encontrar respostas para essa questão.

1.1 Estrutura da pesquisa

O presente trabalho foi dividido em oito capítulos, nos quais os conteúdos foram distribuídos da seguinte forma:

Capítulo 1: introduzimos o leitor na temática da pesquisa, familiarizando-o com o seu objeto e apresentando nossas motivações para a realização da mesma, definição do problema e hipótese (s), justificativa e objetivos, gerais e específicos.

Capítulo 2: aqui o leitor irá encontrar o referencial teórico, no qual foram apresentadas algumas reflexões de alguns autores acerca das relações envolvendo o homem e a Natureza ao longo do percurso histórico da humanidade desde eras primevas até os dias atuais, os principais conceitos relacionados ao ecoturismo, seus pressupostos, sua contextualização histórica, dicotomias e contradições, seu papel enquanto atividade econômica, seus impactos e benefícios, bem como seus desafios e contribuições à conservação da biodiversidade. Foram apresentadas também algumas reflexões acerca da relação deste segmento com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC. Dada à sua importância no contexto geral da pesquisa, sobretudo no Estudo de Caso, aqui foi abordada a temática das trilhas, suas diferenças, tipologias e funções, sobretudo no tocante ao ecoturismo e ao uso público.

O capítulo apresenta ainda abordagens sobre a profissão de Guia de Turismo, o perfil desse profissional, histórico, desenvolvimento e regulamentação da profissão, tipologia, suas atribuições e funções na cadeia produtiva do turismo, sua formação, bem como as características e diferenças entre o Guia especializado em atrativo natural e o condutor de visitantes. Além disso, nesse capítulo é feita a compilação e a análise crítica de alguns trabalhos (alguns sob a perspectiva da Aprendizagem Sequencial e outros não) sobre as vivências relacionadas à Natureza de uma maneira geral, mostrando a ambiguidade e a polissemia com que as palavras-chave “vivência” e “Natureza”, quando relacionadas, surgem nos mecanismos de busca e na literatura científica.

Partindo-se do princípio de que as “Vivências com a Natureza” se constituem a partir de elementos inerentes a diversos campos de conhecimento/áreas de estudo, são apresentados também nesse capítulo os principais fundamentos e postulados da Educação Ambiental-EA, da Interpretação Ambiental-IA, dos Estudos do Meio e da Percepção Ambiental-PA. Além disso, o capítulo aborda os pressupostos da Aprendizagem Sequencial-AS (*Flow Learning*), base metodológica para elaboração do roteiro da trilha ecológica apresentada no Estudo de

Caso da pesquisa, bem como do movimento *Sharing Nature*, a partir do qual a metodologia foi embasada. O mesmo ocorreu em relação ao conjunto de práticas colaborativas da chamada Arte de Anfitriar Conversas (*Art of Hosting - AoH*), que também foi incorporado à abordagem metodológica da pesquisa durante o Estudo de Caso.

Capítulo 3: aqui foram delineadas a trajetória e a abordagem teórico-metodológica da pesquisa, iniciando-se pela apresentação da área de estudo, Arraial do Cabo (RJ), um dos municípios abrangidos pelo PECS, Unidade de Conservação na qual está inserida a Trilha da Restinga da Massambaba, onde foi realizado o Estudo de Caso. Neste capítulo também é apresentada a caracterização ambiental da referida trilha. Foram ainda explicitados todos os procedimentos, técnicas e métodos utilizados em todas as fases da pesquisa desde a revisão da literatura, sinalizando ainda como se deram a geração, coleta, interpretação e análise de dados durante o Estudo de Caso, que teve as três etapas das visitas técnicas esmiuçadas, bem como os 7 guiamentos turísticos realizados nessa fase da pesquisa, sua dinâmica, suas características, além do descritivo de todas vivências neles experienciadas pelos 33 sujeitos participantes desse trabalho.

Capítulo 4: espaço onde foram mostrados os resultados da pesquisa, iniciando pela apresentação do roteiro da Trilha da Restinga da Massambaba, produto técnico que é uma exigência do PPGEC, da UNIRIO, para a conclusão do mestrado e fruto do esforço teórico-prático do autor do presente trabalho. Nesse capítulo também foram apresentadas todas as percepções dos sujeitos em relação às vivências com a Natureza propostas no roteiro da trilha durante o Estudo de Caso, interpretadas e analisadas com base na técnica da Análise de Conteúdo - sob a perspectiva de Bardin (2011) -, cujas 10 categorias analíticas foram: 1- (Auto)reflexão/(auto)crítica; 2- Sentimentos/emoções; 3-Atuação do Guia/metodologia; 4- Informação/conteúdo; 5-Compartilhamento; 6-Conhecimento territorial local/pertencimento; 7-Lixo/intervenções antrópicas; 8-Percepções gerais; 9-Conservação/biodiversidade; 10-Gestão/uso público.

Capítulo 5 e 6: representam o encerramento da pesquisa e trazem, respectivamente, as considerações finais e conclusões, tecidas a partir das reflexões elaboradas ao longo do estudo.

Capítulo 7: aqui o leitor irá se deparar com todos os autores e fontes de consulta utilizadas na pesquisa, bem como suas respectivas referências bibliográficas.

Capítulo 8: neste espaço da dissertação está identificado o “TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE”, que é um documento obrigatório

exigido pelos Comitês de Ética em Pesquisa – COEP e objetiva assegurar ao participante da pesquisa o respeito aos seus direitos.

1.2 Justificativa

A relevância científica do presente trabalho consiste em apresentar uma abordagem diferenciada e inovadora de se realizar guiamentos turísticos em áreas naturais, favorecendo a reaproximação das pessoas com o meio natural e a reflexão sobre suas práticas e interações com a Natureza. Além disso, alcançados os objetivos da pesquisa ela poderá constituir-se em contribuição à conservação da biodiversidade e à sustentabilidade ambiental do PECS, haja vista que as “Vivências com a Natureza” têm aplicabilidade nas mais diferentes localidades e destinos turísticos, beneficiando turistas e a comunidade local.

Lima-Guimarães (2010), ao discorrer sobre trilhas interpretativas e vivências na natureza, destaca a urgência na produção de projetos relacionados à qualificação de profissionais atuantes no âmbito da educação ambiental formal e informal, alertando que a má formação dos mesmos pode, inclusive, causar danos na esfera da conservação e da percepção ambiental de comunidades e de seu entorno. Sendo assim, essa pesquisa poderá servir ainda como ferramenta teórica a subsidiar futuros programas de educação e gestão ambiental públicos, privados, do terceiro setor e voluntariado.

Sendo a definição e a pesquisa de indicadores ambientais no contexto da visitação, do monitoramento de impactos e do manejo de áreas protegidas uma tarefa multidisciplinar que requer a colaboração da comunidade científica e dos diferentes atores sociais que nelas atuam – entre eles o Guia de Turismo – (ICMBIO, 2011), a presente pesquisa representa potencial colaborativo ao PECS, no qual foi realizado o Estudo de Caso como parte de sua metodologia, por apresentar as percepções de alguns dos atores sociais nele atuantes, as quais poderão constituir-se em indicadores a balizar futuras ações de gestão para o uso público e manejo, objetivando a conservação da biodiversidade da referida área protegida.

Além disso, o trabalho doravante apresentado encontra-se fortemente alinhado ao que preconiza o Item XII do Art.4º do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, ou seja, “favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico” (BRASIL, 2000).

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo geral

Conhecer de que forma as “Vivências com a Natureza” influenciam os guiamentos turísticos realizados em áreas naturais.

1.3.2 Objetivos Específicos

1- Verificar a aplicabilidade da metodologia da Aprendizagem Sequencial em relação à “Vivências com a Natureza” durante guiamentos turísticos em áreas naturais.

2- Identificar as percepções dos sujeitos de pesquisa a respeito de “Vivências com a Natureza” durante trilha ecológica.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A pesquisa teve início com o levantamento bibliográfico, através do qual se empreendeu revisão de literatura em *websites*, artigos, jornais, teses, dissertações e publicações que estivessem relacionados ao tema da pesquisa. Foram realizadas buscas na internet de uma forma geral, em especial no portal de periódicos CAPES, no Google Acadêmico e nas principais bases de dados, entre elas: *Scopus*, *Web of Science*, *Science Direct*, *Scielo* e *ProQuest*, entre outros.

Além disso, foram pesquisados os portais e bases de dados dos principais órgãos governamentais municipais, estaduais e federais e Organizações Não Governamentais – ONG de alguma forma relacionados ao tema da pesquisa. De uma maneira geral, foi realizada a busca por documentos em português e em inglês, sendo utilizados como descritores: *Flow Learning*, *Conservancy*, *Guided Tour*, *Tourist Guide*, *Nature* (em português: Aprendizagem Sequencial, Conservação, Visita guiada, Guia de Turismo, Natureza).

A Pesquisa bibliográfica objetivou a busca e a compilação de dados ou de categorias teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores sobre o tema e conhecer o “estado de arte” da pesquisa a ser empreendida, além de identificar as lacunas existentes na literatura.

2.1 O Homem e a Natureza: uma reflexão teórica

Objetivando facilitar a compreensão acerca das Vivências com a Natureza, entendemos ser importante no contexto dessa pesquisa uma elaboração teórica prévia a respeito das relações Homem x Natureza desde os tempos mais remotos de nosso processo civilizatório e sobre a prevalência do antropocentrismo como base de nossa constituição histórica (SOLER, 2011). Comumente associamos a Natureza exclusivamente aos elementos constitutivos do meio físico, como os vegetais, as montanhas e à biodiversidade de uma maneira geral, mas sua definição sempre variou de acordo com o momento histórico, dependendo também do contexto de análise.

Desde os tempos em que não dominávamos o fogo, tampouco a agricultura e cumpríamos nosso seu papel como um dos muitos elementos da Natureza, junto com ela e nossa dimensão metafísica formávamos um ente indivisível, sem separações entre o natural e o humano (ZAÚ, 2014). A necessidade de superar as vicissitudes da vida impostas por uma Natureza imprevisível e inconstante, a busca por alimento e o imperativo da sobrevivência despertaram o homem para a necessidade de dominar o meio natural, tornando-o mais sedentário ao invés de nômade, levando-o da condição de coletor aos rudimentos da agricultura, que desabrocha no período neolítico (GONÇALVES, 2006).

Com o desenvolvimento de novas formas de organização social e cultural, vão surgindo também outros caminhos na relação Homem x Natureza. Para Gonçalves (2006), nas diferentes sociedades a Natureza é instituída a partir de suas diferentes representações sociais a respeito dela, constituindo-se assim em um conceito que é antinatural, haja vista que foi criado pelo homem a partir de sua constituição e referenciais culturais. Sendo assim, na visão do autor a Natureza se apresenta como algo que se contrapõe à cultura na medida em que essa conseguiu controlar aquela.

O antropocentrismo apresenta-se então em sua raiz, e vale destacar a inequívoca influência do Cristianismo e do ideário consolidado pelo arcabouço dogmático da teologia cristã na civilização ocidental acerca do pensamento de que a Natureza havia sido criada por Deus para servir ao homem (MEDEIROS, 2002). O período compreendido entre os anos de 1500 a 1800 evidenciou diversas visões e percepções de mundo em relação à Natureza, e essa passagem de “O Homem e o Mundo Natural” retrata bem a influência religiosa legitimando a visão antropocêntrica:

Foi tendo em mente as necessidades humanas que Deus criteriosamente projetou e distribuiu os animais. Os camelos, observou um pregador em 1696, foram sensatamente colocados na Arábia, onde não havia água, e as bestas selvagens “enviadas a deserto, onde podiam causar menos dano [...] Os vegetais e minerais eram considerados da mesma maneira. Henry More pensava que seu único propósito era estender a vida humana. (THOMAS, 1988, p.23-25).

Esse pensamento marcou a trajetória do homem ocidental no planeta, e o acompanhou até a modernidade. Até 1500, de uma maneira geral, prevalecia no mundo uma relação Homem contra Natureza mais orgânica, uma vida social alicerçada em pequenas comunidades, na fé, no temor a incertezas espirituais e na prevalência dos interesses da coletividade em detrimento das necessidades individuais (CAPRA, 2002). No Renascentismo, através principalmente da atuação e a influência dos pensamentos e estudos de Galileu, Descartes, Francis Bacon, Kepler e Giordano Bruno, ressurgem concepções Aristotélicas nas quais o mundo natural passa a ser visto como uma manifestação divina e posteriormente como uma máquina, gerando uma ideia de regularidade e de ordem racionalizável pela matemática, sedimentando então uma concepção mecanicista da Natureza, segundo Medeiros (2002).

O pensamento de Descartes, com destaque para a sua obra “Discurso do Método, que apregoava a racionalidade do homem e tinha como um de seus pontos mais importantes a fragmentação do pensamento ao promover a ideia de prevalência da apreensão do todo a partir de suas partes, influenciou bastante Francis Bacon e Isaac Newton e consagrou uma perspectiva utilitarista do mundo funcionando como uma grande engrenagem mecânica “governada por leis universais ou imutáveis” (RIBEIRO et al., 2012, p.10), onde o meio natural, antes temido, torna-se dominado e controlado pelo homem, fundando as bases nas quais iria assentar-se o conhecimento científico na sociedade ocidental moderna, industrial e capitalista (RIBEIRO et al., 2012).

Ao teorizar a respeito do processo de globalização e da complexidade ambiental em “Racionalidade Ambiental, a reapropriação social da Natureza”, Leff (2006) apresenta o desejo progressivo do homem de tentar exercer esse controle sobre a Natureza e a atomização do mundo como alguns dos reflexos de uma crise ambiental deflagrada por uma lógica ocidental de pensamento que vai muito além de um simples desequilíbrio ecológico:

A crise ambiental não é uma catástrofe ecológica, mas o efeito do pensamento com o qual temos construído e destruído o mundo globalizado e nossos mundos de vida [...] A crise ambiental é a crise do pensamento ocidental, da metafísica que produziu a disjunção entre o ser e o ente, que abriu o caminho à racionalidade científica e instrumental da modernidade,

que produziu um mundo fragmentado e coisificado em seu afã de domínio e controle da natureza. (LEFF, 2006, p.288).

O pesquisador atenta para o fato de que o pensar a crise ambiental na modernidade representa um debruçar-se, um refletir profundo sobre a nossa ontologia e as raízes epistemológicas do conhecimento científico positivista ocidental, que vem servindo de base para a interpretação do homem e do mundo, colaborando na perpetuação de uma racionalidade ambiental (LEFF, 2006) que vem contribuindo para a desconexão de parte da humanidade da Natureza e o transpasse gradativo de algumas das nove fronteiras planetárias¹ propostas pelo pesquisador Johan Rockström e colaboradores (ROCKSTRÖM et al., 2009; STEFFEN, W. et al., 2015), gerando destruição e colocando em risco o estado climático atual do planeta.

Um dos legados negativos da racionalidade citada por Henrique Leff é o anestesiamiento de nossas potencialidades perceptivas e sensitivas acerca das consequências de nosso modo de vida moderno e calcado em um padrão desenvolvimentista, no qual a tônica é “a fragmentação, a hiper-especialização, a razão instrumental, o conhecimento disciplinar e o reducionismo” (MATAREZI, 2006, p.190), de hipervalorização da ciência e consumo desenfreados.

Essa mesma racionalidade que afastou parte da humanidade de sua própria ontologia e lhe permite intervir parcialmente sobre a Natureza a tem levado também a humanizar os espaços e a proteger-se do imponderável, condicionando-se a viver longe do meio natural e a só sentir-se confortável em ambientes urbanos ou rurais artificiais e modificados (NEIMAN, MENDONÇA, 2000). Essa desconexão da Natureza é tão profunda que ela, antes ameaçadora, já não mais o é, e o viver a experiência do contato mais íntimo com suas manifestações como a chuva, por exemplo, tornam-se banais, raras e quase imperceptíveis, nos afastando das “sensibilidades das pequenas emoções do cotidiano” proporcionadas por ela (BRUHNS, 2005, p.133).

Desde 1950, a porcentagem da população mundial vivendo nas áreas urbanas carentes de áreas verdes em comparação com as pessoas que vivem em áreas rurais com Natureza ainda preservada quase dobrou de 30% para 54%, chegando a 82% na América do Norte (ONU, 2014). Seja em áreas protegidas ou não, vivenciar atividades na Natureza traz inúmeros benefícios para os seres humanos nas mais diferentes esferas. Ao realizar revisão de

¹ Mudanças climáticas; acidificação oceânica; degradação do ozônio estratosférico; ciclo do fósforo e nitrogênio; utilização de água doce; uso da terra; perda de biodiversidade; poluição química e a concentração de partículas de aerossol na atmosfera. (ROCKSTRÖM et al., 2009; STEFFEN, W. et al.; 2015)

literatura sobre o assunto, Keniger e seus colaboradores (2013) destacaram que o acesso a espaços verdes e às áreas naturais é importante por facilitar atividades que propiciam uma ampla gama de benefícios de interagir com a natureza, que podem ser psicológicos, fisiológicos, sociais, tangíveis e espirituais. A seguir, serão apresentadas algumas reflexões sobre o ecoturismo enquanto segmento turístico, evidenciando algumas de suas dicotomias e contradições conceituais, e a importância de que seus pressupostos sejam almejados e seguidos no sentido de diferenciá-lo de estratégias comerciais meramente mercadológicas, a fim de que ele possa ser implementado em sinergia com a conservação.

2.2 Considerações sobre o ecoturismo e a conservação

O turismo é um setor econômico em ascensão em todo o mundo (UNWTO, 2017) e, segundo dados da Pesquisa de Impacto Econômico de Viagens e Turismo – 2012 feita pela *World Travel & Tourism Council* (ABEOC BRASIL, 2012), a contribuição desse mercado representou 9% do PIB global, gerando mais de 260 milhões de empregos em 2012 (8,7% do total de empregos) devendo esse percentual atingir 9,8% dos empregos no mercado em todo o planeta até 2022. Segundo dados do último Plano Nacional de Turismo – PNT 2018-2022 (BRASIL, 2018), que é o instrumento que estabelece diretrizes e estratégias para a implementação da Política Nacional de Turismo em nosso país, a parcela de contribuição direta do turismo na economia brasileira chegou aos US\$ 56,8 bilhões em 2016, o que corresponde a 3,2% do nosso Produto Interno Bruto - PIB. Além disso, a WTTC projeta crescimento de 3,3% até 2027, o que representará uma movimentação equivalente a US\$ 212,1 bilhões em nossa economia.

O Ecoturismo reflete esse crescimento já que, de acordo com pesquisa de demanda turística internacional realizada pelo Ministério do Turismo - MTUR, o quantitativo de “estrangeiros que viajaram a lazer para o Brasil em 2015 motivados pelos atrativos naturais, ecoturismo e turismo de aventura passou de 12,8% em 2014 para 15,7% em 2015” (BRAGA, 2016). Sendo o Brasil um país altamente biodiverso e contemplando número significativo de biomas em seu espaço territorial, ele apresenta condições altamente favoráveis para esse segmento, que tem como um de seus pressupostos básicos colaborar com a conservação dos ecossistemas e com a sustentabilidade ambiental das áreas onde é desenvolvido, afora o seu grande potencial de geração de emprego, renda e promoção de inclusão social (BRASIL, 2010). A OMT definiu ecoturismo como:

todas as modalidades turísticas em que a motivação principal do turista é a observação e apreciação da natureza, de forma a contribuir para a sua preservação e minimizar os impactos negativos no meio ambiente natural e sociocultural onde se desenvolve. (OMT, 2002).

Wearing e Neil definiram o ecoturismo como:

um turismo interpretativo, de mínimo impacto, discreto, em que se busca a conservação, o entendimento e a apreciação do meio ambiente das culturas visitadas. Trata-se de uma área especializada do turismo que inclui viagens para áreas naturais, ou áreas onde a presença humana é mínima, em que o ecoturista envolvido na experiência externa uma motivação explícita de satisfazer sua necessidade por educação e consciência ambiental, social e/ou cultural por meio da visita à área e à vivência nela. (WEARING; NEIL, 2001, p.5).

A Embratur² - Instituto Brasileiro de Turismo, quando da formulação das *Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo* (BRASIL, 1994a), referiu-se ao ecoturismo como sendo:

um segmento da atividade turística que utiliza de forma sustentável o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações. (BRASIL, 1994a, p.19).

Antes, porém, em 1987, a própria Embratur já havia sido a responsável por lançar no mercado turístico de nosso país o produto “turismo ecológico” - através de projeto homônimo -, aumentando inclusive as pressões por desenvolvimento de infraestrutura turística de regiões que até então não eram contempladas por políticas públicas relacionadas ao setor, caso da região Amazônica e do Pantanal (ARAUJO, C., 2012). A entidade firmou ainda convênios de cooperação, com a criação de comissões técnicas em alguns estados costeiros e da região Norte do país que obtiveram apoio da iniciativa privada e de órgãos públicos de diferentes esferas de governança para a implementação de diversas ações de fomento desse segmento (BECKER, 1997).

Isso sinaliza para o fato de que surgimento do ecoturismo no Brasil acompanha a cronologia e a efervescência do ambientalismo dos anos de 1980, quando despontam por aqui iniciativas pioneiras e mais formais de comercialização de pacotes turísticos e oferta de

² Criada inicialmente como Empresa Brasileira de Turismo, em 18 de novembro de 1966, objetivava fomentar o desenvolvimento da atividade turística no Brasil, com foco na geração de emprego e renda. Com a criação do Ministério do Turismo, em 2003, a Embratur – já com a denominação de Instituto Brasileiro de Turismo – muda a sua forma de atuação e passa a cuidar exclusivamente da imagem do Brasil no exterior, criando ações e estratégias de marketing para a promoção do destino Brasil e apoiando a comercialização de seus produtos e serviços turísticos (MTUR, 2019).

serviços por parte de alguns ecologistas que atuavam no eixo Rio-São Paulo. Tal empreendedorismo se deu a partir da percepção de um nicho que surgia, com a grande procura de turistas que dispensavam maiores confortos, eram afeitos a viagens mais alternativas e aventureiras na Natureza e entendiam que esse modelo proporcionaria vivenciá-la de forma mais intensa (BARROS; DINES, 2000). Esse turismo considerado mais alternativo eclode no bojo de maiores preocupações conservacionistas, e com um olhar mais sensível a respeito das culturas autóctones e comunidades mais tradicionais que pudesse ser conciliado com um desenvolvimento econômico a partir de atividades menos impactantes do ponto de vista ambiental (FACO; NEIMAN, 2010).

Faco e Neiman (2010, p.44) também destacam dificuldade de se conceituar ecoturismo, já que o mesmo ora é tratado como prática, ora como uma filosofia, ora como um modo de vida, entre outras possíveis denominações que são usadas para se tentar designá-lo ou caracterizá-lo. E muitas são as nomenclaturas a ele associadas, sendo as mais comuns “turismo de natureza”, “turismo responsável”, “turismo verde”, “turismo ambiental”, “turismo sustentável” e “turismo ecológico”. A respeito desse rótulo de “ecológico” - que Serrano (2000, p.11) se refere também como “selos verdes” -, Pires (1998) enfatiza que o ecoturismo se valeu dele e do peso simbólico que o prefixo “eco” carrega, situando-se no imaginário coletivo e no mercado como algo que tangencia tanto o turismo quanto o meio ambiente, para ganhar mercados a partir de planos de marketing e estratégias publicitárias empregadas pelos prestadores de serviços do trade turístico, cujo comprometimento real com as questões socioambientais era frágil, duvidoso ou até mesmo inexistente. O autor alerta ainda que uma das dificuldades de se conceituar o ecoturismo advém do fato de que cada segmento ou ator social atuante e interessado nele (órgãos governamentais, turistas, morador ou “local”, Guias, agências de viagens, entre outros) se apropria e propaga o seu próprio conceito, ampliando a sua gama de significados e tornando mais confusa a sua definição.

Em face desses desafios e dificuldades conceituais, faz-se necessária também uma elaboração teórica acerca das marcas distintivas entre o ecoturismo e o chamado turismo de (ou na) Natureza, já que, de fato, parece haver uma tendência, uma “onda atual” no sentido de se conceituar e chamar de ecoturismo qualquer incursão turística cujo cerne seja a Natureza ou os aspectos culturais de um destino (ZACCHI, 2004, p.12).

Ceballos-Lascuráin (1996), reconhecidamente pioneiro na utilização dos termos turismo ecológico, em 1981, e ecoturismo, a partir de 1983 (WEARING; NEIL, 2001), entende que a simples oferta turística para a visitação de destinos e populações autóctones exóticas, com a utilização do meio natural apenas como pano de fundo, pode ser classificada como

turismo de (ou na) Natureza, ou ainda de turismo baseado na Natureza (*Nature-based tourism*, expressão mais usada em inglês), o qual, na visão de Wearing e Neil (2001, p.6,12), envolve diferentes questões a diferenciá-lo do ecoturismo, entre as quais uma das principais é o grau de importância e influência que a Natureza terá na experiência do turista, não sendo apenas “incidental” a ela. Para Silva (2013) o turismo na natureza:

é constituído por qualquer tipo de turismo que consista na visitação de territórios predominantemente naturais com objetivo de apreciar e fruir da natureza, ou na prática de atividades e experiências diretamente relacionadas com os recursos naturais. (SILVA, 2013).

Para Pires (1998), o simples fato de uma atividade turística ser realizada no meio natural ou que este lhe sirva de cenário não a credencia para que seja classificada como ecoturismo, o qual:

ao voltar-se para ambientes naturais e culturas autóctones deve comprometer-se com a sustentabilidade ambiental, social, cultural e econômica de todos os segmentos sociais envolvidos, deve proporcionar educação ambiental e despertar a consciência ecológica além de contemplar a participação ativa das comunidades locais, critérios estes que uma vez não perseguidos na prática subtraem a dimensão ecológica do ecoturismo tornando-o apenas turismo na natureza. (PIRES, 1998, p.75).

Segundo o supracitado autor, o ecoturismo será necessariamente e a princípio uma atividade de turismo de (ou na) Natureza - sendo esta turisticamente utilizada e razão primordial da motivação e existência daquele -, e fará jus ao prefixo “eco” na medida em que incorporar a busca de princípios éticos e práticas relacionadas ao mínimo impacto e à sustentabilidade, o envolvimento das comunidades locais, além da educação ambiental (PIRES, 1998), que são indutores da conservação. Destaca-se ser esta a perspectiva conceitual de ecoturismo com a qual trabalharemos na presente pesquisa.

A partir dos anos de 1990, o ecoturismo cresce enquanto atividade econômica, porém de maneira desordenada, o que demandou uma maior atenção da gestão pública no tocante ao seu ordenamento e regulamentação. Em 1994, a partir do Grupo de Trabalho Interministerial dos então denominados Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo e do Ministério do Meio Ambiente dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, é lançado um documento denominado *Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo*, que entre outras ações traçou um diagnóstico do segmento e definiu para ele um conjunto de nove ações estratégicas: 1- Regulamentação do Ecoturismo 2- Fortalecimento e Interação Interinstitucional 3- Formação e Capacitação de Recursos Humanos 4- Controle de Qualidade do Produto Eco turístico 5- Gerenciamento de Informações 6- Incentivos ao desenvolvimento do Ecoturismo

7- Implantação e Adequação de Infraestrutura 8- Conscientização e Informação do Turista 9- Participação Comunitária (BRASIL, 1994a, p.23). Tais diretrizes marcaram uma orientação no sentido de se promover e estimular o ecoturismo no âmbito das Unidades de Conservação – UC existentes no país (BARROS; DINES, 2000).

Faz-se aqui importante registrar alguns marcos referenciais de políticas públicas relacionadas ao segmento. O então chamado Plantur - Plano Nacional de Turismo 1992-1994, criado a fim de promover a implementação da Política Nacional de Turismo da época, tinha um entre seus sete programas denominado *Programa Ecoturismo* (ARAUJO, C., 2012). Segundo Dias (2003, p.136), quando foi efetiva e oficialmente iniciada, em 1996, a Política Nacional de Turismo tinha o *Programa Nacional de Ecoturismo* entre seus principais programas estruturantes, sendo os outros o *Plano Anual de Publicidade e Promoção*, o *Programa de Formação Profissional no Setor Turístico*, o *Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo* (PRODETUR) e o *Programa Nacional de Municipalização do Turismo* (PNMT).

No âmbito tanto do supracitado *Programa Nacional de Ecoturismo* quanto da *Política de Ecoturismo da Amazônia Legal*, de 1999, o Governo Federal implementou o *Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal*, o PROECOTUR, cuja proposta era o desenvolvimento do ecoturismo nessa região do país através de polos integrados, buscando o maior envolvimento possível dos prestadores de serviços atuantes no setor de maneira a que se articulassem com as comunidades locais (FARIAS, 2014).

Já o quarto (denominado *Regionalização do Turismo*) dos oito macroprogramas que compunham o Plano Nacional de Turismo - PNT 2007-2010 era subdividido em outros quatro programas, nos quais um deles - o Programa de Estruturação dos Segmentos Turísticos - tinha como diretrizes principais a “segmentação da oferta e da demanda do turismo e estruturação de roteiros turísticos”, sendo o ecoturismo um dos segmentos considerados como prioritários (BRASIL, 2007, p.67-68). Remetendo-se a ambos os documentos, Cavalcante e Furtado (2011) acrescentam que tanto o PNT 2007-2010 quanto o seu predecessor (2003-2007) foram pensados e elaborados para além de uma visão reducionista de desenvolvimento do setor restrita apenas a seu crescimento, mas também comprometida com a distribuição de renda advinda da regionalização e da interiorização (BRASIL, 2003, p.7). Os autores destacam ainda que o segmento do ecoturismo foi englobado por tais estratégias e que, ao progredir em nosso país, as políticas públicas relacionadas ao turismo propiciaram também um maior refinamento e evolução das diretrizes relacionadas ao turismo em UC.

Para Neiman e Mendonça (2000), a prática do ecoturismo no âmbito das unidades de conservação colabora na aproximação de pessoas do meio natural, gerando maior intimidade com ele. Exatamente como preconiza o Ministério do Meio Ambiente (MMA, 2006), já que para ele a aproximação da Natureza com a sociedade em uma UC pode despertar o interesse em conservá-la, daí a necessidade de implementar melhores e mais eficazes ferramentas de gestão, pesquisa e qualificação de mão de obra objetivando aprimorar e tornar cada vez mais significativa a experiência de visitação.

A Lei 9.985, de 18 de julho de 2000, regulamentada pelo decreto 4.340, de 22 de agosto de 2002, instituiu o SNUC (BRASIL, 2000), que estabelece as diretrizes e bases legais para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação em nosso país. De acordo com essa normativa, no seu artigo 2º, inciso I, as UC são definidas como:

espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção. (BRASIL, 2000).

O SNUC dividiu as UC em duas categorias de manejo:

1- Proteção Integral, cujo objetivo é “preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos nesta Lei.” Fazem parte desse grupo: I - Estação Ecológica; II - Reserva Biológica; III - Parque Nacional; IV - Monumento Natural; V - Refúgio de Vida Silvestre.

2- Uso Sustentável, que são aquelas destinadas a “compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais”. Fazem parte desse grupo: I - Área de Proteção Ambiental; II - Área de Relevante Interesse Ecológico; III - Floresta Nacional; IV - Reserva Extrativista; V - Reserva de Fauna; VI - Reserva de Desenvolvimento Sustentável; VII - Reserva Particular do Patrimônio Natural.

Fonte: (BRASIL, 2000)

Salienta-se que, excetuando-se os casos nos quais haja restrições de visitação pública definidas pelo Plano de Manejo da UC, os Parques Nacionais (na categoria Proteção Integral) não apenas permitem como estimulam as práticas de turismo ecológico, as pesquisas científicas, a educação e a interpretação ambiental, além da recreação em contato com a Natureza (BRASIL, 2000). Serrano (2005, p.111) destaca que, independentemente de sua categoria de manejo, o turismo em áreas protegidas apresenta uma vasta gama de benefícios

que extrapolam os ganhos econômicos que podem ser gerados a partir dele e da visitação dessas áreas:

- A possibilidade de uma maior integração das UC com comunidades locais e com a sociedade mais ampla;
- A circulação de informação ambiental por meio de programas educativos e da própria visitação;
- O Aumento da oferta regional de espaços de recreação e lazer;
- A adesão de visitantes às tarefas de fiscalização;
- A facilidade de controle sobre grupos organizados;
- A divulgação da própria unidade e o estabelecimento de “redes” de interessados em sua manutenção.

Já entre alguns dos impactos negativos que a atividade ecoturística em UC pode provocar estão a depredação da infraestrutura, de atrativos e elementos naturais; stress e desaparecimento da fauna por conta da presença humana; degradação de trilhas em razão de fatores como pisoteio, abertura de atalhos, compactação e erosão; descarte inadequado e aumento do volume de lixo e o maior risco de incêndios. (SERRANO, 2000, p. 216-217).

Embora enseje diversas definições e conceitos, pode-se dizer que o ecoturismo se baseia em três conceitos básicos: o desenvolvimento sustentável, a educação ambiental, e o envolvimento das comunidades locais, e apesar de estar diretamente associado a uma modalidade turística de baixo impacto, à ideia de sustentabilidade, conservação e preservação da natureza (OLIVEIRA et al., 2010), pode trazer uma série de indesejáveis efeitos.

Neiman e Mendonça (2000) destacam que o ecoturismo, enquanto atividade econômica, está ainda em busca de organização e representa um nicho com grandes possibilidades de oferta de roteiros e diferentes experiências na Natureza para um público que cada vez mais se amplia, porém dividido entre prestadores de serviços que o encaram apenas como um “*plus*” para seus clientes e aqueles que, de fato, têm preocupações conservacionistas com as comunidades visitadas e as áreas naturais nas quais atuam. Além disso, para as autoras tal dicotomia colabora para que o segmento ecoturístico ainda não tenha parado para realizar uma aprofundada reflexão sobre si e suas práticas, já que, tendo surgido no ambiente corporativo, “produz viagens e não prioritariamente experiências, nem conhecimento” (NEIMAN; MENDONÇA, 2000, p.108).

No prefácio do livro *Viagens à Natureza: Turismo, Cultura e Meio Ambiente*, Hogan (2005) apresenta uma interessante reflexão acerca de uma contradição na qual se constitui o turismo, sobretudo aquele realizado em áreas naturais. Se por um lado esse setor ajuda a

movimentar a roda da economia mundial, gerando milhões de empregos em todo o planeta, por outro gera exclusão social por ser muitas vezes uma atividade restrita àqueles que são detentores de maiores recursos econômicos. Além disso, é destacado também o fato de que tal processo vem transformando em mercadoria e urbanizando espaços naturais antes inacessíveis, gerando enorme degradação e danos à conservação da biodiversidade.

2.3 Trilhas

Historicamente falando, as trilhas, de uma maneira geral, sempre fizeram parte da trajetória do homem na terra, seja em tempos mais remotos, auxiliando-o em sua procura por água e alimentos, seja no contexto moderno atual, quando se tornaram também opções de lazer, peregrinação religiosa e acesso a atrativos turísticos naturais, ou como forma de maior aproximação da Natureza (MACIEL et al., 2011; CARVALHO; BÓÇON, 2004). Rocha et al. (2016, p.520) avaliam as trilhas sob uma perspectiva não formal e eventualmente não excludente da educação ambiental, classificando-as como:

- Interpretativas: didáticas, guiadas;
- Ecológicas: abrangendo lazer e turismo;
- Educativas: no sentido de se aproximar do currículo escolar. (ROCHA et al., 2016, p.520).

Em relação às trilhas ecológicas, os autores destacam a importância das UC no tocante às atividades relacionadas ao turismo e ao lazer e, em especial, ao potencial e aplicabilidade destas na EA e seu papel quanto à gestão e ordenamento do uso público dessas áreas protegidas, já que recebem grande número de visitantes e diversos públicos podem ser beneficiários delas e, conseqüentemente, multiplicadores de um ideário e comportamentos conservacionistas altamente desejáveis.

Sob uma perspectiva mais utilitária, Copatti et al. (2010) também dão destaque às trilhas ecológicas como auxiliares na EA, pois para os autores elas, além de propiciarem melhor qualidade de vida e permitir que as pessoas aproveitem melhor o que o meio ambiente tem a oferecer de positivo, aguça-lhes a capacidade crítica, tornando-as mais atuantes e menos agressivas socialmente, aprimorando-lhes conhecimentos, além de possibilitar a elas apurar sua percepção ambiental sobre o meio social enquanto mecanismo de adequação da Natureza às suas necessidades.

Para Aiolfi et al. (2001), as trilhas ecológicas, enquanto espaço para o desenvolvimento de atividades educativas, devem retratar da forma mais fidedigna possível as

características cênicas e naturais das áreas onde estão situadas, sejam elas degradadas, poluídas ou pouco antropizadas, com espécies endêmicas, nativas ou invasoras. Tal contexto amplia o debate e possibilita uma análise comportamental do ser humano em relação ao meio natural de uma forma mais integral e menos enviesada ao tentar mostrar a totalidade ecossistêmica que possui o seu equilíbrio intrínseco, porém sempre ameaçada pela ação do homem, o que pode torná-lo mais sensível e crítico em relação à suas próprias atitudes.

Para Carvalho e Boçón (2004), as trilhas do tipo interpretativa vêm sendo usadas de maneira cada vez mais frequentes em atividades de EA, já que são importantes ferramentas de aprendizagem quando bem planejadas, aproximando o homem do meio natural. As trilhas interpretativas são colocadas por Lima-Guimarães (2010, p.10) no mesmo nível de importância e equivalência das vivências na natureza ao classificar ambas como experiências ambientais imediatas e com potencial colaborativo em prol de ações conservacionistas, capazes de propiciar “práticas cooperativas, socialização, interatividade” e gerar interface entre os conhecimentos técnico-científico, empírico e tradicional, além de “novas mediações e padrões de inter-relacionamentos entre uma comunidade ou grupo.”

A importância desse planejamento é tão grande, que Magro e Freixêdas (1998) preconizam que ele deve empreendido nas trilhas interpretativas de forma a atender às expectativas dos visitantes em relação à experiência de visitação: emocionar-se, fruic o est tica e paisagística, além da proximidade com áreas as mais preservadas possíveis e com biodiversidade, e evitar que os mesmos carreguem consigo seus hábitos urbanos para os locais visitados, já que isso, segundo as autoras, ocorre porque as pessoas, de uma maneira geral, não estão condicionadas ou não são direcionadas de uma forma dirigida a apreciar e a observar a Natureza em sua plenitude.

Já Di Tullio (2005) destaca a escassez de pesquisas na literatura científica a respeito da validade pedagógica de uma trilha, o que Pedrini (2006) confirma, sob uma outra perspectiva, ao teorizar sobre métodos de aferic o da efetividade de processo avaliativos da EA em trilhas em nosso país ao afirmar que a mera propaga o de informa es a respeito dos ecossistemas locais tem sido a t nica de muitas das atividades ditas educacionais. A valoriza o dos aspectos físicos de um determinado ambiente e o foco na informa o em detrimento do pensar, da criticidade e do agir sobre as áreas naturais em atividades relacionadas   EA – sobretudo a não formal –   a posi o também de Souza (2014). Para ela, há escassez de trabalhos científicos sobre indicadores avaliativos do grau de sensibiliza o dessas práticas, além da falta de aprimoramento dos profissionais que atuam na  rea.

As trilhas interpretativas também podem ser classificadas como guiadas e autoguiadas. As guiadas são aquelas em que há acompanhamento de um Guia, que direciona o olhar do turista para que possa experimentar, refletir e tentar desvendar o atrativo a ser explorado. As trilhas autoguiadas são aquelas programadas previamente, nas quais o turista, sem o acompanhamento do Guia, utiliza alguns recursos como croquis, mapas e placas com informações que o auxiliarão em seu deslocamento e orientação no atrativo (HAM, 1992).

Um dos importantes aspectos a serem considerados quando se fala de trilhas é que, apesar dos seus inúmeros benefícios, elas também podem paradoxalmente ser sinônimo de impacto e degradação ambiental, já que o seu uso intenso, os métodos, a frequência com que são utilizadas e a sua manutenção podem determinar o nível de impactos sobre a vegetação de sua área (EISENLOHR et al., 2013). Dependendo da forma como atue, o Guia de Turismo que trabalha na e com a Natureza pode ser um agente de impactos deletérios ou forte aliado da conservação e na preservação dos recursos que dela advêm, e por isso é tão importante conhecer quem é esse profissional, suas origens, como são formados e qual a sua importância na cadeia produtiva do (eco)turismo.

2.4 A atividade de Guia de Turismo

Conduzir pessoas em atividades de lazer ou quando da visitação de alguns lugares é algo datado de muito tempo. Em 440 a.C., o historiador grego Heródoto já fazia menção à atividade profissional do Guia definindo-o como aquele que orientava soldados em terrenos desconhecidos e exercendo funções correlatas às que esse profissional possui nos dias atuais, tais como interpretação e busca de hospedagem, alimentação e transporte para clientes (RAPOSO et al., 2004).

Cohen (1985) destaca que originalmente o Guia exercia as funções de orientador e de mentor. Enquanto orientador, era aquele que encaminhava e orientava pessoas no espaço físico no período clássico que remonta à Grécia e à Roma antigas e que retoma a sua importância no século XIX, nesse papel, auxiliando universitários ingleses que começaram a procurar os locais da antiguidade para a realização do *Grand Tour*³. Ainda segundo o autor, a provável origem do papel de mentor seria a de uma espécie de guia, de guru espiritual de fiéis

³Inspirado pelas viagens do período renascentista, consistia em [...] Um dos aspectos mais interessantes do *grand tour* era exatamente sua forma convencional e regular, considerada como uma experiência educacional, um atributo de civilização e de formação do gosto.(MTUR, 2010.p.13).

em peregrinações na Antiguidade, auxiliando-os na interpretação e ensino de fundamentos religiosos de forma a conduzi-los rumo à (s) divindade (s), à luz.

Nos dias atuais, existem diversas definições a respeito de quem é esse profissional denominado Guia de Turismo. Ele tanto pode ser “o profissional apto a prestar informações sobre o local visitado e assessorar o turista quando necessário” definido por Souza e Corrêa (2000, p. 75) quanto o trabalhador multifunções que toma parte da execução do processo pelo qual passa o produto turístico (TRIGO, 2000).

De acordo com o Art. 2º da Lei nº 8.623, de 28 de janeiro de 1993, que dispõe sobre a profissão de Guia de Turismo e sua regulamentação, ele é considerado:

O profissional que, devidamente cadastrado no Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur), exerça atividades de acompanhar, orientar e **transmitir informações** a pessoas ou grupos, em visitas, excursões urbanas, municipais, estaduais, interestaduais, internacionais ou especializadas. (BRASIL, 1993, grifo nosso).

Além disso, segundo o Art. 5º do mesmo dispositivo legal, suas atribuições são:

- b) Acompanhar ao exterior pessoas ou grupos organizados no Brasil;
- c) Promover e orientar despachos e liberação de passageiros e respectivas bagagens, em terminais de embarque e desembarque aéreos, marítimos, fluviais, rodoviários e ferroviários;
- d) Ter acesso a todos os veículos de transporte, durante o embarque ou desembarque, para orientar as pessoas ou grupos sob sua responsabilidade, observadas as normas específicas do respectivo terminal;
- e) Ter acesso gratuito a museus, galerias de arte, exposições, feiras, bibliotecas e pontos de interesse turístico, quando estiver conduzindo ou não pessoas ou grupos, observadas as normas de cada estabelecimento, desde que devidamente credenciado como Guia de Turismo;
- f) Portar, privativamente, o crachá de Guia de Turismo emitido pela Embratur. (BRASIL, 1993).

2.4.1 Tipologia

De acordo como a Lei nº 8623/93(BRASIL, 1993) e a mais recente publicação, a Portaria nº 27/2014 (MTUR, 2014) do MTUR, que estabelece requisitos e critérios para o exercício da atividade de Guia de Turismo, no que se refere a sua formação esse profissional é classificado (Quadro 1) como:

QUADRO 1 - Detalhamento da Tipologia dos Guias de Turismo e classificação relativa às suas funções e formas de atuação.

TIPOLOGIA	CLASSIFICAÇÃO
1-Guia Regional	Quando suas atividades compreenderem a recepção, o traslado, o acompanhamento, a prestação de informações e assistência a turistas, em itinerários ou roteiros locais ou intermunicipais de uma determinada unidade da federação, para visita a seus atrativos turísticos;
2-Guia de Excursão Nacional	Quando suas atividades compreenderem o acompanhamento e a assistência a grupos de turistas, durante todo o percurso da excursão de âmbito nacional ou realizada nos países da América do Sul, adotando, em nome da agência de turismo responsável pelo roteiro, todas as atribuições de natureza técnica e administrativa necessárias à fiel execução do programa;
3-Guia de Excursão Internacional	Quando realizarem as atividades referidas para o guia de excursão nacional (nº 2 desse quadro) para os demais países do mundo;
4-Guia Especializado em Atrativo Turístico	Quando suas atividades compreenderem a prestação de informações técnico-especializadas sobre determinado tipo de atrativo natural ou cultural de interesse turístico, na unidade da federação para qual o profissional se submeteu à formação profissional específica.

Fonte: <http://www.turismo.gov.br/legislacao/?p=117>.

Importante destacar alguns artigos e trechos da base legal acima citada (BRASIL, 1993; MTUR, 2014) que são fundamentais para a compreensão de algumas particularidades inerentes ao trabalho do Guia Regional, do Guia de Excursão Nacional e do Guia de Excursão Internacional, bem como fazer distinção sobre a forma de atuação dos profissionais que trabalham mais diretamente com o ecoturismo, que são o Guia Especializado em Atrativo Natural e o Condutor de Visitantes:

De acordo com o **Art. 4º**, “para requerer o cadastro na categoria de **Guia de Turismo especializado em atrativo natural ou em atrativo cultural**, o interessado deve, primeiramente, ser habilitado como guia de turismo regional, em cursos específicos de qualificação profissional”. (BRASIL, 1993; MTUR, 2014).

De acordo com **Parágrafo único**, “a atividade de **Guia Especializado em Atrativo Natural ou atrativo cultural** somente poderá ser exercida por aquele que tiver formação profissional específica para o Estado do atrativo turístico no qual atuará”. (BRASIL, 1993; MTUR, 2014)

De acordo com o **Art. 8º**, “a atividade de guia de turismo não se confunde com o exercício das atividades de **condutor de visitantes** em unidades de conservação federais, estaduais ou municipais e de **monitor de turismo**”. (BRASIL, 1993; MTUR, 2014).

De acordo com o **§ 1º**, “nos termos da legislação pertinente, considera-se **condutor de visitante em unidades de conservação** o profissional que recebe capacitação específica para atuar em determinada unidade, cadastrado no órgão gestor, e com a atribuição de conduzir visitantes em espaços naturais e/ou áreas legalmente protegidas, apresentando conhecimentos ecológicos vivenciais, específicos da localidade em que atua, estando permitido conduzir apenas nos limites desta área”. (BRASIL, 1993; MTUR, 2014).

De acordo com o **§ 3º**, “a necessidade ou obrigatoriedade de acompanhamento de **condutor** durante visitas deverá ser verificada pelo guia de turismo que se deslocar com o grupo de turistas a uma determinada unidade de conservação”. (BRASIL, 1993; MTUR, 2014).

Conforme estabelecido em parágrafo único dessa mesma normativa, é absolutamente imprescindível para o exercício da atividade de Guia de Turismo que o profissional esteja inserido no CADASTUR⁴. Além disso, faz-se necessário aqui discorrer sobre um tipo de profissional citado na tabela acima e que também atua na condução de pessoas quando em visitação de atrativos turísticos, sejam eles naturais ou culturais: o condutor de visitantes.

2.4.1.1 O condutor de visitantes

O condutor de visitantes pode ser encontrado na literatura sob outras denominações tais como guia local, condutor local, condutor ambiental ou monitor ambiental, entre outros. É importante destacar que aqui estamos nos referindo ao profissional descrito no Art. 8º da já mencionada Lei no. 8.623/93 (BRASIL, 1993; MTUR, 2014), isto é, aquele que recebe treinamento para atuar em UC de nosso país em conformidade com a legislação vigente, ou seja, sob uma perspectiva estritamente ambiental.

Na esfera federal, o MTUR, através da Deliberação Normativa nº 326, de 13 de janeiro de 1994 (BRASIL, 1994b), recomenda em seu art. 1º que os órgãos oficiais de turismo das

⁴Instituído a partir da Portaria MTur nº 130, de 26 de julho de 2011 (MTUR, 2011), é gerido pelo Ministério do Turismo em parceria com os órgãos oficiais de turismo nas 27 Unidades Federativas do país e constitui o cadastro de pessoas físicas e jurídicas que atuam no setor, permitindo o acesso a diferentes dados sobre os prestadores de serviços turísticos cadastrados.

Unidades Federativas, em “complemento à legislação federal de turismo em vigor, estabeleçam normas próprias para cadastro, classificação, controle e fiscalização de prestadores de serviços, não abrangidos na referida legislação federal”, e faz alusão a esses profissionais no art. 2º como:

As pessoas físicas cuja prática, decorrente do tempo de vivência e experiência em determinado atrativo ou empreendimento turístico, próprio de certa região, lhes permita conduzir o turista, com segurança, em seus passeios e visitas, ao local, prestando-lhes orientação e informação específica e tornando mais atrativa sua programação. (BRASIL, 1994b).

Uma outra importante Instrução Normativa em nível federal, a nº 08, de 18 de setembro de 2008, editada pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio e que estabelece normas e procedimentos para a prestação de serviços vinculados à visitação e ao turismo em Unidades de Conservação Federais por condutores de visitantes, considera estes como:

A pessoa cadastrada pelo órgão gestor da unidade de conservação, que recebeu capacitação específica e que é responsável pela condução em segurança de grupos de visitantes, aos locais permitidos, desenvolvendo atividades interpretativas sobre o ambiente natural e cultural visitado, além de poder contribuir para o monitoramento dos impactos socioambientais nos sítios de visitação. (ICMBIO, 2008).

O Instituto Estadual do Ambiente - INEA, em sua Resolução N° 61, de 04 de outubro de 2012, que estabelece as normas e procedimentos para o censo, credenciamento e prestação de serviços de Guias de Turismo e condutores de visitantes nos parques estaduais por ele administrados, define o condutor de visitantes como:

Pessoa não habilitada como guia de turismo no cadastro do Ministério do Turismo (MTur), geralmente residente na localidade ou próximo do local visitado, que recebeu capacitação específica, de acordo com a Norma Brasileira Técnica da ABNT NBR 15285:2005, e reconhecida pelo parque estadual, e que é responsável pela condução em segurança de grupos de visitantes aos locais permitidos, desenvolvendo atividades interpretativas sobre o ambiente natural e cultural visitado, além de contribuir para o monitoramento dos impactos socioambientais nos sítios de visitação. (INEA, 2012).

Ribas e Hickenbick (2012) destacam a fragilidade da regulamentação no que se refere à capacitação e treinamento dos condutores atuantes na área ambiental, bem como o seu reconhecimento profissional, ressaltando que, apesar disso, o cenário é promissor para a

formação desses profissionais em face de nossa enorme biodiversidade e do grande potencial para o ecoturismo no Brasil.

Um das poucas opções de capacitação para condutores ambientais e Guias de Turismo disponíveis no estado do Rio de Janeiro, no âmbito da gestão pública, é o Curso de Formação de Condutores de Visitantes, promovido pelo INEA em diversas unidades de conservação através do Programa Estadual de Guias de Turismo e Condutores de Visitantes, que é regido pela Resolução INEA n° 61/2012 (INEA, 2012), a qual estabelece as orientações para o uso público em parques estaduais administrados pelo órgão, e pelo Decreto Estadual n° 42.483/2010, que estabelece as orientações para o uso público em parques estaduais administrados pelo INEA. O ingresso nos cursos do programa se dá por intermédio de edital público e a carga horária mínima é de 100 horas e outras 30 de estágio obrigatório (INEA, 2018).

De acordo com o item III, do artigo 8°, da Resolução INEA n° 61/2012 (INEA, 2012), um dos critérios para a participação nas capacitações é que os interessados devem necessariamente residir na região do parque estadual no qual haja interesse em atuar como condutor. Uma outra característica do curso que merece destaque é que as cargas ofertadas visam ao máximo envolver, bem como a atender as demandas das comunidades locais. Segundo o edital do último curso realizado no PECS, em 2018, os conteúdos foram distribuídos em uma carga horária de 145 horas, com a oferta de 35 vagas, sendo 15 “preferencialmente para a comunidade quilombola”, 15 “para outros inscritos e residentes nos municípios abrangidos pelo PECS ou em seu limite”, além de outras “5 vagas adicionais para Guias de Turismo” (INEA, 2018).

Faz-se necessário destacar que, de acordo com o parágrafo 4°, do artigo 6°, da mesma resolução supracitada, os Guias de Turismo não credenciados pelo curso podem atuar normalmente nos parques estaduais, sem prejuízo de sua atividade profissional, com a ressalva apenas de que não farão jus à divulgação de seus nomes e contatos no site do INEA, conforme consta no parágrafo 3° do mesmo artigo (INEA, 2012). Ainda de acordo com o INEA (2016), de uma maneira geral a prestação de serviços atualmente realizada nas UC estaduais ainda ocorre de maneira informal, sem contrato ou atos administrativos formais, estando ainda em fase de implementação a regulamentação desses instrumentos no que tange ao apoio à visitação.

2.4.1.2 O Guia Especializado em Atrativo turístico

Conforme já mencionado anteriormente, de acordo com as atividades desempenhadas e a sua especialidade o Guia de Turismo será classificado e cadastrado como Especializado em Atrativo Turístico quando:

suas atividades compreenderem a prestação de informações técnico-especializadas sobre determinado tipo de atrativo natural ou cultural de interesse turístico, na unidade da federação para qual o mesmo se submeteu à formação profissional específica. (BRASIL, 1993; MTUR, 2014).

O Guia Especializado em Atrativo Natural, juntamente com o condutor de visitantes são teoricamente os profissionais mais aptos a realizar guiamentos turísticos na Natureza, o que inclui as UC cuja categoria de manejo permita a visitação. Em conformidade com a deliberação normativa nº 427, de 4 de outubro de 2001, o profissional que deseja tornar-se Guia de Turismo Especializado em Atrativo Natural (ou Cultural) deve obrigatoriamente ser habilitado como Guia de Turismo Regional em cursos específicos de qualificação ou habilitação profissional (BRASIL, 2001) na unidade da federação onde pretende atuar, requisito não verificado anteriormente, conforme especificou mais recentemente a Portaria nº 27/2014 (MTUR, 2014).

Essa mesma normativa ressalta também a obrigatoriedade da atuação do Guia Regional nas situações em que não haja uma Guia de Turismo Especializado em Atrativo Natural (ou Cultural) disponível. Atualmente, já há oferta de cursos no mercado onde é possível obter concomitantemente a habilitação como Guia de Turismo Regional, Nacional (incluindo América do Sul) e Especializado em Atrativo Natural. Abreu (2015) alerta, no entanto, que a oferta de opções de formação ainda é exígua, sem reserva de mercado para esse nicho de atuação.

2.4.2 Formação

A atividade turística vem apresentando substancial crescimento em todo o planeta e se apresenta como um dos maiores alavancadores de desenvolvimento socioeconômico para países que possuem tal vocação. Tal demanda traz em seu bojo a necessidade cada vez maior e urgente de transformações estruturais no setor, sobretudo no que tange à formação e qualificação de mão-de-obra, embora a gestão pública tenha constatado isso de maneira tardia, principalmente em relação ao aumento da produtividade e competitividade do setor, segundo Trigo (2001).

De fato, no Brasil a profissão de Guia de Turismo ainda é recente, bem como as bases que fundamentam a sua formação, tendo os primeiros cursos surgidos por aqui na década de 1960 (ABREU, 2015). O Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC- SP) foi o precursor na oferta de cursos com carga horária de 180 horas e 4 meses de duração, com a exigência mínima de que o postulante a uma vaga tivesse apenas concluído o então primeiro grau, atual ensino fundamental (MEIRA et al., 2018). De acordo com Celeste Filho (2002, p.44), a base curricular do curso era composta das seguintes disciplinas: Geografia e História Turística; Prevenção de Acidentes e Primeiros Socorros; Folclore, Tradição e Costumes; Relações Humanas; Noções de Arte e Estética e Excursões. É possível perceber que não havia disciplinas relacionadas diretamente à temáticas ambientais e tampouco ao ecoturismo ou áreas correlatas.

Os pioneiros cursos de formação eram realizados pelas próprias agências e ministrados por guias mais experientes, sendo muito comum, na época, o atendimento de demandas voltadas para viagens temáticas, como aos parques de Walt Disney, nos Estados Unidos, muito procurados entre as décadas de 1970 e 1990 (MONTES, 2013). Importante destacar que na década dos anos de 1970, o país já sinalizava para uma demanda educacional focada no ensino profissionalizante e justamente nessa época foi editada a Lei Federal nº5692/71 (BRASIL, 1971), que delineava as diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, este último representando o pré-requisito educacional para os Guias de Turismo naquele momento. Ressalta-se que as poucas ofertas de cursos nesse período eram supridas na iniciativa privada pelo SENAC e, na esfera pública, pela EMBRATUR (MEIRA et al., 2018).

Até o fim da década de 1980, o que inclui o momento de reconhecimento da atividade profissional, em 1986, de acordo com Carvalho (2005) a condução de grupos para fins de turismo era feita por pessoas que obtinham cargos importantes dentro de agências de viagens e, posteriormente, promotores de vendas recebiam como premiação por metas atingidas a

possibilidade de acompanhar clientes nos passeios operados pela agência, o que significou, a partir de então, o aumento da profissionalização do guiamento de passageiros.

O aumento expressivo do número de cursos e o reconhecimento institucional da profissão possibilitou aos guias recém-formados daquela época realizar cadastro junto a Embratur⁵, na época ainda denominada *Empresa Brasileira de Turismo*, condicionado à apresentação de certificação de curso ministrado por agência cadastrada nesse órgão ou instituição de ensino regulamentada, além de serem obrigados a comprovar cinco anos de experiência na atividade (CARVALHO, 2005), o que conferia maior legitimidade e credibilidade a esses profissionais, já que, a partir de então, passavam a usufruir do direito a ter uma carteira de registro profissional, ficando a sua classificação como regional, nacional ou internacional condicionada à possibilidade de conseguirem comprovar sua experiência em alguma dessas habilitações (ABREU, 2015).

A partir de janeiro de 1993, quando entra em vigor a Lei 8.623/93, conhecida como “Lei do Guia”, os Guias foram convocados via Diário Oficial da União, pela EMBRATUR, para a oficialização de seu cadastro, quando, a partir de então, foi dado um prazo de 24 meses para esse procedimento e os profissionais efetivamente cadastrados passaram a ser direcionados para cursos oficiais oferecidos por instituições previamente autorizadas pela por esse órgão (MONTES, 2013). Juntamente com seu respectivo decreto regulamentador, o de nº 946, de 01 de outubro de 1993, a Lei foi um marco referencial pois conferiu à profissão de Guia de Turismo o status de ser a única regulamentada no segmento de turismo no país, estabelecendo e definindo de forma mais clara os pré-requisitos e ações a serem seguidas por todos os postulantes a exercer a profissão, tipologias, atribuições, infrações e penalidades (BRASIL, 1993; ABREU, 2015; ZETTERMANN; VERGARA 2016). Para exercer a profissão, a partir de então, era obrigatória a comprovação de conclusão do antigo segundo grau e de um curso de formação que era ofertado em escolas públicas e privadas autorizadas pela EMBRATUR (CARVALHO, 2003) para as habilitações regional e internacional, cujas respectivas cargas horárias eram de 400h e 550h (MEIRA et al., 2018).

Em 1999, são definidas pelo Conselho Nacional de Educação – CNE as chamadas diretrizes curriculares nacionais para os cursos de nível técnico no país, sendo estabelecidas 20 áreas profissionais prioritárias a partir de uma forte demanda social e do mercado por

⁵Atualmente denominada Instituto Brasileiro de Turismo, é uma autarquia especial do Ministério do Turismo responsável pela execução da Política Nacional de Turismo quanto à promoção, marketing e apoio à comercialização dos destinos, serviços e produtos turísticos brasileiros no mercado internacional. Fonte: <http://www.turismo.gov.br/institucional/2015-04-06-14-28-40.html>

cursos com perfil profissionalizante, cuja grande novidade, à época, foi a autonomia dada às escolas por essa normativa para a definição de suas bases curriculares (BRASIL, 1997b; VALLE, 2004).

Tendo surgido na sequência da Deliberação Normativa nº 426, de 04 de outubro de 2001, que foi o primeiro documento a definir de maneira explícita os cursos de formação de Guia de Turismo como sendo técnicos (ABREU, 2015), a Deliberação Normativa (DN) nº 427/2001 estabeleceu os critérios e normas para a apreciação e o cadastramento, pela EMBRATUR, dos cursos de formação profissional de Guias de Turismo em nível técnico, tendo também servido de base para subsidiar instituições de ensino na formulação de seus respectivos planos de curso (MONTES, 2013; BRASIL, 2001). Foram detalhados ainda perfil do corpo docente, quantitativo e procedimentos nas viagens técnicas obrigatórias, as habilidades e bases tecnológicas que deveriam constar nos cursos e conteúdo programático mínimo nas disciplinas a serem ministradas por modalidade de registro (Regional, Nacional, Internacional e Especialização em Atrativos Turísticos), além de cargas horárias (ABREU, 2015).

A organização curricular sugerida a partir da DN 427/2001 é apresentada para os cursos de Guia de Turismo Regional, Excursão Nacional (contemplando também todas as Unidades da Federação e Países da América do Sul), Excursão Internacional, Especializado em Atrativo Cultural e Especializado em Atrativo Natural. Para os três primeiros, a organização curricular é a mesma, sendo que o curso de Guia de Turismo na categoria Excursão Internacional apresenta uma carga horária mínima (550 horas) maior em relação aos outros dois (400 horas). Já para os cursos de Guia de Turismo Especializado em Atrativo Turístico (Natural ou Cultural), a carga horária mínima para ambos é de 170 horas, tendo como pré-requisito a habilitação prévia como Guia de Turismo Regional (BRASIL, 2001). Se comparadas às cargas horárias dos cursos disponíveis na década de 1960, é possível afirmar que elas praticamente triplicaram (MEIRA et al., 2018).

Em 2008, o parecer CNE/CEB nº 11/2008 determina que os Cursos Técnicos de Nível Médio em Guia de Turismo de nosso país estejam vinculados à Secretaria de Educação Média e Tecnológica – SETEC/MEC e integrados à educação de nível médio técnico na área profissionalizante, sendo ofertados com carga horária mínima de 800 horas e uma equivalência média de 18 meses a 3 anos de duração para a sua conclusão (MONTES, 2013). Criado no mesmo ano e editado a partir da Resolução CNE/CEB nº. 03/2008, o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, no qual estão relacionados a carga horária mínima, perfil do aluno e a infraestrutura recomendada (SARAIVA, 2016), lança sete cursos na área de turismo,

entre eles o de Técnico em Guia de Turismo, que passa a ser oferecido nas modalidades subsequente e(ou) médio integrado (para estudantes já concluintes do ensino médio) nos Institutos Federais, nas escolas das redes estaduais de educação e escolas técnicas a elas vinculadas, e ainda na rede de unidades do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC (MEIRA et al., 2018). De acordo com Saraiva (2016), por serem os cursos de formação de Guia de Turismo de nível técnico, as linhas mestras e orientações encontradas no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos foram respaldadas pelas Diretrizes Curriculares da Educação Profissional Técnica de Nível Médio – EPTNM, definidas na Resolução nº 6, de 20 de setembro de 2012, baixada pelo Ministério da Educação (BRASIL, 2012).

Apesar de todos esses avanços, Abreu (2015, p.15) destaca que “o padrão da formação se mantém o mesmo desde então, apesar das diferentes mudanças do mercado de trabalho e das exigências de um novo tipo de turista e turismo” e vai mais além. Citando também o trabalho de Valle (2004), a pesquisadora problematiza e questiona a eficácia da formação em nível técnico dos postulantes à Guia de Turismo no Brasil, levando-se em conta que em outros países ela equivale a um curso de nível superior e que a profissão “exige conhecimentos ambientais e culturais profundos” e, além disso, lança dúvida acerca da capacidade desses futuros profissionais “atuarem como mediadores culturais, além de administradores da execução de viagens” após lançarem-se no mercado de trabalho (ABREU, 2015; p.17).

Sendo também o presente trabalho uma investigação que permeia as relações que envolvem o profissional Guia de Turismo e o turista ao experienciar determinadas vivências no meio natural, é de fundamental importância conhecer como são apresentadas na literatura científica as vivências relacionadas à Natureza de uma maneira geral, bem como o pensamento de alguns dos estudiosos que se debruçam sobre essa temática.

2.5 Abordagens sobre as vivências relacionadas à Natureza

Até chegarmos às “Vivências com a Natureza”, na perspectiva de Cornell e Mendonça, nesse capítulo faremos uma abordagem sobre a forma ambígua, polissêmica e indefinida com a qual os termos “vivência” e “Natureza” se mostraram nos mecanismos de busca e nas diferentes bases de dados, bem como a perspectiva de alguns autores sobre o tema e sobre a sua relação com a Aprendizagem Sequencial.

O primeiro trabalho a ser analisado é *Vivências na Natureza e as possibilidades inventivas na educação ambiental*, de Mazzarino e De Assis (2016). Tomando como base

metodológica a AS, de Joseph Cornell (sobre a qual discorremos na seção anterior), o artigo aborda perspectivas experimentais no campo da EA sob a ótica das “vivências sensíveis” (MAZZARINO; DE ASSIS, 2016) e tendo como referencial os pressupostos de alguns estudos de base empírica e elaborações teóricas e conceituais de alguns autores nessa área.

Citando os trabalhos de Peralta (2002) e Mendonça (2007), as autoras colocam a perspectiva vivencial como fator desencadeador do processo de tomada de consciência em relação ao meio ambiente, na medida em que as relações mais aprofundadas com a Natureza, aliadas a processos mais tradicionais de aprendizagem, podem levar a maior respeito e cuidado em relação a ela, o que vai ao encontro dos pressupostos formulados por Mendonça (2000) de que apenas informações e conhecimentos não são determinantes no que concerne à mudanças de comportamentos relacionados à conservação do meio natural.

O trabalho apresenta também um interessante paralelo entre as proposições de Cornell e alguns autores como Maturana (1998) e Barcelos (2003), apenas para citar alguns, mostrando que um dos pontos de intercessão entre eles concentra-se no atestar a afetividade e as emoções como aspectos fundamentais dos ciclos de aprendizagem para se alcançar a tão almejada conservação, mostrando-os como um “paradigma emergente” (MAZZARINO; DE ASSIS, 2016, p.12). Isso, inclusive, corrobora o que preconizam Neiman e Mendonça (2000, p.109) ao perguntarem e concomitantemente responderem: “o que de fato move uma pessoa com desejo de contribuir na conservação da natureza? A resposta, há tanto experimentada e comprovada pelos que têm trabalhado na área, é a afetividade.”

Outro aspecto importante a se destacar nesse artigo é como as palavras “vivências” e “Natureza” (“vivências com a Natureza” e “vivências na Natureza”), quando associadas, aparecem no texto. A expressão “vivências com a Natureza” aparece em dois lugares diferentes, fazendo menção ou comentário a respeito do trabalho de Joseph Cornell e Rita Mendonça, respectivamente o criador do movimento SN⁶ (do qual a metodologia do AS é um dos pressupostos) e sua representante aqui no Brasil. Isso se dá possivelmente porque, conceitual e filosoficamente falando, para o SN, em se tratando das “Vivências relacionadas à Natureza”, o foco “está na interação com a natureza, e não simplesmente na Natureza ou para a Natureza”. (MENDONÇA, 2007, p. 123).

Paradoxalmente, “vivências na Natureza” aparece expressamente escrita justamente para dar título a uma seção do artigo sobre a AS (MAZZARINO; DE ASSIS, 2016, p.12) e, mais adiante, quando as autoras discorrem sobre ela e sobre a aplicação das vivências durante

⁶ O *Sharing Nature* é abordado nessa pesquisa no item 2.6.1.

estudo realizado com alunos do Ensino Fundamental da Escola Estadual Barão de Parima, em Roraima. Isso demonstra que as duas expressões estão sendo usadas em um mesmo trabalho científico para se referir a um conceito ou prática correlatos.

No entanto, é importante ressaltar que na visão de Mazzarino e De Assis (2016, p.16) as vivências se apresentam no âmbito da metodologia da AS como potencializadoras de emoções e sentidos variados, entre eles dificuldade de concentração, insegurança e medo, mas também entusiasmo, solidariedade cooperação, vínculos, envolvimento, receptividade, sensibilidade, cuidado, reflexividade, tranquilidade, ampliação da percepção e pertencimento, apenas para citar alguns, chamando a atenção que as mesmas também são o gatilho de vínculos internos, vínculos com as outras pessoas e com a Natureza, vínculos de afetividade, de ressignificação de valores, e o despertar dos sentidos, frequentemente embotados e influenciados pela nossa bagagem cultural.

O artigo do pesquisador Fernando Protti Bueno, denominado *Vivências com a Natureza: uma proposta de Educação Ambiental para o Uso Público em Unidades de Conservação* (BUENO, 2010), publicado na Revista Brasileira de Ecoturismo, tal qual o trabalho anterior também apresenta uma abordagem acerca da metodologia da AS, porém dentro do contexto de possíveis aplicações como proposta de EA em UC sob a ótica do uso público.

Afora o título, a expressão “vivência” aparece duas vezes no texto. No primeiro momento, sem uma definição conceitual clara, porém utilizada quando o autor discorria acerca do tipo de atividades passíveis de serem desenvolvidas no quarto estágio da AS (“Compartilhar a inspiração”), bem como sobre os sentimentos e emoções aí despertadas, sendo a vivência colocada nesse contexto como uma experiência com a Natureza capaz de gerar momentos marcantes para os que dela participaram (BUENO, 2010, p.70). Logo no parágrafo seguinte, as palavras “vivência” e “experiência” surgem lado a lado, o que sugere tratem-se de coisas distintas (BUENO, 2010, p.71).

Entretanto, infere-se que ambas – vivência e experiência – estejam sendo tratadas como algo pertencente ao campo das sensações e emoções, só possíveis de serem alcançadas a partir da “experiência direta” com a Natureza, cujas palavras e uma postura meramente contemplativa talvez não consigam exprimir na sua integralidade, haja vista que “apenas as **transmissões de informações**, por mais importantes que sejam, não são suficientes para promover o aprofundamento, o enraizamento e o estímulo às mudanças de comportamentos” (BUENO, 2010, p.71, grifo nosso).

Por fim, ao discorrer sobre os processos de gestão, planejamento e alternativas de manejo e uso público das UC em função de uma crescente procura dessas áreas com fins de lazer e turismo, o autor ressalta a importância e a aplicabilidade da EA – destacando a eficácia da metodologia da AS - a partir de um direcionamento pedagógico que contemple um “aprendizado proporcionado pelas sensações e pelas experiências advindas do contato com a natureza que, supostamente, modificam os comportamentos e, conseqüentemente, as atitudes dos indivíduos perante a natureza” (BUENO, 2010, p.68).

Um outro trabalho que aborda a temática das vivências relacionadas à Natureza no campo da EA sob a perspectiva da AS é o artigo intitulado *Vivências com a Natureza: experimentando uma proposta de educação ambiental com alunos dos anos finais do ensino fundamental*, de Neuenfeldt e Lima (2016). Durante todo o artigo, as vivências foram tratadas como “Vivências com a Natureza” (como preconizado por Cornell e Rita Mendonça) e a pesquisa analisou o resultado de três delas realizadas com alunos dos últimos anos do Ensino Fundamental de uma escola estadual de Arvorezinha, município do Rio Grande do Sul. Além disso, a metodologia utilizada incluiu a realização de entrevistas, aplicação de questionários e anotações em diário de campo objetivando a análise dos significados da experiência para os discentes. Em nenhum momento há uma definição conceitual clara e objetiva do que sejam “Vivências com a Natureza”, porém foi possível inferir que os autores se referem a elas como experiências vivenciadas na Natureza ou também às práticas utilizadas para se alcançar essas experiências.

Ainda no contexto metodológico, os pontos turísticos do município supracitado - repletos de atrativos naturais - foram pensados e utilizados em seu potencial de atratividade para promover EA a partir das “Vivências com a Natureza” e aproximar os alunos das áreas naturais de onde residem. De acordo com os autores, a escolha da AS se deu principalmente pelo fato do método “visar a tornar as pessoas mais interessadas e receptivas a discussões que envolvem temas ambientais, auxiliando-as a apreciarem a natureza a partir de atividades lúdicas e da educação dos sentidos corporais” (NEUENFELDT; LIMA, 2016, p. 51).

Discorrendo sobre a história do movimento ambientalista mundial, os autores ainda destacam uma tendência à utilização de métodos como a AS – que utilizam as “Vivências com a Natureza”- na sensibilização do homem moderno acerca da atual crise ambiental, por considerar o seu potencial de romper com uma prevalente visão do aspecto unicamente utilitário da Natureza. O artigo discute também a necessidade de um aprofundamento da discussão da temática ambiental sob a ótica da transversalidade nos currículos escolares,

colocando as “Vivências com a Natureza” como eficaz ferramenta a ser utilizada pela EA para atingir tal fim.

Como resultado das vivências, os autores constataram que as mesmas possibilitaram o afloramento de diversas emoções e sentimentos como “diversão, felicidade, liberdade, paz e medo” (NEUENFELDT; LIMA, 2016, p. 63), deixaram marcas positivas sobre os alunos e os fizeram, ainda que em parte, refletir e reavaliar sua maneira de se relacionar com o meio natural. Além disso, propiciaram, a partir de sua dimensão lúdica, uma maior sensibilização corporal por parte dos alunos e maior percepção em relação às nuances e à beleza da Natureza. Foi destacado ainda que um dos pontos fortes da AS é justamente buscar o envolvimento e a receptividade dos participantes em relação à temática ambiental, e que ela possibilitou o afloramento da alegria, da ludicidade e desvelou diversos detalhes da Natureza que costumam passar despercebidos no dia a dia.

Em *Trilhas Interpretativas e Vivências na Natureza: aspectos relacionados à percepção e interpretação da paisagem*, Lima-Guimarães (2010) realiza um estudo relacionado à interpretação e percepção de paisagens no âmbito da Geografia objetivando colaborar com mudanças de atitudes em prol do meio ambiente, bem como servir de instrumental teórico em políticas públicas, programas e projetos relacionados à conservação e à valorização da paisagem.

No trabalho, a pesquisadora coloca as trilhas interpretativas e as “Vivências na Natureza” na base do acesso para “aprendizados experienciais” (LIMA-GUIMARÃES, 2010, p. 8), os quais se constituem em experiências genuínas de imersão no meio natural, onde é possível experimentar “respostas sensoriais e afetivas intensas” (LIMA-GUIMARÃES, 2010, p. 8). No entanto, ao fazer uma distinção entre ambas, situa as “vivências na Natureza” como pontos de passagem e paradas durante o trajeto de uma trilha que possibilitam uma ausculta interna do entorno, e uma autopercepção das experiências vivenciadas com foco no sensível, relacionando-as à percepção, cognição e afetividade, classificadas no estudo como “vivências significativas” (LIMA-GUIMARÃES, 2010, p. 8).

No artigo de Matarezi (2006) denominado *Despertando os sentidos da educação ambiental*, o autor mostra os resultados de pesquisa baseada no programa *Trilha da vida: (re) descobrindo a natureza com os sentidos*, desenvolvido desde 1997 pelo Laboratório de Educação Ambiental (LEA) do Centro de Ciências Tecnológicas da Terra e do Mar (CTTMar) da Universidade do Vale do Itajaí (Univali), a qual é vinculado e onde atua como professor pesquisador. No contexto do trabalho, a *Trilha da Vida* é definida como uma

proposta de educação ambiental no âmbito comunitário e de áreas protegidas, sob a perspectiva crítica, transformadora e emancipatória.

No trabalho, o autor cita duas vezes a expressão “vivências significativas” sem, no entanto, conceituá-las de uma maneira direta e definida. Num primeiro momento, a expressão surge de maneira subentendida e metafórica, soando quase poética, como se os elementos que a ela são intrínsecos - capacidade de despertar os sentidos e as paixões – tivessem o condão de despertar o leitor para um aspecto considerado essencial na obra, ou seja, a “busca de sentidos da própria educação ambiental enquanto unidade entre prática e teoria política” (MATAREZI, 2006, p. 183).

Já na página 192, o termo aparece em comentário do autor sobre os trabalhos de Kobayashy (1991, p.624) a respeito dos “experimentos de primeira mão” realizados com crianças os quais ele define como sendo “instâncias que propiciam vivências significativas a partir dos sentidos básicos da percepção humana” (MATAREZI, 2006, p. 192). Importante destacar que a concepção metodológica da *Trilha da Vida* pressupõe que apenas o uso dos sentidos não é suficiente para aproximar pessoas da Natureza, sendo a experiência real e sensível com o meio natural a chave para perceber e significar os conceitos que a *Trilha da Vida* enseja, tendo como resultado do processo educativo a conscientização e a mudança de atitude em relação ao meio natural.

Um outro trabalho cuja análise faz-se necessária é aquele denominado *Vivências integradas à natureza: Por uma Educação Ambiental que estimule os sentidos* (OLIVEIRA; VARGAS, 2009). O artigo apresenta uma discussão sobre a EA sob uma perspectiva “crítica, emancipatória e libertadora” (OLIVEIRA; VARGAS, 2009, p.309), onde uma pedagogia restituidora das relações homem x Natureza é o foco e na qual as vivências são colocadas como algo diferente e não significando somente práticas a serem realizadas na Natureza, porém relacionadas ao estímulo dos sentidos e à ressignificação das formas de se relacionar, refletir e atuar em relação à Natureza. A palavra “vivência”, associada a outro termo ou no plural, surge no texto várias vezes, significando uma mesma coisa ou conceito, ou de formas diferentes, e serão abordadas aqui as ocorrências que julgamos mais pertinentes ao nosso campo de análise.

Em várias partes do texto as “vivências” apresentam o sentido de uma experiência já realizada ou ainda a ser feita na Natureza, porém de uma maneira difusa e não muito objetiva, como é o caso das seguintes passagens:

A construção de uma consciência ecológica é precedida à construção de uma percepção ambiental, de uma **vivência junto à natureza** [...] é enfatizada a

importância das **vivências em ambientes naturais** para o desenvolvimento da afetividade [...] A **vivência** em grupos permite que se construa uma ação dialógica entre os indivíduos [...] As **vivências integradas ao meio ambiente** são importantes ferramentas metodológicas [...] e que passem a encarar as **vivências perceptivas** como um instrumento de melhorar nossa relação com o ambiente. (OLIVEIRA; VARGAS, 2009, p.311 e seg., grifo nosso).

Interessante notar que em dado momento do texto (OLIVEIRA; VARGAS, 2009, p.318) fazendo referência ao trabalho de Peralta (2002), trilhas e “vivências” em áreas naturais são colocadas num mesmo contexto relacionado à EA como sendo os componentes mais eficazes, porém distintos, para a estimulação perceptiva e interpretativa das pessoas. De uma maneira geral, ainda que surgindo no texto de uma forma difusa e em diferentes contextos, como já mencionado aqui, é possível inferir que a palavra “vivência”, no presente artigo, na maioria dos casos imprime uma conotação de experiência com ou na Natureza, que pode estimular os sentidos e fazer aflorar alguns valores, sentimentos, emoções ou percepções diferenciadas, conduzindo à reflexão crítica sobre nossa prática em relação aos ambientes naturais, tendo como consequência uma mudança comportamental positiva de cada pessoa em relação a si própria, às outras pessoas, ao entorno e à Natureza como um todo.

2.6 Vivências com a Natureza e seus saberes constitutivos

Há um entendimento no presente trabalho de que as chamadas “Vivências com a Natureza” são constituídas a partir das contribuições de diversos campos de conhecimento, que eventualmente se confundem pela semelhança, porém não são idênticos, entretanto mais convergindo do que divergindo para um mesmo campo de atração. Sendo assim, faz-se necessário tornar mais claras e definidas possíveis as suas especificidades identitárias, o que faremos nesse capítulo, iniciando pelo *Sharing Nature*, que adota a expressão “Vivências com a Natureza” para se autodesignar.

2.6.1 *Sharing Nature* e a Aprendizagem Sequencial - AS (*Flow Learning*)

Em uma tradução literal, a expressão em inglês *Sharing Nature* significa “compartilhando a natureza”, e representa a ideia, o espírito e o conceito do Movimento *Sharing Nature* - SN, criado em 1979 (SHARING NATURE, [201-]) pelo naturalista Joseph Cornell. O SN está no Brasil desde 1996, representado pelo Instituto Romã, cuja coordenadora é a bióloga e mestre em sociologia Rita Mendonça (INSTITUTO ROMÃ, [201-]). Essa instituição brasileira utilizou a expressão em português “Vivências com a Natureza” para designar o termo *Sharing Nature* e caracterizar “uma abordagem própria” na forma como o homem relaciona-se com o meio natural. Além disso, segundo Mendonça, “Vivências com a Natureza”

corresponde a uma visão de mundo e uma pedagogia específicas, e estão integradas ao contexto da educação ambiental vivencial por consistir numa proposta de experimentação de conceitos, de observação das emoções, sentimentos e pensamentos, e por contribuir, de forma subjetiva e muito forte, para a conservação da Natureza. Aparentemente genérico esse nome designa uma abordagem própria, voltada para um conjunto de práticas a serem realizadas em ambientes naturais em que o foco está na interação com a natureza, e não simplesmente na Natureza ou para a Natureza. O termo Natureza é aqui entendido também de forma ampla, mas se relaciona especialmente a tudo o que é vivo, ou faz parte dos ciclos da vida (o que inclui os minerais, os seres humanos, etc.). (MENDONÇA, 2007, p. 123).

E representa também um processo para “possibilitar às pessoas observar a própria experiência, o próprio sentir e pensar” (MENDONÇA, 2007, p. 124). Lembrando Cornell, ao discorrer sobre os fatores que levam as pessoas a desejarem colaborar na conservação da Natureza, a pesquisadora afirma que isso só é possível quando envolve afetividade, quando se tem “com a natureza uma relação afetiva, de amor, que gera o desejo de que ela continue existindo” (NEIMAN; MENDONÇA, 2000, p.109), já que simplesmente conhecê-la não é o suficiente.

O *Sharing Nature* trabalha com o conceito de que não existe uma separação entre o eu e o mundo, percebamos ou não, onde cada ser tem sua experiência pessoal e cada um produz o mundo segundo suas próprias estruturas, onde é possível pensar nas visitas à Natureza como laboratórios de experiências e de elaborações de novas relações com o mundo (MENDONÇA, 2000). Sua metodologia é dirigida a guias/monitores/educadores que conduzem grupos na Natureza e propõe um aprimoramento das visitas através de uma proposta de vivência, de envolvimento profundo de cada participante, criando laços sólidos com a Natureza (MENDONÇA, 2000).

O SN propõe cinco recomendações dirigidas a guias/monitores/educadores que conduzem grupos na Natureza e que formam as premissas básicas que deram origem à metodologia da Aprendizagem Sequencial:

- Ensine menos e compartilhe mais.
- Seja receptivo.
- Concentre a atenção do grupo.
- Observe e sinta primeiro, fale depois.
- Crie um ambiente leve, alegre e receptivo (MENDONÇA, 2017, p.48-49).

As atividades preconizadas por Joseph Cornell, têm sua atuação justamente nesse campo, o da facilitação da interação com o mundo natural, sejam elas aplicadas separadamente ou potencializadas através da metodologia da “*Aprendizagem Sequencial*” – AS (*Flow Learning*, em inglês) que consiste em quatro estágios⁷ (Quadro 2): **Estágio 1** - despertar o entusiasmo; **Estágio 2** - concentrar a atenção; **Estágio 3** - dirigir a experiência; **Estágio 4** - compartilhar a inspiração.

⁷ O termo “Fase” é comumente encontrado na literatura científica sobre a AS em substituição a “Estágio”. Essa alternância de nomenclatura pode até mesmo ser encontrada em obras do próprio Joseph Cornell e de Rita Mendonça.

QUADRO 2 - Diferentes fases da Metodologia da Aprendizagem Sequencial.

	ORIENTAÇÕES E CARACTERÍSTICAS GERAIS	QUALIDADES	OBJETIVOS
ESTÁGIO 1 DESPERTAR O ENTUSIASMO	<ul style="list-style-type: none"> - Criar uma atmosfera de grupo - Atividades ativas e animadas, seja para concentrar pela agitação já existente ou estimular os desinteressados/pouco integrados - Levar os participantes a crer que irão fazer coisas diferentes da vida cotidiana - Não entrar em uma trilha com as pessoas ainda agitadas e dispersas, evitando desatenção e situações de perigo 	<ul style="list-style-type: none"> - Divertimento - Atenção - Consciência de pertencimento ao grupo - Harmonização das disposições dos participantes 	<ul style="list-style-type: none"> - Criar atmosfera de entusiasmo - Tornar dinâmico o início e estimular a receptividade - Superar a passividade - Criar envolvimento - Minimizar problemas de disciplina - Desenvolver conexão e afeto pelo educador/monitor/guia - Criar boa dinâmica de grupo - Proporcionar direcionamento e estrutura, revelando ao grupo que as vivências estão organizadas e têm objetivos claros - Preparar para as próximas atividades, mais sensíveis
ESTÁGIO 2 CONCENTRAR A ATENÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> - Retomar com o grupo o que acontece no momento presente: a busca da conexão com a Natureza, o que nos une às demais espécies, que emoções pulsam mais forte naquele momento. Enfim, tudo o que o educador /monitor/guia possa trazer para que o grupo atinja o máximo grau de consciência do agora possível - Podem ser sugeridos alguns exercícios de alongamento e consciência corporal - O educador /monitor/guia deve concentrar as suas falas nas explicações das atividades, quando for o caso 	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolver a receptividade 	<ul style="list-style-type: none"> - Aumentar o nível de atenção - Ampliar a percepção pelo aumento da atenção - Canalizar positivamente a energia do entusiasmo trabalhada no Estágio 1 - Desenvolver habilidades de observação - Acalmar a mente e mantê-la alerta - Desenvolver a receptividade para experiências mais sensíveis com a Natureza
ESTÁGIO 3 EXPERIÊNCIA DIRETA	<ul style="list-style-type: none"> - As atividades/vivências são as mais sensíveis e delicadas de todas as fases - Escolher áreas que propiciem experiências as mais diretas e positivas possíveis com a natureza - As atividades/vivências têm a finalidade de intensificar um ou mais sentidos - As atividades/vivências assemelham-se às do Estágio 2, mas têm maior potencial de envolvimento dos participantes com uma experiência direta 	<ul style="list-style-type: none"> - Absorção - Intuição - Conexão - Empatia - Vínculo 	<ul style="list-style-type: none"> - Aprender com o coração - Aprender pela experiência direta, intuitiva, vivida - Estimular o encantamento, a empatia e o amor - Compreender com profundidade os ideais ecológicos - Permitir que a Natureza se revele
ESTÁGIO 4 COMPARTILHAR A INSPIRAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> - O educador /monitor/guia deve ajudar os participantes a terem consciência e a nomearem a experiência que tiveram, para que ela passe a fazer parte de sua história - Momento de sedimentar a experiência e finalizar o dia, possibilitando a sensação de totalidade - Atividades envolventes e poéticas - É um convite a que cada participante expresse o melhor de si 	<ul style="list-style-type: none"> - Ampliação - Enraizamento - Expressão 	<ul style="list-style-type: none"> - Clarificar e intensificar as experiências pessoais - Reforçar o sentimento de equidade - Nomear experiências profundas - Estimular a expressão artística - Criar vínculo - Dar um <i>feedback</i> para o educador /monitor/guia, para que perceba se alcançou seus objetivos pelo nível de inspiração das expressões dos participantes

Fonte: Adaptado pelo autor a partir de Serrano (2000, p. 152-157); Mendonça (2017, p.52-57) e Cornell (1989, p.46-47).

Bueno (2010) alerta para o fato de que a metodologia não apresenta uma estrutura rígida, e que pela sua alta adaptabilidade e flexibilidade pode e deve ser adaptada para diferentes contextos, situações, espaços e características culturais dos locais onde é aplicada. Ele ressalta que ainda predomina um paradigma informativo e contemplativo nas atividades de uso público das unidades de conservação relacionadas à educação ambiental e que a AS tem um forte potencial de contraposição a esse contexto, haja vista que através da reflexão e da sensibilização consegue aguçar o senso crítico dos visitantes em prol da conservação.

Assim como o *Sharing Nature* e a AS têm um papel fundamental na abordagem metodológica da pesquisa, o mesmo ocorre com a Arte de Anfitriar Conversas, sobre a qual falaremos a seguir e cujo termo correlato em inglês é *Art of Hosting – AoH*. Seu conjunto de práticas colaborativas foi decisivo nos resultados do presente trabalho na medida em que, no Estudo de Caso, facilitou a imersão, a apreensão e o registro das percepções dos sujeitos nessa fase da pesquisa.

2.6.2 A Arte de Anfitriar Conversas (*Art of Hosting*)

Tendo surgido organicamente, sem criador ou autoria, lideranças, cargos oficiais ou estrutura organizacional formal, A Arte de Anfitriar Conversas ou o *Art of Hosting - AoH* representa um conjunto de práticas colaborativas que trabalha a sabedoria e a inteligência coletiva objetivando facilitar o diálogo, baseado em uma filosofia ou princípios que utilizam e integram a diversidade, elaborando, minimizando e resignificando conflitos (ART OF HOSTING, [201-]).

Segundo Sandfort e colaboradores (2012), o AoH pode ser considerado uma prática intencional de aprendizagem através da reflexão e, embora os praticantes sejam treinados na arte de anfitriar e aprendam um conjunto de técnicas e padrões, ele é muito mais do que isso e do que um método. Ainda segundo as autoras, os praticantes que desejam tornar-se seus multiplicadores são encorajados a adaptar suas técnicas e práticas aos diferentes contextos onde venham a ser aplicados e, uma vez que tenham se tornado novos anfitriões, são convidados a participar de comunidades, caracterizando o AoH como uma filosofia baseada na democracia, onde o conhecimento e os processos de facilitação são socializados sem custo entre seus membros.

Para De Lima Minari e Rabinovici (2014, p.60), a rede AoH desenvolve e utiliza um conjunto de processos participativos baseados em tecnologias sociais colaborativas (a colheita coletiva de histórias, o círculo, o *open space* (espaço aberto), o *the world café* (café global) e o *pró-action café* (café pró-ação), entre outras, são alguns exemplos) “inspiradas em sistemas

vivos auto-organizados, fundamentadas no diálogo e nas consideradas artes: da liderança participativa, de fazer perguntas, de anfitriar conversas significativas e de colher resultados que importam”, que têm na chamada *The Four Fould Practice*⁸ (Caminho Quádruplo) uma forma de orientação mais profunda e direcionada para seus praticantes (SANDFORT et al., 2012). Segundo Nagel (2015), o Caminho Quádruplo é dividido nas 4 fases a seguir:

Fase 1: Autoanfitrie-se - Esteja disposto a suportar o caos, presente de maneira integral e não apenas fisicamente, sem distrações, atento às múltiplas formas que você tem de contribuir em uma determinada situação ou contexto e dedicando-se a trabalhar coletivamente e da maneira mais colaborativa possível para o seu grupo. Enfim, faça um *check-in* consigo próprio e conheça bem o seu ambiente de atuação já que você irá influenciar aqueles que nele estão, bem como será afetado por todos também.

Fase 2: Seja anfitriado - Calibre a sua percepção para ouvir e estar aberto para o outro, com respeito, sem pré-julgamentos e de forma que isso contribua para uma conversação realmente dialógica, já que conversar é uma arte e não um simples bate-papo sem propósitos. Ao pré-julgarmos, perdemos a possibilidade de conhecer o novo. Uma conversa significativa é sempre feita coletivamente e tem o condão de desarmar e desacelerar as pessoas, gerando sabedoria e clareza.

Fase 3: Anfitrie - Esteja disposto a iniciar conversas que realmente importam com coragem. Encontre-as e seja o anfitrião de perguntas poderosas para aqueles que estejam abertos a ouvi-lo, certificando-se de colher os padrões, os *insights* e o que você considera sábio e interessante desse momento. Conversar de forma significativa é um ato de liderança por excelência, e é preciso lembrar que o ambiente no qual você e o grupo estão é como um *container* criado pelo líder, sobre o qual ele tem grande responsabilidade sobre a condução dos trabalhos coletivos que ali serão realizados, bem como sobre as pessoas que deles participarão. Esclareça os propósitos desse trabalho e, tendo confiança nos seus colegas de atividade, inicie com uma pergunta significativa e poderosa, tendo a certeza e o foco de que a colheita será sustentável e tudo terá valido à pena no final.

Fase 4 - Seja parte de uma comunidade de anfitriões, disseminando coletivamente esses conhecimentos - Disponha-se a cocriar e a coanfitriar coletivamente, doando ao grupo suas experiências e bagagem de vida, tendo participação ativa e contribuindo no esforço coletivo para o resultado final. As melhores conversas surgem daquilo que está no

⁸ Em português, “Caminho Quádruplo”. Para maior compreensão, acessar: http://api.ning.com/files/IBaCqtvu*C4*1mV*AAoNir5DS6gG3Pw9oAh1G1dfD5hBtKO9QoZYakLt2hsnvTVK C1DhgZ9YD-KI9o4lQAiagSTzL-XIB5Ux/130300FourFoldPracticeMA.pdf e também <https://youtu.be/FWodPL9C1UI>.

centro, são fruto não das agendas individuais de cada um, mas do que emerge como sendo algo novo para todos e que precisa ser descoberto, desvelado coletivamente, já que pouco valor tem nesse processo o protagonismo individual, importando mais a sinergia e a inspiração de todos, formando uma corrente una que é muito mais vigorosa do que a soma das partes. Dessa maneira, dessa rede de conversas significativas surgirão resultados sustentáveis, sólidos, surpreendentes e inesperados.

Durante o Estudo de Caso, muitos desses processos foram utilizados com os sujeitos da pesquisa durante a realização das vivências na trilha, que iniciava justamente com um convite à formação do Círculo. No cotidiano das práticas do AoH, a maneira de convidar tem uma grande importância porque significa um chamamento especial de atenção, para que cada participante “traga o seu eu completo para o espaço de aprendizagem”. Isto é frequentemente caracterizado como “trazer coração, espírito e a mente do participante para o aprendizado” (NAGEL, 2015, p. 44, tradução nossa)⁹. As perguntas, sobretudo as poderosas, são bastante valorizadas e parte integrante das metodologias utilizadas pelo AoH (ART OF HOSTING, [201-]).

O Círculo¹⁰, por sua vez, foi escolhido por ser muito utilizado em processos participativos e por seu caráter ancestral pois, segundo Baldwin (1997), tem servido de base de várias culturas já que, de forma milenar, vem possibilitando encontros e conexões entre seres humanos através de conversas significativas. Ainda de acordo com Baldwin (1997), um dos componentes do Círculo é o “*Check-in*”, que é um momento de compartilhamento que auxilia os participantes a colocarem-se com uma intenção e estado de espírito em relação ao momento que estão vivenciando e ao seu compromisso com ele. No “*Check-in*” as pessoas presentes no círculo podem utilizar algum objeto ou artefato auxiliar da fala, que vai passando de mão em mão e é colocado no centro do círculo e retirado sucessivamente por cada participante, que voluntariamente se dispõe a fazer a sua apresentação pessoal, podendo ser uma fala curta, uma elaboração sobre suas expectativas, um pensamento ou um simples gesto (BALDWIN, 1997). Esse é o momento em que aquele que conduz o processo, como um anfitrião, propicia um lugar seguro para o diálogo e que representa para os participantes a entronização da sua própria prática de anfitriar conversas significativas (NAGEL, 2015).

⁹ O texto em inglês é: “This is often characterized as bringing one’s heart and spirit into the learning as well as the mind.”

¹⁰ Sobre o círculo, consultar: www.peerspirit.com, <http://www.thecircleway.net/the-circle-way> e os trabalhos de Ann Linnea e Christina Baldwin, especialmente a obra supracitada *Calling the Circle, the First and Future Culture* (BALDWIN, 1997).

Ao incorporar as práticas do AoH e disseminá-las para alunos da disciplina *Desenvolvimento Sustentável* para cinco cursos do Instituto de Biociências (IBIO) da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO, a partir de 2016, Sampaio (2018) constatou que as mesmas potencializaram a organização e o fluxo das aulas, podendo ser aplicadas tanto à disciplinas que abordam conteúdos complexos quanto programaticamente extensas, além de dar maior protagonismo aos discentes no processo de aprendizagem por valorizar a subjetividade de cada um. Para a autora, as experiências de sala de aula foram vivências humanizadoras.

Segundo Mena (2015), por promoverem a participação em grupo e serem baseadas na inteligência coletiva, a proposta do AoH e suas práticas podem ser utilizadas e adaptadas para qualquer instância de poder ou contexto cultural, seja no ambiente corporativo ou em uma comunidade ribeirinha amazônica, da onde infere-se que poderão ser adaptadas e trazidas para o âmbito dessa pesquisa enquanto referencial teórico, já que a mesma transita pelo campo investigativo das “vivências com a Natureza”, e o Guia de Turismo, sob a perspectiva das atividades a serem empreendidas no Estudo de Caso, pode ser considerado um anfitrião, aquele que convida o grupo ou o turista a conhecer e vivenciar a Natureza de uma outra maneira, cuidando artesanalmente de todos os detalhes e etapas do processo de guiamento para que a experiência de visita seja positiva e diferenciada.

Dentro da proposta de apresentar o leque de saberes constitutivos das “Vivências com a Natureza”, e partindo do princípio de que elas podem ser consideradas também uma abordagem pedagógica no âmbito da educação ambiental vivencial, na próxima seção daremos destaque à algumas elaborações teóricas acerca da Educação Ambiental que, formal ou informal, parece ser um dos objetivos finais de todas as práticas vivenciais abrangidas pela presente pesquisa.

2.6.3 Educação Ambiental (EA)

A Educação Ambiental constitui-se num vasto campo do conhecimento, ensejando inúmeras formas de compreensão que são oriundas das diferentes concepções de mundo que possibilitam abarcar, e das diferentes abordagens pedagógicas que lhe são constitutivas no processo histórico (LOUREIRO, 2004). No contexto da modernidade, possui uma forte interface com o segmento do ecoturismo, já que o mesmo, na efervescência crescente dos debates ambientalistas dos anos da década de 1980, surge como novo nicho, favorecido pela grande procura de pessoas interessadas em maior aproximação e novas experiências com e no

meio natural que significassem uma ruptura com o padrão vigente do turismo de massa (SERRANO, 2000).

No início da década anterior, em 1970, já haviam eclodido as manifestações ecológicas de enfrentamento da problemática ambiental, objetivando dar ciência ao mundo sobre os desequilíbrios socioambientais do planeta, bem como sobre a ideia equivocada e otimista da finitude dos recursos, além de sua distribuição e acesso desiguais, que culminaram, dois anos depois, com a realização da Conferência Mundial sobre Meio Ambiente, em Estocolmo, na Suécia, marco referencial no campo da EA e a partir da qual esse campo de conhecimento passou a ser visto como essencial e prioritário no enfrentamento de todos os problemas supracitados (MAZZARINO; DE ASSIS, 2016).

Importante destacar também que a Conferência de Estocolmo foi a catalisadora das discussões internacionais sobre o meio ambiente, sobretudo acerca da necessidade de mudanças sobre o conceito e o modelo de desenvolvimento vigente que, baseado apenas nas variáveis econômicas, sem considerar a dimensão da conservação, vinha ocasionando variadas implicações socioambientais indesejáveis em âmbito planetário. Como desdobramento, anos depois, em 1987, deu-se a publicação do Relatório Brundtland pela Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento. Denominado à época como “Nosso Futuro Comum” (*Our Common Future*), ele cunhou o conceito de desenvolvimento sustentável, definindo-o como sendo uma forma de atender às demandas presentes da humanidade “sem comprometer a habilidade das futuras gerações de satisfazer suas próprias necessidades” (BRUNDTLAND, 1987).

Embora tal definição tenha sido cunhada com base em um conceito de desenvolvimento humano que objetivava conciliar os aspectos ambiental, social e econômico (SACHS, 2007), ela é vaga e imprecisa na medida em que não propõe as ações necessárias para atingir o propalado desenvolvimento sustentável. Por aqui, logo após a realização da Conferência Mundial sobre Meio Ambiente de 1992, que ficou conhecida como ECO 92 e precipitou o surgimento da Agenda 21¹¹, a EA emerge de maneira ainda mais vigorosa, culminando na implantação da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) a partir da

¹¹ A Agenda 21 é tida como um plano de ação da UNCED – *United Nations Conference for Environment and Development*, (Conferência da ONU para o Meio Ambiente e Desenvolvimento), A Rio 92, “para a promoção do desenvolvimento sustentável na esfera nacional. Ela estabelece as diretrizes e as referências para a implantação de políticas e programas em torno das relações econômicas e sociais, do manejo e conservação dos recursos para o desenvolvimento, do fortalecimento do papel dos grupos sociais e dos meios de implantação das diretrizes propostas” (ALBUQUERQUE, 2008, p.187).

sanção da Lei nº 9795, de 27 de abril de 1999, regulamentada pelo Decreto nº 4281, de 25 de junho de 2002, que eleva a EA ao status de instrumental teórico para a elaboração de políticas públicas (BRASIL, 1999).

Um outro importante documento constituinte da base normativa na qual se estruturou a educação ambiental no Brasil foi o Programa Nacional de EA – ProNEA, criado também como desdobramento do Fórum Global, da ECO 92, após consultas públicas e em conformidade com o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global – TEASSRG. Pode-se dizer que o ProNEA contém as linhas mestras da EA no Brasil (PEREIRA M.B., 2016). O TEASSRG é ainda hoje uma referência na área e foi uma produção coletiva que envolveu sociedade civil, educadores ambientais e ambientalistas de diversos países (BRASIL, 1992) e, no âmbito do presente trabalho, merece alguns detalhamentos, já que alguns de seus pressupostos são importantes para a compreensão dos princípios norteadores das chamadas “Vivências com a Natureza”.

Realçando a necessidade do senso coletivo de assunção de responsabilidades, logo em sua introdução o documento destaca que a EA, colocada a serviço de um desenvolvimento sustentável equânime, é:

um processo de aprendizagem permanente, baseado no respeito a todas as formas de vida. Tal educação afirma valores e ações que contribuem para a transformação humana e social e para a preservação ecológica. Ela estimula a formação de sociedades socialmente justas e ecologicamente equilibradas, que conservam entre si relação de interdependência e diversidade. (BRASIL, 1992, [n.p.]).

O documento coloca ainda a racionalidade ambiental citada já aqui nesse trabalho a partir da perspectiva de Henrique Leff, originada pelo nosso padrão civilizatório ocidental como a origem de diversos problemas socioambientais e econômicos, cuja base é a “superprodução e superconsumo para uns e em subconsumo e falta de condições para produzir por parte da grande maioria” (BRASIL, 1992, [n.p.]). Logo após a introdução, são apresentados 16 “Princípios da Educação para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global”, dos quais destacam-se os de número 1, 2, 3, 13, 15 e 16, a saber:

1- A educação é um direito de todos; somos todos **aprendizes e educadores**; (BRASIL, 1992, [n.p.], grifo nosso).

2- A educação ambiental deve ter como base o **pensamento crítico e inovador**, em qualquer tempo ou lugar, em seu modo formal, não-formal e informal, **promovendo a transformação** e a **construção** da sociedade; (BRASIL, 1992, [n.p.], grifo nosso).

3- A EA é **individual e coletiva**. Tem o propósito de formar cidadãos com **consciência local e planetária**, que respeitem a autodeterminação dos povos e a soberania das nações; (BRASIL, 1992, [n.p.], grifo nosso).

13- A EA deve promover a **cooperação** e o **diálogo** entre indivíduos e instituições, com a finalidade de **criar novos modos de vida**, baseados em atender às necessidades básicas de todos, sem distinções étnicas, físicas, de gênero, idade, religião ou classe.; (BRASIL, 1992, [n.p.], grifo nosso).

15- A EA deve integrar conhecimentos, aptidões, valores, atitudes e ações. Deve converter cada oportunidade em **experiências educativas de sociedades sustentáveis**; (BRASIL, 1992, [n.p.], grifo nosso).

16- A EA deve ajudar a desenvolver uma **consciência ética sobre todas as formas de vida** com as quais **compartilhamos** este planeta, **respeitar seus ciclos vitais e impor limites à exploração** dessas formas de vida pelos seres humanos. (BRASIL, 1992, [n.p.], grifo nosso).

Para Mendonça (2007), a chamada Educação Ambiental Vivencial - EAV é importante para a compreensão do que sejam as “Vivências com a Natureza” na concepção de Joseph Cornell e do movimento *Sharing Nature*. Sua proposta pedagógica considera a integralidade dos sujeitos, a aprendizagem corporal, o desenvolvimento da sensibilidade, a autopercepção e o estar atento ao entorno, à natureza e ao universo, de forma que o conteudismo informativo que caracteriza a educação formal e positivista do era moderna não se sobreponha, embote ou venha a inibir os processos mais profundos e sutis que incidem sobre o processo educacional, já que, para a autora, a EA cuja pedagogia é baseada na transmissão de informações tem se constituído em um padrão predominante.

Algo que encontra intercessão com a fala de Lima-Guimarães (2010), que, ao teorizar sobre experiências ambientais vivenciais em trilhas relacionando-as à EA e às “Vivências na Natureza”, alerta veementemente sobre a necessidade de romper as barreiras de uma pedagogia ainda fortemente atrelada a um “modo de transmitirmos conhecimentos embasados em racionalidades cartesianas tradicionais” que limitam o conhecimento, as trocas e o compartilhamento de experiências e aprendizagens significativas na Natureza. Para Bonotto (2008), essa racionalidade típica do pensamento ocidental, com forte acento cognitivo, tem

representado uma progressiva ruptura com a afetividade que deve ser a base de todos os processos educativos.

2.6.4 Estudos do Meio

Neiman e Mendonça (2000, p.11), classificam os chamados Estudos do Meio como “atividades promovidas no âmbito escolar que têm por objetivos, por meio do contato direto com a realidade, trazer para o debate as observações dos alunos”. Para Ferreira e Coutinho (2000), são uma poderosa ferramenta pedagógica no âmbito da EA, ocupando posição estratégica no sentido de tornar mais ricas e interessantes as práticas docentes, promover a integração e a interdisciplinaridade, bem como pela possibilidade de romper os limites das salas de aula e permitir aos alunos vivenciar e questionar suas próprias experiências e do mundo que se apresenta no ambiente extraclasse.

Ao realizar práticas de estudo do meio e “vivências com a Natureza” com cerca de 150 alunos de 6 turmas dos ensinos fundamental e médio de uma escola estadual do município de Rosana-SP, em trilha localizada em uma UC, objetivando investigar a educação vivencial no meio natural a partir da utilização Aprendizagem Sequencial, Bueno e Almeida (2014) utilizaram a estimulação sensorial, a criatividade e o amor para o fortalecimento da aprendizagem e o desenvolvimento dos discentes. Como resultado, constataram que as vivências se constituem em poderosa ferramenta pedagógica e aliada da EA, colaborando no processo de aprendizagem e na formação dos alunos

Já para Lesting e Sorrentino (2008, p.604), são vivências ou atividades de campo realizadas fora do ambiente escolar e com uma proposta pedagógica direcionada para o aprofundamento e a diversificação de olhares sobre os conteúdos escolares, cujo sucesso está no planejamento prévio e minucioso das atividades e no foco das potencialidades de ensino-aprendizagem que enseja, onde algumas variáveis tais como a “observação, percepção, interpretação e análise dos dados coletados” incidem sobre o resultado final, que deve ser a interpretação e um maior conhecimento a respeito do meio em que se vive baseados na afetividade, no encantamento que tais saídas de campo provocam e no desejo de compartilhar tais experiências.

Esses mesmos autores destacam, entretanto, que os pressupostos supracitados não bastam para caracterizar um estudo do meio como uma proposta pedagógica relacionada à EA. Citando trabalhos de Freire (2000) e Mendonça (2003), entre outros, eles declaram haver uma posição quase consensual de que a EA é algo muito mais abrangente do que ações pontuais e de ordem técnica tais como a coleta seletiva, por exemplo, demandando uma maior

reflexão e mais complexa elaboração sobre a problemática ambiental e maior comprometimento com as discussões que enseja, além de estar imbuída de uma proposta politizadora dos sujeitos em relação às complexas questões ambientais que comprometem o equilíbrio e a sustentabilidade do planeta, bem como a distribuição mais equânime dos recursos naturais.

Dentro da visão positivista, do racionalismo e da fragmentação do conhecimento que caracterizam a sociedade ocidental pós-revolução científica, nosso sistema educacional erigiu-se baseado no pressuposto de que é possível conhecer e se apropriar de uma realidade sem vivenciá-la, e de que é possível aprender “separado daquilo que é aprendido, que o conhecimento pode existir em separado daquele que aprende” (MENDONÇA, 2007, p.120). Sendo assim, uma das premissas da aprendizagem vivencial que caracteriza os estudos do meio é a necessidade de entregar-se integralmente à experiência e estar sensível e atento aos sinais do corpo, já que o mesmo é tão sujeito do ato de aprender quanto o intelecto, que também “interage com o que deve ser aprendido” (MENDONÇA, 2007, p.120).

Neiman e Mendonça (2000) destacam ainda que, além de uma atividade pedagógica por excelência, os estudos do meio são um campo novo de conhecimento no âmbito da educação ambiental, demandando investimento em especialização para os educadores e profissionais de turismo que nele queiram atuar, sendo a pesquisa e o aprimoramento das vivências uma meta a ser perseguida. Tal afirmação ressalta a importância da investigação científica acerca dos estudos do meio e das “vivências com a Natureza” no âmbito de um mestrado profissional em ecoturismo e conservação, já que uma de suas propostas é justamente promover uma interface entre o ambiente acadêmico e as demandas do mercado de trabalho.

Conforme mencionado no início do presente trabalho, a Interpretação Ambiental (IA) é a mais utilizada forma de condução de grupos/pessoas em guiamentos turísticos na Natureza, além de elemento constitutivo chave do problema de pesquisa e da formulação de suas perguntas norteadoras, razão pela qual abordaremos a seguir seus fundamentos e pressupostos.

2.6.5 Interpretação Ambiental (IA)

A IA teve suas bases e pressupostos formulados pelo dramaturgo e filósofo norte-americano Freeman Tilden, que estabeleceu os seus princípios:

- A interpretação deve relacionar os objetos de divulgação ou interpretação com a personalidade ou experiência das pessoas a quem se dirige.
- A informação, como tal, não é interpretação. A interpretação é uma forma de comunicação que vai além da informação, tratando dos significados, inter-relações e questionamentos. Porém, toda interpretação inclui informação.
- A interpretação é uma arte que combina muitas artes (sejam científicas, históricas, arquitetônicas) para explicar os temas, utilizando todos os sentidos para construir conceitos e provocar reações no indivíduo. O objetivo fundamental da interpretação não é a instrução, mas a provocação; deve despertar curiosidade, ressaltando o que parece, a princípio, insignificante.
- A interpretação deve tratar do todo em conjunto e não de partes isoladas; os temas devem estar inter-relacionados.
- A interpretação deve ser dirigida para públicos e interesses determinados: grupos de escolas, adultos em férias, etc.
- A linguagem interpretativa adota os componentes fundamentais da comunicação. (TILDEN, 1957, *apud* MITRAUD 2003, p.262-263).

A respeito dos componentes da comunicação elencados por Tilden (emissor, receptor, mensagem, meio e resposta), Mitraud (2003) faz distinção entre transmissão de informações e a interpretação, destacando que a diferença reside na forma como é realizada a comunicação, já que a interpretação deve ser provocadora, crítica, direcionada e planejada no que tange a sensibilizar o visitante a observar de maneira mais aguçada o seu entorno. Vasconcellos (1997) corrobora essa importância da abordagem comunicativa para a eficácia da IA e ressalta que ela, trazida para o contexto de sua aplicabilidade em áreas naturais, funciona como uma tradutora da linguagem da Natureza, alargando os horizontes da percepção das pessoas em relação a tudo o que o meio natural representa e encerra.

A preocupação com o processo comunicacional e suas diferentes abordagens técnicas deve ser grande e constante a ponto de não tornar a IA um processo unidirecional e enfadonho àquele que é o receptor da mensagem interpretativa. Por isso, Menghini (2005) defende a ideia de que a atuação de um Guia de Turismo, monitor ou professor não deve ser encarada como se estes estivessem em uma sala de aula, na qual há mestres soberanos detentores do conhecimento e aprendizes a serem disciplinados e preenchidos com informações e conteúdos diversos, tal qual já alertara Freire (1987) em sua obra *Pedagogia do Oprimido*. Para a autora,

o intérprete deve ter a capacidade de dimensionar e definir a abordagem mais eficaz no tocante ao ensino-aprendizagem em ambientes informais de educação, promovendo uma relação dialógica, participativa e envolvente.

Já Delgado (2000, p.157) entende o intérprete ambiental como aquele que incorpora diversas facetas quando de sua atuação no meio natural, não sendo necessária e exclusivamente um “guia turístico, educador, policial ou fiscal” da Natureza, mas uma mescla desses profissionais, atuando no sentido de estimular os sentidos do visitante através da “criação” de imagens daquilo que ele está vendo e vivenciando e a reflexão acerca do valor do patrimônio ambiental local, fazendo com que esse visitante, ainda que sem perceber, migre da condição de mero espectador para parceiro nos cuidados e conservação de uma determinada área. Nessa medida, para este autor a IA pode ser também uma aliada do ordenamento do uso público e do manejo de visitação de áreas naturais.

Importante destacar que o SNUC tem como objetivos descritos no item XII do Art. 3º a promoção da IA e da EA, além de atividades recreativas em contato com a Natureza e o turismo ecológico (BRASIL, 2000). Hanai e Netto (2006) defendem inclusive que o ecoturismo, quando feito de maneira consciente e responsável, favorece a realização de atividades de percepção e IA, as quais devem servir como ferramentas para aprimorar a experiência de visitação de turistas na Natureza, já que, segundo os autores, as áreas naturais protegidas configuram-se como ambientes altamente propícios para o estabelecimento de programas educativos e à reconexão do homem com o meio natural.

Do ponto de vista do turismo da era moderna, isso tem grande importância, haja vista que muitas vezes um visitante perpassa um atrativo de ponta a ponta sem, no entanto, conhecê-lo ou vivenciá-lo na sua integralidade, já que frequentemente o fim é considerado mais importante do que o meio, e um *post* do local visitado nas redes sociais torna-se mais significativo e valorizado que um mergulho nas águas geladas de uma cachoeira. Perceber o meio ambiente e o mundo à nossa volta em atividades realizadas na Natureza é algo muito importante, o que, no entanto, não se trata apenas das sensações que captamos com os órgãos dos sentidos, questões essas tratadas e discutidas pela Percepção Ambiental (PA), assunto da próxima seção do presente estudo.

2.6.6 Percepção Ambiental (PA)

Tuan (1980), referência em estudos relacionados à paisagem, relaciona os sentidos físicos à cognição ao afirmar que a forma pessoal e intransferível com a qual construímos a realidade e percebemos o meio ambiente é uma amálgama de ambos, na medida em que nossa bagagem e constituição cultural atuam sobre e influenciam a nossa percepção e o julgamento das coisas, do mundo, do entorno, determinando inclusive os sentidos a serem privilegiados nesses processos.

As elaborações teóricas sobre a percepção do geógrafo sino-americano supracitado coadunam com Melazo (2005), que se refere a ela como:

um processo participativo, envolvendo uma série de fatores sensoriais, subjetivos e valores sociais, culturais e atitudes ambientais das comunidades residentes nas cidades em relação ao espaço natural e transformado. (MELAZO, 2005, p.45).

Melazo destaca ainda que as sensações é que nos fazem qualificar, valorar e significar os objetos e os ambientes, e é justamente essa multiplicidade de juízos que fazemos em relação a eles o que dificulta expressarmos com exatidão as percepções que temos de algo. Ainda segundo o autor, essas sensações, por sua vez, estão necessariamente vinculadas aos órgãos dos sentidos, já que atuam sobre a nossa cognição e nos auxiliam na compreensão do mundo (MELAZO, 2005).

A Percepção Ambiental - PA é um campo do conhecimento científico que também possui relevância para a compreensão transdisciplinar que envolve as pesquisas sobre as vivências relacionadas à Natureza de uma maneira geral. Marin (2008) destaca que, quando relacionados à EA, são ainda recentes os estudos de PA, tendo sido a área da psicologia a sua gênese, embora tenha se espalhado e influenciado a geografia e a arquitetura, entre outras. A autora ressalta também que os estudos relacionados à PA não devem estar limitados a investigar a forma como determinados grupos enxergam os problemas ambientais, já que as respostas dos sujeitos podem muitas vezes estar muito mais impregnadas de uma distorcida visão midiática em detrimento “das vivências, das experiências perceptivas” (MARIN, 2008, p.216), mas, para além disso, deveriam perscrutar o sentido da existência e a forma como vivemos nas diferentes sociedades, já que esta é reveladora “do real sentido de inserção do ser humano no seu ambiente”.

Para Orsi e colaboradores (2015), a PA é uma forma de compreensão do meio ambiente influenciada pela bagagem e pelas experiências pelas quais cada pessoa passa ao

longo da vida. Ao desenvolver algumas práticas classificadas como perceptivas em trilha realizada com mestrandos e doutorandos da área de EA durante saída de campo em Anitápolis, SC, os pesquisadores detectaram que a integração dos sentidos com a EA pode transformar e ressignificar nossa ligação com a Natureza, possibilitando o diálogo e a autoreflexão sobre nossas relações com nós mesmos e com o próximo, colaborando efetivamente no enfrentamento e mitigação dos diversos problemas socioambientais que assolam o mundo moderno.

De certa forma, a visão dos autores supracitados corrobora a perspectiva de Guimarães (2010), para quem os diálogos e novos nexos que estabelecemos com as paisagens através de nossas percepções nos encaminham para um melhor entendimento e respeito pela Natureza e pelos outros seres vivos, porém em uma via de mão dupla, onde teremos mais clareza para destruir ou conservar e onde há uma constante alternância de posições entre transformar e ser transformado pela paisagem.

A PA também apresenta relevância para o planejamento e a gestão ambiental, seja para a elaboração de estudos técnicos, diagnósticos, para a avaliação de licenciamento de alguns empreendimentos ou para subsidiar a implantação de unidades de conservação, já que ela possibilita lançar luz sobre a percepção dos diferentes atores sociais envolvidos nesses cenários para importantes tomadas de decisão em conformidade com a legislação ambiental (CUNHA; LEITE, 2009).

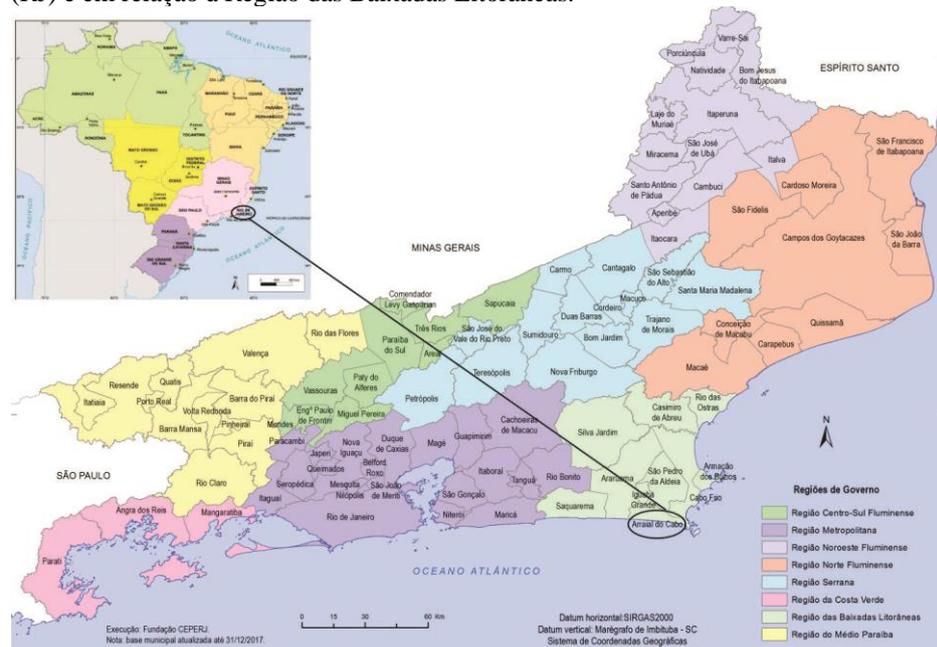
3 METODOLOGIA

3.1 Área de estudo

3.1.1 O município de Arraial do Cabo

Arraial do Cabo está localizado na zona costeira do Estado do Rio de Janeiro (Figuras 1 e 2), distante aproximadamente 180 km da capital, a cidade do Rio de Janeiro (AGUIAR, 2005), e tem uma área aproximada de 160,3 quilômetros quadrados, o que corresponde a 4,4% da área da Região das Baixadas Litorâneas. Faz limite com os municípios de Araruama, Iguaba Grande, São Pedro da Aldeia, Cabo Frio, além do Oceano Atlântico. A Região das Baixadas Litorâneas é composta também pelos municípios de Araruama, Armação dos Búzios, Cabo Frio, Casimiro de Abreu, Iguaba Grande, Rio das Ostras, São Pedro da Aldeia, Saquarema e Silva Jardim (TCERJ, 2015).

FIGURA 1- Localização do município de Arraial do Cabo no Estado do Rio de Janeiro (RJ) e em relação à Região das Baixadas Litorâneas.



Fonte: http://www.ceperj.rj.gov.br/ceep/info_territorios/div_poli/maparj2018.png e <https://www.todamateria.com.br/mapa-do-brasil/>. Adaptado pelo autor.

FIGURA 2 - Vista aérea do município de Arraial do Cabo (RJ).



Fonte: *Google Earth*.

Suas coordenadas são 22o56'57S e 42o04'19W e possui uma precipitação média anual de 823mm, sendo a temperatura média de 23°C, com o calor distribuído o ano todo e umidade relativa do ar em torno de 83% (ARAÚJO, D., 2000; BARBIERI, 1984). É limítrofe com a região de Cabo Frio, considerada um dos Centros Brasileiros de Alta Diversidade de Espécies Vegetais – CDV, com significativo endemismo de plantas nesta região (ARAÚJO, D., 2000). Sua altitude varia do nível do mar até cerca de 500 metros, ficando menos de 10% da região acima dos 100 metros (ARAÚJO, D., 2000).

Sua história está fortemente atrelada ao município vizinho de Cabo Frio. Em 1503, a então Praia da Rama (atual Praia dos Anjos, em Arraial do Cabo) foi o local escolhido para o desembarque da expedição do navegador italiano Américo Vespúcio, que chegou ao Brasil a serviço da Coroa portuguesa e ali fundou o que muitos consideram ser a primeira feitoria do Brasil, sendo guarnecida por 24 homens. Em 1615, após muitas batalhas envolvendo franceses, indígenas e portugueses, foi fundada a cidade de Santa Helena, que se chamaria Nossa Senhora da Assunção de Cabo Frio um ano depois. A região apresentou grande progresso em sua área urbana no final do século XIX e, com a abolição da escravidão, vão se desenvolvendo as indústrias salineira, da pesca e do turismo em função do concomitante crescimento das malhas rodoviária e ferroviária, esta última hoje desativada na região. Com a criação e o início das operações da Companhia Nacional de Álcalis - CNA, em meados do supracitado século, a região que futuramente seria chamada de Arraial do Cabo experimenta forte crescimento até que, em 1985, emancipa-se administrativamente de Cabo Frio (TCERJ, 2017).

Atualmente, o município compreende também os distritos de Monte Alto, Figueira, Parque das Garças, Sabiá, Pernambuco, Novo Arraial e Caiçara (TCERJ, 2015). O mar de Arraial do Cabo, na região sudeste do Brasil, é caracterizado pela Ressurgência¹², que tem como outros pontos importantes de sua ocorrência as costas da Califórnia, Peru e Chile, no Oceano Pacífico, da Mauritània e da Namíbia, no Oceano Atlântico (CARNEIRO et al., 2012).

Arraial do Cabo abriga Unidades de Conservação em todas as esferas de governança - municipal, estadual e federal (Quadro 3) -, cujos instrumentos legais de criação foram a Lei Orgânica Municipal (LOMAC, 1990), a Lei nº 602-A, de 23 de abril de 1992, que dispunha sobre o Uso e Ocupação do Solo em consonância com o disposto na Lei do Plano Diretor no município (ARRAIAL DO CABO, 1992), ou ainda por outras leis ou decretos, a saber:

QUADRO 3 - Relação de Unidades de Conservação do município de Arraial do Cabo (RJ).

FEDERAL			
	UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	INSTRUMENTO LEGAL	OBSERVAÇÃO
01	RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA - RESEXMar Arraial do Cabo	Decreto Federal s/n de 3 de janeiro de 1997 (BRASIL, 1997a)	
ESTADUAL			
01	Área de Proteção Ambiental (APA) de Massambaba	Decreto Estadual 9529-C de 15 de dezembro de 1986 (RIO DE JANEIRO, 1986)	Teve seus limites na sua porção situada no município de Saquarema modificados pela Lei ordinária nº 6128, de 28/12/2011
02	Parque Estadual da Costa do Sol	Decreto Estadual nº 42.929 de 18 de abril de 2011	
MUNICIPAL			
01	Reserva Biológica (REBIO) da Lagoa Salgada	Lei Municipal s/nº Orgânica de 5/4/90	Incorporada ao Parque Estadual da Costa do Sol-Decreto Estadual 42929/11

¹² Fenômeno oceanográfico que consiste na subida de águas profundas, muitas vezes ricas em nutrientes, para regiões menos profundas dos oceanos, fertilizando as águas superficiais e criando uma rica cadeia alimentar. (CARNEIRO et al.; 2012).

(continuação)

02	APA do Município de Arraial do Cabo	Lei Municipal nº 602/92	Incorporada ao Parque Estadual da Costa do Sol-Decreto Estadual 42929/11
03	Parque Natural Municipal da Restinga da Massambaba ¹³	Decreto 1815/10 Decreto 1907/11	
04	REBIO das Orquídeas	Decreto Municipal 1162/02	Incorporada ao Parque Estadual da Costa do Sol-Decreto Estadual 42929/11
05	REBIO do Brejo Jardim	Decreto Municipal 1162/02	Incorporada ao Parque Estadual da Costa do Sol-Decreto Estadual 42929/11
06	REBIO do Pontal do Atalaia	Lei Municipal 1512/07	Incorporada ao Parque Estadual da Costa do Sol-Decreto Estadual 42929/11
07	REBIO do Brejo do Espinho	Lei Orgânica Municipal de 05/04/90	Incorporada ao Parque Estadual da Costa do Sol-Decreto Estadual 42929/11
08	APA Municipal do Morro da Cabocla	Lei Municipal 1512/07	Incorporada ao Parque Estadual da Costa do Sol-Decreto Estadual 42929/11
09	APA do Pontal do Atalaia	Lei Orgânica Municipal de 05/04/90	
10	Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) Municipal da Ponta da Massambaba	Lei Municipal s/nº Orgânica de 5/4/90	Incorporada ao Parque Estadual da Costa do Sol-Decreto Estadual 42929/11
11	ARIE Municipal do Morro do Miranda	Lei Municipal s/nº Orgânica de 5/4/90	Incorporada ao Parque Estadual da Costa do Sol-Decreto Estadual 42929/11
12	ARIE Municipal do Morro do Forno	Lei Municipal s/nº Orgânica de 5/4/90	Incorporada ao Parque Estadual da Costa do Sol-Decreto Estadual 42929/11
13	ARIE Municipal do Morro do Vigia	Lei Municipal s/nº Orgânica de 5/4/90	Incorporada ao Parque Estadual da Costa do Sol-Decreto Estadual 42929/11
14	Parque Municipal da Fábrica	Lei Municipal nº 602/92	Incorporada ao Parque Estadual da Costa do Sol-Decreto Estadual 42929/11

¹³ No decorrer dessa pesquisa, entendemos haver divergência de informações entre a SEMA, o INEA e SEA (2017) em relação à existência legal e aos limites dessa unidade de conservação. Assim sendo, para efeito dessa pesquisa entendemos que o PNMRM é uma área sobreposta ao PECS e, por isso, estabelece-se que este último é a área de estudo deste trabalho. Por isso, o PNMRM será mencionado ou citado eventualmente no contexto da pesquisa para contextualizá-lo em relação ao PECS e facilitar o georeferenciamento dos leitores da pesquisa, haja vista que o Parque Estadual da Costa do Sol Anita Mureb é segmentado e extenso, abrangendo seis municípios da Região dos Lagos (INEA, 2011).

(continuação)

15	ARIE Municipal do Morro do Telégrafo	Lei Municipal s/nº Orgânica de 5/4/90	Incorporada ao Parque Estadual da Costa do Sol-Decreto Estadual 42929/11
16	Parque Natural Municipal Combro Grande	Lei nº 602-A de 23/04/1992 (Lei de Uso e Ocupação do Solo)	Incorporada ao Parque Estadual da Costa do Sol-Decreto Estadual 42929/11
17	Parque Municipal da Praia do Pontal	Lei Municipal nº 602/92	Não incorporado ao Parque Estadual da Costa do Sol
18	Parque Municipal da Praia do Forno	Lei Municipal s/nº Orgânica de 5/4/90	Não incorporado ao Parque Estadual da Costa do Sol
19	Reserva Ecológica da Ilha de Cabo Frio	Lei Municipal s/nº Orgânica de 5/4/90	Incorporada ao Parque Estadual da Costa do Sol-Decreto Estadual 42929/11

Fonte: Próprio autor, adaptado de Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Arraial do Cabo – SEMA e SEA (2017).

3.1.2 O Parque Estadual da Costa do Sol Anita Mureb - PECS

Com 9.841 hectares, o Parque Estadual Costa do Sol Anita Mureb – PECS (Figura 3) é uma UC segmentada em 43 fragmentos de remanescentes de Mata Atlântica e ecossistemas a ela associados (JBRJ, 2018), abrangendo áreas descontínuas de 6 municípios: Araruama, Armação dos Búzios, Arraial do Cabo, Cabo Frio, São Pedro da Aldeia e Saquarema, e foi criado a partir do Decreto Estadual nº 42.929, de 18 de abril de 2011, com a finalidade de:

Assegurar a preservação dos remanescentes de Mata Atlântica e ecossistemas associados da região das baixadas litorâneas (restingas, mangues, lagoas, brejos, lagoas, entre outros), possibilitando a recuperação das áreas degradadas ali existentes; manter populações de animais e plantas nativas, servindo como refúgio para espécies migratórias raras, vulneráveis, endêmicas e ameaçadas de extinção da fauna e flora nativas; oferecer oportunidades de visitação, recreação, interpretação, educação e pesquisa científica; possibilitar o desenvolvimento do turismo no seu interior - uma vocação natural dessa região do Estado - além de atividades econômicas sustentáveis no seu entorno. (INEA, 2011)

FIGURA 3 - Mapa do Parque Estadual da Costa do Sol Anita Mureb e localização da Trilha da Restinga da Massambaba utilizada no presente estudo.

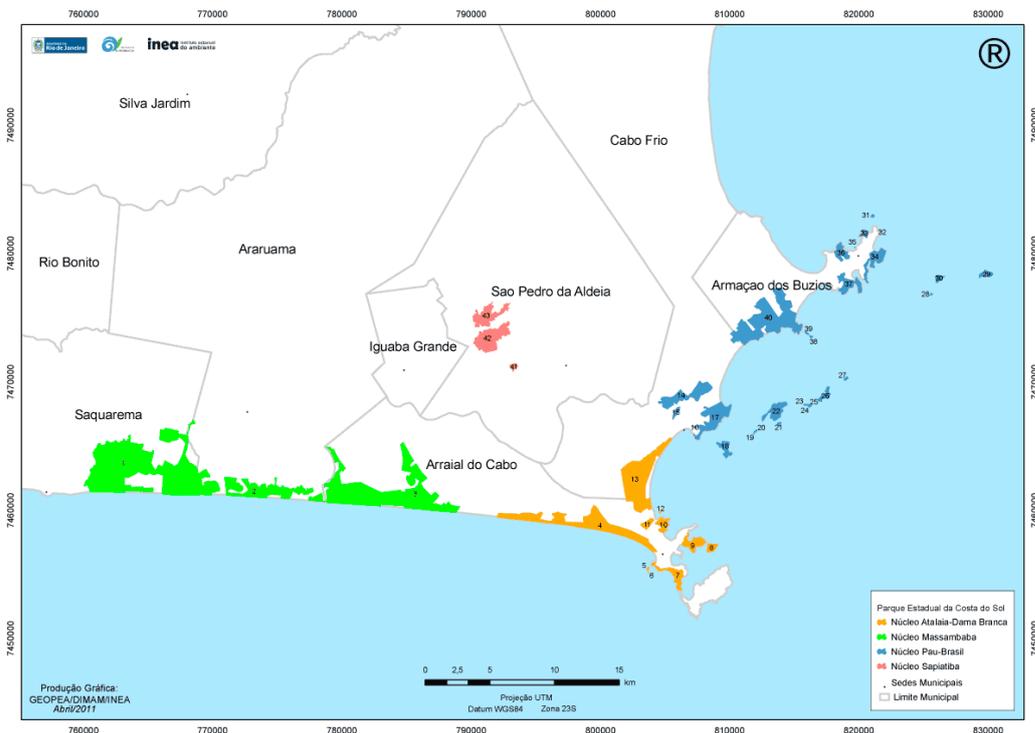


Fonte: <http://o-inteiro-ambiente.blogspot.com.br/2016/02/parque-estadual-da-costa-do-sol.html>

O Parque é uma UC da categoria Proteção Integral, regida pelo SNUC (BRASIL, 2000), administrado pelo INEA (INEA, 2011) e dividido em quatro núcleos (Figura 4): Pau-Brasil, Sapiatiba, Atalaia-Dama Branca, Massambaba, sendo estes dois últimos localizados em áreas de Arraial do Cabo, o que coloca o PECS como um expressivo aliado na proteção de remanescentes da Mata Atlântica no município (SEA, 2017). Foi o primeiro Parque Estadual a ser implantado na Região dos Lagos e o primeiro do país planejado para funcionar em sistema de cogestão com os municípios que se encontram localizados em sua área de abrangência, conforme previsto em seu Plano de Manejo - que a partir da data de criação desta UC teria cinco anos para ser elaborado, mas ainda se encontra em fase de produção (MACHADO, 2017) -, e também em seu decreto de criação, o de nº 42929, de 18 de abril de 2011 (INEA, 2011).

Tal cogestão, entretanto, não funciona, e em todas as áreas de abrangência do Parque é possível encontrar evidências de conflitos relacionados ao uso e ocupação irregulares do solo, com muitos problemas de invasões de terras e questões fundiárias, haja vista que muitas são também as salineiras e loteamentos cuja existência era anterior à criação da UC estadual, gerando um considerável número de reclamações, ações judiciais de indenização e pedidos de desafetação da área (SEA, 2017).

FIGURA 4 - Distribuição espacial dos 4 núcleos do Parque Estadual da Costa do Sol.



Fonte: <http://salvemopero.blogspot.com/2013/10/>

Ainda de acordo com seu decreto de criação, são recomendadas atividades práticas e educativas que objetivem auxiliar na sua gestão e na conservação dos seus recursos naturais (SALEME, 2016). Além disso, diversas atividades, inclusive as relacionadas ao turismo, estão previstas no interior do PECS, entre elas escaladas, caminhadas, passeios e outras atividades ao ar livre (INEA, 2011), favorecendo o ecoturismo e possibilitando aos visitantes entrar em contato com a biodiversidade local.

Entre alguns dos objetivos do PECS definidos quando da sua criação está a realização de pesquisa científica (INEA, 2011). Para atuação em áreas do PECS, o presente trabalho está resguardado pela autorização de pesquisa nº 022/2018, concedida pela Diretoria de Biodiversidade, Áreas Protegidas e Ecossistemas do Instituto Estadual do Ambiente –INEA. A pesquisa está respaldada também pela autorização nº 63978-1 emitida pelo Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade – SISBIO, sob responsabilidade do ICMBio.

3.1.3 Caracterização ambiental da Trilha da Restinga da Massambaba

Se forem considerados também os seus distritos, Arraial do Cabo possui certamente um número ainda não quantificado de trilhas em sua área territorial, mas pelas características dessas localidades, todas situadas em área do PECS e de restinga, é possível inferir que esse número chegue a algumas dezenas, que são visitadas espontaneamente por turistas e

moradores da região ou exploradas comercialmente pelos Guias, condutores e operadoras de ecoturismo locais. Para efeito metodológico, a Trilha da Restinga da Massambaba referida nesse trabalho é aquela cujo roteiro é apresentado na página 110 e localizada no PECS, dentro dos limites do PNMRM (Figura 5).

FIGURA 5 - Delimitação da Trilha da Restinga da Massambaba dentro dos limites do Parque Natural Municipal da Restinga da Massambaba, em área sobreposta ao Parque Estadual da Costa do Sol.



Fonte: *Google Earth* e Secretaria de Meio Ambiente de Arraial do Cabo - SEMA, adaptado pelo autor.

Sob a perspectiva comercial e considerando apenas os Guias, condutores e operadoras de ecoturismo que atuam na região, importante destacar que os roteiros dessas trilhas são configurados de acordo com as estratégias utilizadas por cada um desses *players* supracitados para “vender o seu peixe” em função do seu público alvo. A Trilha da Restinga da Massambaba foi escolhida por estar localizada em terreno plano e de fácil acesso, pela sua proximidade do núcleo urbano de Arraial do Cabo, por já ser utilizada pelo pesquisador em sua rotina profissional como Guia e operador de turismo no município, por reunir uma série de pontos que favorecem a realização das vivências previstas no Estudo de Caso e também por sua fitofisionomia, que lhe confere características cênicas e paisagísticas bastante peculiares, além da possibilidade real de avistamento de algumas espécies da avifauna local, apesar de ser localizada em áreas onde já são significativos os sinais de degradação por ações antrópicas.

Cerqueira (2000) define a restinga como um tipo de vegetação típica de substratos arenosos de origem geomorfológica variável, cuja disposição sedimentar está relacionada aos eventos de transgressão e regressão do mar ao longo do tempo geológico (CERQUEIRA,

2000). Localizada na Região dos Lagos do Estado do Rio de Janeiro, a Restinga da Massambaba possui cerca de 48 km de extensão e encontra-se inserida no espaço territorial entre Saquarema e o Pontal do Atalaia, em Arraial do Cabo, perpassando também o município de Araruama. Faz parte de um dos 14 Centros de Diversidade Vegetal (CDV) do Brasil, possuindo ainda alto grau de endemismo e encontrando-se significativamente ameaçada, razão pela qual é considerada um *hotspot* (ARAÚJO et al., 2009).

Durante a fase de revisão bibliográfica, poucos foram os estudos encontrados que abordam de maneira específica a microrregião da área de abrangência da Trilha da Restinga da Massambaba, mas a Região da Costa do Sol, onde ela está localizada, tinha a sua cobertura originariamente formada por vegetação de Mata Atlântica do tipo herbácea de áreas aluviais e arbóreo-herbácea típica das dunas, praias e restingas, tendo atualmente seus remanescentes divididos entre manchas de vegetação secundária em estado sucessional avançado e fragmentos florestais que podem ser encontrados nas colinas e maciços costeiros, sendo a vegetação típica de restinga bastante alterada e antropizada, principalmente por conta da crescente, desordenada e significativa ocupação urbana ao longo de décadas (SEA, 2017).

De acordo com Dunley (2006), tal impacto não é único e nem recente já que a Restinga de Massambaba vem perdendo progressivamente grande parte de sua cobertura vegetal há cerca de seis décadas, e pode se acrescentar a ele “o plantio de espécies exóticas e a degradação parcial da vegetação em áreas de ocupação rarefeita, com o trânsito de veículos, pessoas e animais favorecendo a instalação de espécies invasoras” (BOHRER et al., 2009, p.14). No mesmo trabalho, o autor lembra ainda que uma dessas espécies, introduzida na região com fins paisagísticos e para que tivesse a função de fixadora de dunas, a casuarina (*Casuarina equisetifolia*) tem grande potencial de impacto na vegetação e áreas de restinga por ser bastante competitiva e agressiva, alelopática (planta que pode produzir substâncias benéficas ou tóxicas para outras espécies), além de seus altos níveis de colonização (JBRJ, 2018). Relatos de pescadores tradicionais mais antigos de Arraial do Cabo destacam que a CNA trouxe as casuarinas para a região para que exercessem a função de quebra-vento nas salinas, embora haja indícios de que a espécie já estava na região, em Cabo Frio, desde 1920 (DUNLEY, 2004). Ela foi introduzida em diferentes regiões tropicais e subtropicais do planeta e aqui no país pode ser encontrada em toda a faixa litorânea (SALEME, 2016), além de ambientes de salinas e margens de canais, que é o caso de parte do roteiro da trilha caracterizada nessa seção.

Ainda de acordo com SEA (2017), a criação de corredores ecológicos (regionais e microcorredores municipais) foi uma das estratégias adotadas pelo Plano Municipal de

Recuperação e Conservação da Mata Atlântica (PMMA) Lagos São João e Rio das Ostras no sentido de orientar as políticas públicas de conservação e recuperação desse bioma nos municípios. Em Arraial do Cabo, foi definido um corredor municipal conectando o PNMRM a uma área do PECS que ainda possui remanescentes de restinga preservados, localizada nas proximidades do Canal da Álcalis, em áreas de salinas. Levou-se em conta o fato de que o município tem ‘a maior parte do seu território ocupado pela Lagoa de Araruama, pelo Parque Natural Municipal (PNM) da Restinga de Massambaba e pelo Parque Estadual da Costa do Sol’ (SEA, 2017, p.107). Em relação aos aspectos abióticos e bióticos da trilha, pode-se destacar:

3.1.3.1 Clima

A Região dos Lagos como um todo apresenta baixos índices pluviométricos, apresentando áreas com microclima do tipo semiárido que contrastam com o clima tropical úmido do resto do estado (SEA, 2017; COE et al., 2007). A chamada Região de Cabo Frio - da qual faz parte Arraial do Cabo na perspectiva de Coe et al. (2007) - apresenta algumas especificidades climáticas e ambientais tão determinantes que sua formação vegetal chega a apresentar uma fitofisionomia similar às das caatingas nordestinas no que tange também à umidade relativa do ar, insolação e evaporação (COE; CARVALHO; 2010), com ocorrência de espécies raras e endêmicas.

Além disso, ainda segundo Coe et al. (2007) o fenômeno da Ressurgência do tipo intermitente, os constantes ventos nordeste (NE), a proximidade de uma laguna hipersalina de expressiva dimensão (Araruama) e a grande distância da faixa costeira em direção à Serra do Mar também ajudam a explicar essas particularidades climato-ecológicas. Coe e Carvalho (2010) sugerem ser o clima o mais importante fator físico a influenciar todos os ecossistemas da Região.

Tais fatores climáticos citados por Coe et al. (2007), por sua vez, colaboram para a variedade fitofisionômica da Restinga da Massambaba, localizada na área do CDVCF, o qual possui a mais rica variedade florística do litoral brasileiro e abrange dez tipos diferentes de formações vegetais a saber: arbustiva fechada pós-praia, psamófila reptante, herbácea-arbustiva salina, arbustiva aberta não inundável, herbácea aberta inundável, arbustiva aberta inundável, arbustiva aberta não inundável, florestal não inundável, florestal inundada e florestal inundável (ARAUJO et al., 2009, p.68; JBRJ, 2018, p.18).

Em dois estudos distintos, Barbieri (1984, 1997) destaca também que, entre outras particularidades, o clima na área de abrangência do CDVCF caracteriza-se por duas formas

diferenciadas: sendo do tipo tropical com chuvas de verão e secas de inverno em seu extremo ocidental, e apresentando-se em sua face oriental como do tipo BSh, variação do clima semi-árido quente pelo sistema de Köppen.

3.1.3.2 Geomorfologia e Solo

Situada na área de abrangência do Centro de Diversidade Vegetal de Cabo Frio - CDVCF, o qual engloba um total de 1562 km² divididos entre os municípios de Araruama, Arraial do Cabo, Armação dos Búzios, Cabo Frio, Iguaba Grande, Maricá, São Pedro da Aldeia e Saquarema, a Região da Costa do Sol, também conhecida como Região do Lagos do estado do Rio de Janeiro (BOHRER, 2009), possui diversos tipos de formações tais como brejos e planícies costeiras e aluviais, distribuídas em suas baixadas, colinas e maciços costeiros, nos quais se espriam dunas, praias e restingas, sendo a denominação “Região do Lagos” inclusive dada em função do represamento da água do mar entre os cordões arenosos formados nestes espaços, originando algumas lagunas, entra elas a de Araruama (SEA, 2017; BERGALLO, 2009).

Bohrer (2009, p.4) destaca também que essa variedade de formas de relevo e solo da região, bem como sua diversidade fitofisionômica, são o resultado de “processos intrusivos, tectônicos e deposicionais, associados à ação de processos erosivos, fluviais, lacustres e costeiros”, além da “diferenciação espacial nas condições de umedecimento” e variações climáticas, conformação essa que vem se alterando, já que o adensamento urbano na região, com grande concentração populacional nas margens da Laguna de Araruama, em algumas das principais rodovias (RJ 106 e RJ 140), além de áreas costeiras do CDVCF - em especial morros e planícies -, representa a mais importante interferência antrópica sobre a sua vegetação nativa.

A localização da trilha encontra-se em uma dessas áreas de relevo mais plano, segregada entre a Laguna de Araruama, na direção norte, e o Oceano Atlântico, ao sul e ao leste, em trecho de restinga, que representa cerca de 90% da área territorial de Arraial do Cabo, já que a segunda das duas unidades topográficas características do município é formada por morros com declividade. Sob a perspectiva geológica, a restinga formou-se na Era Quaternária e está assentada em planícies marinhas formadas pelo acúmulo de sedimentos arenosos onde são encontradas praias, canais de maré, cordões arenosos e dunas, que conferem à área grande beleza cênica e paisagística, além valor arqueológico e ecológico (FEEMA, 1988).

Destaca-se que apesar de ser uma região de beleza cênica singular e que comumente surpreende os turistas que lá visitam, principalmente por conta de sua rica avifauna (LIMA et al., 2009), o Canal da Álcalis e seu entorno são áreas degradadas, haja vista que o canal foi artificialmente criado paralelamente à Praia Grande pela extinta CNA para o transporte, por balsas, do calcário de conchas extraído da Lagoa de Araruama até os fornos de calcificação localizados no desativado parque fabril (PEREIRA WL, 2009). Com o fim de sua utilização, a área veio gradualmente se degradando, porém guarda certa singularidade cênica e paisagística, além de abrigar considerável avifauna (LIMA et al., 2009).

3.1.3.3 Flora

Além da casuarina, já citada anteriormente, a Pita (*Furcraea foetida* Haw) é outra espécie invasora que compete com a vegetação nativa e que é facilmente encontrada na trilha. Saleme (2016) também destaca a ocorrência na região de bromélias como o Gravatá (*Neoregelia cruenta* (R. Graham) L. B. Sm.), da pitangueira (*Eugenia uniflora* L.), do cactus Cabeça de velho (*Pilosocereus ulei* (K. Schum.) Byles & G.D.), da Batata da praia (*Ipomea pes-caprae* (L.) R.Br.), e do Pau brasil (*Caesalpinia echinata* Lam).

Ao realizarem estudos de etnobotânica na Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo, Fonseca-Kruel e Peixoto (2004) destacaram a importância de um maior desenvolvimento de pesquisas nesse ramo de conhecimento, sobretudo em nossa faixa litorânea, já que segundo as autoras os muitos ecossistemas nela encontrados - entre eles a restinga - vêm sendo altamente impactados pelo desenvolvimento urbano e a expansão imobiliária. Com a ajuda de entrevistas realizadas com pescadores artesanais, as pesquisadoras inventariaram e catalogaram 68 espécies, 61 gêneros e 42 famílias botânicas da flora local de alguns trechos de restinga localizados entre a Praia Grande e a Massambaba, que são áreas de abrangência e (ou) do entorno da trilha.

Entre as famílias numericamente mais representativas em termos de espécies estão: “*Mirtácea* (9 espécies), *Asteraceae* (4), *Cactaceae* (4), *Anacardiaceae* (3) e *Leguminosae* (3)” (FONSECA-KRUEL; PEIXOTO, 2004, p.182), que são utilizadas por esses pescadores e suas famílias com fins alimentares, medicinais, ornamentais, tecnológicos ou ainda como lenha e na construção, atestando o bom conhecimento sobre a biodiversidade local. Entre algumas das espécies vegetais mais comuns catalogadas no estudo e encontradas na região estão:

Anacardium occidentale L. (caju, espécie não natural da restinga), *Schinus terebinthifolius* Raddi (aroeira), *Annona glabra* L. (araticum), *Philodendron corcovadense*

Kunth (cipó-imbê, imbê); *Allagoptera arenaria* (Gomes) Kuntze (coquinho-de-guriri; guriri), *Matricaria recutita* L. (camomila, espécie não natural da restinga), *Neoregelia cruenta* (Graham) L.B. Sm. (gravatá), *Chrysobalanus icaco* L. (bajiru), *Garcinia brasiliensis* Mart. (bacupari), *Plectranthus barbatus* Andr. (boldo, espécie não natural da restinga), *Inga laurina* (Sw.) Willd. (ingá-mirim), *Byrsonima sericea* DC. (murici), *Eugenia arenaria* Cambess. (cambuí), *Eugenia ovalifolia* Cambess. (pitangobaia), *Eugenia uniflora* L. (pitanga), *Ouratea* sp. (guapeba), *Passiflora jilekii* Wawra (maracujá), *Sideroxylon obtusifolium* (Roem. & Schult.) T.D. Penn. (saputiquiaba). Na família *Cactaceae*, foram identificadas na região as espécies *Melocactus violaceus* Pfeiff. (cabeça-de-frade), *Opuntia brasiliensis* (Willd.) Haw. (arumbeba), *Pilosocereus arrabidaei* (Lem.) Byl. & Row. (cardeiro, cardo) e *Selenicereus setaceus* (Salm-Dyck) (mandacaru).

Estudo posterior (ARAUJO et al., 2009) identificou na APA da Massambaba, área de abrangência do CDVCF e territorialmente contígua à trilha, a ocorrência de 664 espécies de plantas vasculares (641 de angiospermas e 23 de pteridófitas) inseridas entre 118 famílias, confirmando *Myrtaceae* e *Leguminosae* como as mais numerosas, sendo 1% de parasitas/saprófitas, 6% epífitas, 19% lianas, 21% árvores, 23% arbustos e 30% são de ervas. A pesquisa conclui ainda que do total dessas espécies encontradas, 14 são endêmicas das restingas e da Floresta Atlântica e 12 endêmicas das restingas fluminenses, o que aumenta a necessidade de esforços de preservação da área na medida em que algumas delas estão ameaçadas de extinção por conta da superexploração ocorrida desde épocas remotas, perda de habitat natural ou extração clandestina pelo seu alto valor ornamental, como é o caso do das orquídeas e cactos (JBRJ, 2018).

3.1.3.4 Fauna

Ao catalogar espécies da fauna da chamada “Região de Cabo Frio” – que compreende Arraial do Cabo e mais cinco (5) municípios, Saleme (2016), destacou, entre outras, a ocorrência do Formigueiro do litoral (*Formicivora littoralis*), além da coruja buraqueira (*Athene cunicularia*), a perereca da bromélia (*Scinax littoreus*), o sagui de tufo branco (*Callithrix jacchus*), o tiê sangue (*Ramphocelus bresilius*), o lagartinho branco da praia (*Liolaemus lutzae Mertens*), e o carcará (*Carcara plancus*), estas últimas podendo ser vistas com relativa frequência durante toda a trilha.

Lima et al. (2009) realizaram um estudo para subsidiar a criação do Parque Natural Municipal da Restinga da Massambaba, onde está localizada a trilha, e puderam caracterizar

preliminarmente a avifauna associada às restingas da Praia Grande. Para tal, percorreram as trilhas pré-existentes da localidade e como resultado registraram a existência de 152 espécies de aves distribuídas entre 50 famílias e 19 ordens, que foram classificadas em 4 grupos:

A- Associadas a ambientes abertos, de áreas de restinga herbácea ou áreas alteradas existentes no entorno da área de estudo. Muitas se adaptam bem à áreas degradadas. Entre alguns exemplares desse grupo podemos citar: o pica-pau-do-campo (*Colaptes campestris*), o quero-quero (*Vanellus chilensis*), o caminheiro-zumbidor (*Anthus lutescens*), o anu-preto (*Crotophaga ani*), e o tziu (*Volatinia jacarina*).

B- Espécies típicas de ambientes de restinga melhor estruturados e de áreas arbustivo-arbóreas. Os principais representantes desse grupo são a saíra-beija-flor (*Cyanerpes cyaneus*) o com-com (*Formicivora littoralis*), a saíra-sapucaia (*Tangara peruviana*) o tachuri-campainha (*Hemitriccus nidipendulus*) e o vite-vite (*Hylophilus thoracicus*).

C- Nesse grupo encontram-se aquelas associadas ao ambiente marinho e a áreas úmidas tais como os brejos, lagoas, lagunas, salinas e canais, entre eles o Canal da Álcalis, um dos locais onde buscam refúgio e em cuja área foi realizada a VIVÊNCIA 2. Nesse grupo são encontradas também espécies com características migratórias sazonais, utilizando a área de estudo apenas para descanso e alimentação durante seus deslocamentos migratórios. Nesse grupo pode-se destacar a marreca-de-pé-vermelho (*Amazonetta brasiliensis*), o biguá (*Phalacrocorax brasilianus*), o gavião-caramujeiro (*Rosthramus sociabilis*), o atobá-pardo (*Sula leucogaster*) e o pinguim-de-magalhães (*Spheniscus magellanicus*).

D- Aqui se encontram espécies de hábitos generalistas e também com boa capacidade de adaptação a áreas degradadas, tendo sido incluídas também aquelas que se alimentam em pleno vôo. Destacam-se nesse grupo o andorinhão-do-temporal (*Chaetura meridionalis*), o urubu-de-cabeça-vermelha (*Cathartes aura*), a andorinha-pequena-de-casa (*Pygochelydon cyanoleuca*), o bem-te-vi (*Pitangus sulphuratus*) e a andorinha-doméstica-grande (*Progne chalybea*).

Ressalta-se que o estudo de Lima et al. (2009) evidencia a grande incidência nas restingas da Praia Grande - área de abrangência da trilha - de espécies endêmicas com populações significativas, caso do com-com (*Formicivora littoralis*), também conhecido como formigueiro-do-litoral e ameaçado de extinção, mesma situação da lagartixa-da-areia (*Liolaemus lutzae*) e da borboleta-da-praia (*Parides ascanius*), ambas espécies também endêmicas das restingas fluminenses. A avifauna no local é tão expressiva que os pesquisadores inclusive ressaltam o turismo de observação de aves como uma viável estratégia de conservação.

Em alguns pontos dentro da área de abrangência da Restinga da Massambaba podem ser encontradas algumas estruturas de grande valor geológico, os Estromatólitos¹⁴. Não se pode dizer que existe apenas uma Trilha da Restinga da Massambaba. Por ser bastante extensa a área de restinga, existem diversos traçados que podem ser percorridos em seu interior, alguns deles naturais e outros criados artificialmente pela ação humana e que são utilizados pelos Guias de Turismo, condutores e operadores locais de ecoturismo de acordo com sua conveniência, estratégia ou interesse comercial. O *Diagnóstico de Uso Público dos Parques Estaduais do Rio de Janeiro* (INEA, 2016) contabilizou 45,25 Km distribuídos em 26 trilhas identificadas no PECS.

3.2 Procedimentos e métodos

Quanto à sua natureza e objetivos, o presente trabalho é uma pesquisa exploratória, que objetiva proporcionar mais informações sobre as “Vivências com a Natureza” e descobrir uma nova abordagem sobre elas, envolvendo ainda levantamento bibliográfico (PRODANOV; DE FREITAS, 2013). A abordagem utilizada para delimitar esta pesquisa é qualitativa, haja vista que ela é adequada para estudos que envolvam determinado fenômeno ou processo, trabalhando ainda “com valores, crenças, representações, hábitos, atitudes e opiniões” (MINAYO; SANCHES, 1993, p.247). Com relação aos métodos empregados, este trabalho é bibliográfico, já que foi empreendido a partir de materiais já publicados (PRODANOV; DE FREITAS, 2013).

3.2.1 Geração e coleta dos dados

Em relação aos procedimentos técnicos para geração e coleta de dados, sobretudo no que concerne ao trabalho de campo na Trilha da Restinga da Massambaba, em Arraial do Cabo, a pesquisa envolveu Estudo de Caso (ver seção 3.3) pois foi realizado um estudo detalhado e aprofundado de um ou mais objetos (GIL, 2008), já que esta técnica possibilita “coletar e analisar informações sobre determinado indivíduo, uma família, um grupo ou uma comunidade, a fim de estudar aspectos variados de sua vida, de acordo com o assunto da

¹⁴São considerados como a mais antiga evidência macroscópica de vida na Terra. São muito raros, formados por ação de bactérias e sua composição pode variar, porém na Restinga de Massambaba são encontradas variedades compostas por dolomita, um carbonato de cálcio e magnésio. Existem três ocorrências de dolomitas mais recentes: na Lagoa Vermelha (Restinga de Massambaba), em Sabkha, em Abu Dhabi, e em Coorong, na Austrália. Estudos mostram que a pesquisa a seu respeito pode favorecer entendimentos sobre a evolução da vida, tendo ainda uma importância adicional, já que rochas similares a estromatólitos constituem os reservatórios de petróleo na camada do pré-sal. (Fonte: www.caminhosgeologicos.rj.gov.br).

pesquisa” (PRODANOV; DE FREITAS, 2013, p.60), o que ocorreu com os sujeitos da pesquisa que participaram das vivências nas trilhas.

Durante o Estudo de Caso foi utilizada a técnica de pesquisa denominada Observação Direta Intensiva (MARCONI; LAKATOS; 1996), através da qual se obtém informações sobre uma determinada realidade através dos sentidos (visão, audição, etc.), examinando os fatos ou fenômenos os quais o pesquisador deseja estudar. A Observação Direta Intensiva ocorreu no decorrer de todos os guiamentos e gerou diversos apontamentos que foram registrados na caderneta de campo e considerados importantes no contexto da pesquisa.

Lançou-se mão também da técnica dos Grupos Focais ao se buscar conhecer como os sujeitos da pesquisa respondiam às vivências das quais eles participaram na supracitada trilha. Isso se justifica pois os Grupos Focais, enquanto técnica de pesquisa qualitativa e na perspectiva de Veiga e Gondim (2001, p.8), podem ser entendidos como “uma possibilidade para compreender a construção das percepções, atitudes e representações sociais de grupos humanos acerca de um tema específico”.

A formação dos Grupos Focais deu-se no final de cada guiamento, quando então foram utilizados alguns procedimentos e processos participativos baseados em tecnologias sociais colaborativas utilizados pela rede *Art of Hosting* (A Arte de Anfitriar Conversas, em português), entre eles a Colheita, o Círculo, o *Check-in*, o *Check-out*, a facilitação do diálogo e o estímulo às perguntas poderosas e significativas (ART OF HOSTING, [201-]; DE LIMA MINARI; RABINOVICI, 2014). Os grupos foram compostos entre os 33 sujeitos da pesquisa e distribuídos pelos 7 guiamentos turísticos realizados durante o Estudo de Caso, sendo a maioria (24) moradores do núcleo urbano de Arraial do Cabo ou de alguns dos seus distritos, e o restante de outros municípios da Costa do Sol e da região metropolitana do Rio de Janeiro. A técnica auxiliou no registro das percepções dos sujeitos acerca do que haviam experienciado na trilha, a partir de suas falas e respostas, o que foi feito da seguinte forma:

Ao fim da VIVÊNCIA 5, momento chamado de “Colheita”¹⁵, cada sujeito era convidado a responder individualmente às perguntas: “De todas as percepções vivenciadas na trilha, qual a que mais lhe impactou? Por quê?” Em seguida, após nova formação do Círculo (da mesma forma que na VIVÊNCIA 1) cada sujeito era convidado à fala e a comentar livremente sobre suas percepções a respeito da experiência como um todo (procedimento

¹⁵ Importante detalhar que dentro do percurso metodológico adotado, o que aqui chamamos de “Colheita” consiste no momento final da trilha, através da qual foram registradas as percepções dos sujeitos extraídas de suas falas (*Check-out*), das respostas às perguntas “De todas as percepções vivenciadas na trilha, qual a que mais lhe impactou? Por quê?” e suas opiniões manifestadas na dinâmica “Que bom...Que pena...Que tal”.

chamado *Check-out*). Finalizando o processo, todos deveriam complementar as expressões “Que bom...Que pena...Que tal”, que poderiam ser entendidas respectivamente como as coisas positivas, negativas e eventuais sugestões em relação à experiência. Destaca-se que no início da VIVÊNCIA 1 (“*Check-in*”)¹⁶, cada sujeito da pesquisa, fazendo uso do “objeto da fala” (ver seção 2.6.2) era convidado a se manifestar e também a comentar acerca de suas expectativas em relação ao que seria a atividade (Procedimento conhecido como *Check-in* e que também deu nome à VIVÊNCIA 1) e respondia às seguintes perguntas: “O que primeiro captou a sua atenção nesse lugar? Por quê?” Essas respostas e falas registradas na VIVÊNCIA 1 também constituíram o *corpus* interpretado e analisado através da técnica da análise de conteúdo, sobre a qual falaremos na próxima seção.

Todas as falas e respostas foram gravadas no aparelho celular dos próprios sujeitos e, eventualmente, no do guia-pesquisador. Todos os áudios eram enviados ao guia-pesquisador através do aplicativo *Whatsapp*. Durante as transcrições, foram eliminados todos os trechos considerados incompreensíveis por qualquer razão (vento, ruídos, má dicção do sujeito), bem como as falas consideradas repetitivas, desde que não houvesse prejuízo à compreensão final do conteúdo em relação ao contexto no qual estava inserido.

¹⁶ Faz-se necessário ressaltar que, dentro do percurso metodológico adotado e no contexto geral da pesquisa, o termo “*Check-in*” tem dois sentidos: Representa o nome dado à VIVÊNCIA 1 como também pode ser entendido como a vivência em si, ou seja, momento no qual os sujeitos eram convidados à livre fala e também a tecerem comentários acerca de suas motivações e expectativas sobre a experiência que estava iniciando. Após isso, os sujeitos eram convidados à responder às perguntas: “O que primeiro captou a sua atenção nesse lugar? Por quê?”. Os comentários e respostas registrados no *Check-in* também constituíram o *corpus* interpretado e analisado através da técnica da Análise de Conteúdo. Importa saber que sempre que nos referirmos ao “*Check-in*” estaremos nos referindo a algum momento relacionado ao início da trilha, da experiência.

3.2.2 Interpretação e análise dos dados

A interpretação e análise dos dados gerados no Estudo de Caso foi inspirada pela técnica da Análise de Conteúdo, na perspectiva de Bardin (2011), e utilizada a partir de uma abordagem interpretativa e qualitativa de análise, já que tal técnica também se presta a pesquisas de natureza quantitativa (CAREGNATO; MUTTI, 2006). De acordo com essas autoras, busca-se com essa técnica entender e situar a maneira de pensar dos sujeitos, já que o texto manifesta a subjetividade dos mesmos e através da investigação e da categorização de suas principais e mais frequentes unidades – palavras ou frases – é possível se realizar inferências de outras expressões ou termos que traduzam seus significados. Segundo Silva e Fossá (2015, p.8), a análise categorial ensejada por tal técnica é a mais eficaz forma de se “estudar valores, opiniões, atitudes e crenças”. As autoras classificam a análise de conteúdo como sendo

Uma técnica de análise das comunicações, que irá analisar o que foi dito nas entrevistas ou observado pelo pesquisador. Na análise do material, busca-se classificá-los em temas ou categorias que auxiliam na compreensão do que está por trás dos discursos. O caminho percorrido pela análise de conteúdo, ao longo dos anos, perpassa diversas fontes de dados, como: notícias de jornais, discursos políticos, cartas, anúncios publicitários, relatórios oficiais, entrevistas, vídeos, filmes, fotografias, revistas, relatos autobiográficos, entre outros. (SILVA; FOSSÁ, 2015, p.8).

Silva e Fossá (2015, p.3) organizam a técnica a partir de 3 fases iniciais:

1) **Pré- análise:** compreende uma leitura geral e flutuante do material a ser analisado e sua organização inicial. Devem ser também formuladas hipóteses e objetivos e também os indicadores, que fundarão as bases interpretativas do material coletado. Ressalta-se que os dados que serão analisados deverão seguir os princípios da homogeneidade, representatividade, exaustividade e pertinência.

2) **Exploração do material:** aqui deverão ser elaboradas as operações de codificação, onde os conteúdos a serem analisados são reduzidos em unidades de registro (desde que comparáveis e pertencente ao mesmo campo semântico), que podem ser os parágrafos de um texto ou das anotações da caderneta de campo, por exemplo. Essas unidades de registro então são resumidas e categorizadas, dando origem a outras subcategorias ditas iniciais que serão organizadas tematicamente, que por sua vez formarão novas categorias intermediárias até

chegar-se a um grupo de categorias finais formadas por definitivas unidades de registro (palavras ou parágrafos, entre outras).

Torna-se fundamental destacar aqui que, embora a técnica da Análise de Conteúdo preconize a criação de subcategorias e, posteriormente, categorias finais a partir das categorias iniciais de análise, por opção metodológica optou-se pela não formulação de categoriais intermediárias e finais, já que houve o entendimento de que apenas as categorias iniciais foram suficientes para a análise e interpretação dos dados gerados no Estudo de Caso.

3) **Tratamento dos resultados, inferência e interpretação:** esta é considerada a etapa sensível, do refinamento no tratamento a ser dado aos dados coletados a ponto de permitir que sejam feitas inferências sobre eles a partir de uma análise comparativa realizada através da “justaposição das diversas categorias existentes em cada análise, ressaltando os aspectos considerados semelhantes e os que foram concebidos como diferentes” (SILVA; FOSSÁ, 2015, p.4).

Carlomagno e Rocha (2016) destacam cinco regras a serem seguidas pelo pesquisador que opte pela técnica da Análise de Conteúdo:

1- Os critérios para inclusão e exclusão nas categorias deverão ser muito claros e definidos; 2- As categorias devem necessariamente excluir umas às outras objetivando atender ao princípio de exclusividade; 3- Não crie categorias muito amplas e busque colocar nelas conteúdos que tenham similaridade, que sejam afins, os mais homogêneos possíveis; 4- Procure enquadrar nas categorias escolhidas o máximo possível de conteúdos, denominando e reservando uma categoria específica para tudo que não se encaixe nas outras, ou seja, os elementos considerados residuais. 5- Seja o mais objetivo possível, fugindo da subjetividade, já que isso irá conferir maior confiabilidade aos dados de seu trabalho.

3.3 Estudo de Caso

Ocorreu no período entre junho de 2017 e agosto de 2018, na Trilha da Restinga da Massambaba, localizada no PECS dentro dos limites do Parque Natural Municipal da Restinga da Massambaba - PNMRM, no município de Arraial do Cabo-RJ. Envolveu trabalho de campo que consistiu em 13 visitas técnicas, divididas em 3 ETAPAS (I, II e III) nas quais foram realizados o reconhecimento prévio da situação da trilha objetivando conhecer suas potencialidades e fragilidades do ponto de vista ambiental, sobretudo os principais trechos degradados por ações antrópicas. Foram feitas também anotações, marcações¹⁷, levantamento fotográfico (realizado com aparelho celular Samsung J1 2016), georeferenciamento (com a utilização do aparelho GPS GPSMAP 62, da Garmin) e a caracterização ambiental da área de influência da trilha. Durante o Estudo de Caso foi também elaborado todo o roteiro a ser percorrido. Para o tratamento das imagens e melhor delineamento desse roteiro foram utilizadas imagens de satélite e arquivos de polígonos a partir da interface do programa *Google Earth Pro*, o editor de imagem *Corel Draw X7* e o programa de edição de mapas vetoriais de trilhas *Trackmaker 13.9*.

O objetivo do Estudo de Caso foi gerar dados que possibilitassem conhecer as percepções dos sujeitos em relação às Vivências das quais eles participaram na trilha, propiciando a análise e tratamento qualitativos que subsidiassem o objetivo geral da pesquisa e, em especial, os objetivos específicos do presente trabalho.

3.3.1 Visitas Técnicas

As visitas técnicas na trilha da Restinga da Massambaba foram realizadas percorrendo-se o roteiro já tradicionalmente feito pelo pesquisador em seu dia-a-dia profissional como Guia de Turismo. Importante destacar que a trilha já tinha seus pontos interpretativos previamente definidos pelo guia-pesquisador antes do início da pesquisa, haja vista que este, em sua rotina profissional, já realizava guiamentos na área de abrangência da trilha seguindo o mesmo roteiro.

¹⁷ Sinalização visual comumente utilizada em trilhas, permitindo que o trilheiro, guia ou pesquisador norteie-se sobre a direção que deve seguir ao longo do percurso. Pode ser feita utilizando-se diversos tipos de materiais, mas no presente trabalho e nessa fase preliminar específica chamada de “visitas técnicas” optou-se pela utilização de pequenos retalhos de panos, crachás plásticos (de 10 cm x 7 cm) e, em menor escala, de barbante, objetivando assim marcações mais discretas e de menor custo, haja vista serem comuns os relatos de pesquisadores em atividades de campo na região que tiveram suas marcações arrancadas ou danificadas por vândalos. Destaca-se que tais marcações foram retiradas ao fim da pesquisa.

Para fins metodológicos, optou-se por ser o mais fiel possível a estes pontos interpretativos e ao roteiro, por constituírem uma trilha que se entende ser, sob a ótica mercadológica, um atrativo “produto” ecoturístico, já que sempre gerou encantamento nos turistas e pessoas ali levadas, proporcionando uma satisfatória experiência de visitação, apesar de os guiamentos terem sido realizados at e então dentro do padrão dito “tradicional”.

Além disso, entende-se também que colocar o conhecimento científico a serviço da trilha já existente pode aprimorar ainda mais essa experiência de visita o e a gestão do uso público na mesma e na área do Parque e, principalmente, colaborar na conserva o da Natureza local, as quais foram certamente as mais significativas motiva es para a realiza o da presente pesquisa. As visitas técnicas foram realizadas em 3 etapas distintas, a saber:

3.3.1.1 ETAPA I

Nessa etapa, executada entre os meses de junho a novembro de 2017, foram realizadas seis (6) saídas a campo para realiza o de levantamento fotográfico preliminar e observa es “*in loco*” sobre o estado geral da trilha. Concomitantemente, foi feita também a sondagem de informa es gerais consideradas relevantes, sobretudo a respeito de plano de manejo, uso público, situa o fundiária e estimativa de visita o, entre outras. Foram consumadas consultas junto aos gestores do PECS e aos órgãos ambientais da administra o pública municipal de Arraial do Cabo, que são a SEMA e a Funda o Municipal de Meio Ambiente, Pesquisa, Ciência e Tecnologia de Arraial do Cabo - FMMAC.

3.3.1.2 ETAPA II

Consistiu também em quatro (4) saídas a campo no mês de maio de 2018, cuja finalidade foi identificar os pontos e aspectos considerados importantes e críticos na trilha e marcar (Figura 6) os trechos para a realiza o das vivências na área de abrangência dos pontos interpretativos supracitados e, caso necessário, alterá-los. Tomando como base a metodologia utilizada por Souza D. et al. (2013), além dos aspectos relacionados   biodiversidade e beleza c nica e paisagística, os critérios considerados nessa avalia o foram a ocorrência de resíduos sólidos, minimiza o máxima possível de impactos e pisoteio, ocorrência de locais com sombra, espaço para passagem e acomoda o dos sujeitos da pesquisa durante as Vivências, classifica o de percurso (leve, moderado ou difícil) e localiza o dos trechos/áreas de aten o para segurança. Nessa etapa, foi feito o

georeferenciamento de toda a trilha e também registros fotográficos para acompanhar possíveis modificações no estado geral da mesma.

FIGURA 6 - Diferentes tipos de marcações nos trechos com maior potencial para a realização das vivências na área de abrangência dos pontos interpretativos já previamente utilizados na trilha durante a ETAPA II: A- Crachá de plástico (de 10 cm x 7 cm); B- Barbante C- Retalhos de pano.



Fotos do próprio autor.

Concomitantemente à fase final dessa etapa, foi realizado um (1) guiamento que serviu como teste piloto e aconteceu na pista Claudio Coutinho, no Monumento Natural dos Morros do Pão de Açúcar e da Urca, conhecido como MONA Pão de Açúcar, localizado no bairro da Urca (RJ), bem próximo da UNIRIO, universidade a qual está vinculado o presente trabalho. Na ocasião, participaram 5 alunos do Laboratório de Ações Sustentáveis – LAÇOS, da UNIRIO, cuja responsável é a própria orientadora da pesquisa, que também participou.

Um teste piloto tem um caráter experimental, caracterizando-se também por ser aplicado a uma pequena amostra de participantes (MARIUCI et al., 2012). Danna (2016) destaca também que através do teste piloto é possível ao pesquisador colocar-se em cenário próximo ao idealizado para a pesquisa, tornando-o familiarizado com as ferramentas e estratégias planejadas, além de possibilitar a escolha prévia por este ou aquele instrumento de pesquisa, testar sua validade e a adequação das metodologias aos objetivos da pesquisa.

3.3.1.3 ETAPA III

Realizada entre os meses de junho e julho de 2018, objetivou a consolidação e a marcação definitiva dos pontos de realização das Vivências e a finalização da caracterização ambiental da área de abrangência da trilha. Durante essa fase, foi realizada uma saída de campo com o engenheiro florestal Jorge Galvão, ex-funcionário da SEMA, grande conhecedor das trilhas e UC da região e, principalmente, da flora local. Também foram realizados registros fotográficos para avaliar potenciais modificações no estado geral da trilha.

Pelo roteiro da trilha foram distribuídas 5¹⁸ vivências elaboradas com base na metodologia da Aprendizagem Sequencial, sobre a qual falamos na seção 2.6.1:

VIVÊNCIA 1 - “Check-in” (BALDWIN, 1997).

VIVÊNCIA 2 - “Mapa Sonoro” (CORNELL, 1989, p.75).

VIVÊNCIA 3 – “Câmera” (CORNELL, 1989, p.105-107).

VIVÊNCIA 4 - “Caminhada Silenciosa” (MENDONÇA, 2017, p.146-147).

VIVÊNCIA 5 - “Aromas e Toques” (Próprio autor).

Após as visitas técnicas e uma vez estabelecido o roteiro definitivo da trilha, foram realizados 7 guiamentos turísticos¹⁹, sobre os quais trataremos na próxima seção.

3.4 Os Guiamentos Turísticos

3.4.1 Os sujeitos da pesquisa

Em relação ao perfil, foi definido juntamente com os orientadores da pesquisa que a participação dos sujeitos seria aleatória, não sendo previamente determinados critérios tais como faixa etária ou nível de escolaridade, por exemplo, ficando apenas determinado como pré-requisito que os interessados em participar da pesquisa deveriam possuir condições físicas mínimas para a realização da trilha (ficando esta autoavaliação a cargo do próprio sujeito). Entretanto, a partir das informações repassadas por cada um após o aceite e a confirmação definitiva de sua participação na pesquisa, foi possível traçar um perfil dos sujeitos.

Foram 33 sujeitos de pesquisa, dos quais 13 eram moradores do núcleo urbano de Arraial do Cabo, 11 eram residentes em alguns dos distritos do município, 6 moravam em outros municípios da Costa do Sol e 3 declararam residir em municípios da região metropolitana do Rio de Janeiro. Não havia entre os sujeitos nenhum morador de outros estados do país, embora houvesse pessoas naturais de outras unidades federativas. A faixa etária variou entre 11 e 59 anos. Havia pessoas de variados segmentos profissionais, estudantes e desempregados. Entre todos os sujeitos, apenas um era Guia de Turismo. Em

¹⁸ O descritivo de cada uma das Vivências, no que consistem e como foram realizadas encontra-se na seção 3.4.3.

¹⁹ Visitação turística mediada e monitorada por Guia de Turismo, baseada na elaboração de roteiros com tempo definido em cada atrativo, bem como também no uso de equipamentos de apoio ao turista tais como os meios de transporte e hospedagem, entre outros (MOREIRA, 2017).

relação ao sexo, foram 17 homens e 16 mulheres. Apenas 4 eram Cabistas, ou seja, naturais de Arraial do Cabo.

3.4.2 Fase Convocatória

Será apresentada doravante toda a dinâmica dos 7 guiamentos realizados durante o Estudo de Caso, ocorridos ente julho e agosto de 2018. A estratégia adotada inicialmente para cooptação de potenciais sujeitos da pesquisa foi a utilização das redes sociais, especificamente através do *Facebook* e do aplicativo *Whatsapp*. Após a sinalização do interesse do sujeito em participar da pesquisa, a abordagem era feita de forma privada, em contatos individuais. Embora a estratégia inicialmente tenha parecido eficaz e resultado em várias pessoas que se mostravam interessadas, as tratativas para a participação na pesquisa nem sempre avançavam na maioria dos casos. Muitos dos que se mostravam entusiasmados em participar a princípio declinavam posteriormente ou desmarcavam em cima da hora, alegando quase sempre problemas pessoais.

Uma outra dificuldade para a formação de grupos para a realização dos guiamentos foi a incompatibilidade das agendas dos potenciais sujeitos e a montagem dessa logística foi, de fato, um obstáculo enfrentado nessa fase convocatória da pesquisa. Em função desses problemas, duas outras estratégias passaram a ser adotadas e postas em prática concomitantemente com a utilização das redes sociais: a realização de visitas a *hostels* e pousadas e a abordagem direta de pessoas nas praias e atrativos turísticos de Arraial do Cabo. Entre outros problemas encontrados pelo guia-pesquisador destacam-se o mau tempo, já que o período em que foram realizados os guiamentos caracteriza-se por ser de muito vento em Arraial do Cabo, e a menor presença de turistas no município (em agosto) por conta da baixa temporada.

O tempo médio de duração dos guiamentos foi de 2h15min, e aqui será apresentado como os sujeitos foram distribuídos (Quadro 4) pelos 7 guiamentos:

QUADRO 4 - Distribuição dos sujeitos por guiamento e tempo médio de duração.

JULHO			
GUIAMENTO	SUJEITOS	DURAÇÃO MÉDIA	Período do dia
1	4	2h35min	Manhã
AGOSTO			
GUIAMENTO	SUJEITOS	DURAÇÃO MÉDIA	
2	3	2h13min	Manhã
3	3	2h10min	Manhã
4	4	2h	Manhã
5	7	2h10min	Tarde
6	8	2h20min	Manhã
7	4	2h13min	Manhã
Total: 7	33	Duração média final: 2h14min	

Fonte: próprio autor.

Por padrão, sempre que possível procurou-se realizar os guiamentos na parte da manhã. Isso se deu principalmente objetivando liberar o quanto antes os sujeitos que eventualmente tivessem compromissos profissionais no dia agendado para o guiamento. No total, foram 4 guiamentos realizados no fim de semana (sábado ou domingo) e 3 realizados em dias de semana (quinta ou sexta).

Os guiamentos foram realizados em grupos de três a oito pessoas, objetivando minimizar possíveis impactos ambientais na trilha, manter o padrão quantitativo já utilizado pelo pesquisador no seu cotidiano profissional como Guia e possibilitar a realização satisfatória das atividades propostas. Destaca-se que sempre que possível era enviado previamente o “TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE”²⁰ (Ver APÊNDICE I). Quando isso não era possível, o sujeito lia e assinava o termo no próprio local, antes do início dos guiamentos. Os sujeitos eram também sempre orientados sobre técnicas de baixo impacto e as condições de segurança da trilha, além da necessidade de levarem repelente e irem com roupas e calçados adequados para a atividade. A seguir, serão

²⁰ Documento obrigatório exigido pelos Comitês de Ética em Pesquisa, onde se discorre de maneira clara e objetiva sobre todas as questões que envolvem uma pesquisa e “que possam estar relacionadas à decisão do sujeito da pesquisa e, assim, garantir sua participação voluntária” (SOUZA MK et al, 2013, p. 201). Além disso, de acordo com os mesmos autores “a participação voluntária em estudos humanos é baseada no direito de ser informado de todos os aspectos do estudo, bem como ter respostas para questões em linguagem clara e de fácil entendimento”. Eles ainda destacam que a “aplicação de TCLE adequada proporciona tratamento ético na relação pesquisador-sujeito da pesquisa e estimula o respeito aos direitos humanos”

apresentadas as características e particularidades de cada Vivência, bem como elas transcorriam no decorrer do roteiro estabelecido.

3.4.3 O descritivo das Vivências

Nas datas agendadas, o encontro ocorria sempre na entrada do Parque Natural Municipal da Restinga da Massambaba. Após a chegada de todos, era feita uma caminhada de aproximadamente 3 minutos até o ponto inicial do guiamento, local da VIVÊNCIA 1 (Ver figura 7, p.100). Dentro da proposta discutida com os orientadores da pesquisa de evitar interferir ou modelar comportamentos, respostas e (ou) intervenções dos sujeitos, o guia-pesquisador fazia uma rápida explanação, onde falava o mínimo possível e apenas o necessário a respeito do roteiro da atividade de campo e dava-se início à VIVÊNCIA 1 (“*Check-in*”). Tal postura do guia-pesquisador tinha como objetivo também estar em conformidade com o percurso metodológico adotado.

3.4.3.1 Vivência 1 (“*Check-in*”)

Por ser o momento inicial do guiamento, optou-se, nessa vivência, que ela fosse constituída por processos participativos utilizados e desenvolvidos pela rede A Arte de Anfitriar - AoH (*The Art of Hosting*). Assim sendo, O “*Check-in*” iniciava com uma fala do guia-pesquisador. A formação do Círculo, seguida do “*Check-in*”, teve como proposta funcionar como um convite à conexão dos sujeitos da pesquisa com a Natureza do entorno e com a trilha na qual eles estavam adentrando. Importante destacar que a escolha por tal procedimento introdutório foi pensada no sentido de se afinar com o que preconiza o Estágio I da AS, ou seja, criar um sentido de grupo; propor atividades ativas e animadas, seja para concentrar pela agitação já existente ou estimular aqueles que se encontram desinteressados/pouco integrados; fazer com que os participantes criem que fugirão da monotonia cotidiana; não entrar em uma trilha com as pessoas ainda muito agitadas e dispersas de forma a evitar que incorram em desatenção, o que previne também alguns perigos (SERRANO, 2000; MENDONÇA, 2017; CORNELL, 1989). Isso vai ao encontro do que afirma Nagel (2015, p.44), pois para ele esse conjunto de procedimentos:

muitas vezes se torna uma experiência muito poderosa para os participantes já que, enquanto eles fazem a transição e desaceleram de seus mundos ocupados, escutam o que é importante para os outros na sala, fazem conexões profundas com outros participantes e começam experimentando o que é estar em um espaço de conversação muito diferente. (NAGEL, 2015, p.44, tradução nossa).²¹

No “*Check-in*”, ao finalizar sua apresentação pessoal, cada sujeito da pesquisa era convidado a responder a duas perguntas:

1- Qual a primeira coisa que captou o seu olhar nesse ambiente?

2- Por quê?

Tal escolha se deu, pois, as perguntas, sobretudo aquelas consideradas poderosas e significativas, são parte integrante das metodologias utilizadas pelo AOH (ART OF HOSTING, [201-]) e, além disso, entendeu-se que no contexto de referida vivência elas seriam uma solução para melhor integrar os sujeitos da pesquisa e possibilitar a interação entre eles na medida em que:

A utilidade do conhecimento que nós adquirimos e a eficácia das ações que tomamos dependem da qualidade das perguntas que fazemos. Perguntas abrem a porta para o diálogo e a descoberta. Elas são um convite à criatividade e ao pensamento inovador. Perguntas podem levar ao movimento e à ação em assuntos chave e, ao gerar *insights* criativos, podem dar início a mudanças. (VOGT *et al.*, 2003, p.1, tradução nossa).

O local para a realização da VIVÊNCIA 1 foi escolhido por estar próximo à entrada do Parque e por ser entendido pelo guia-pesquisador como possuidor das características necessárias para estar em conformidade com o que preconiza a FASE I da Aprendizagem Sequencial, ou seja, por ser localizado em área ampla, aberta (Figura 7) e silenciosa, fora dos trechos de mata mais fechada da trilha, se adequava às orientações de Mendonça (2017, p.53) no que diz respeito a “não entrar em uma trilha com as pessoas ainda agitadas e dispersas, evitando desatenção e situações de perigo”, além de ser propício à criação de uma atmosfera de entusiasmo, afetividade e espírito de grupo, e à percepção, pelos sujeitos, de que eles iriam tomar parte de uma experiência diferenciada.

²¹ O texto em inglês é: “...This often becomes a very powerful experience for participants as they transition and slow down from their busy worlds, listen into what is important to others in the room, make deep connections with other participants and begin experiencing what it is like to be in a very different conversational space.”

FIGURA 7 - A- Entrada do Parque Natural Municipal da Restinga da Massambaba B- Ponto inicial do guiamento e local da Vivência 1.



Crédito das fotos: próprio autor.

No momento em que se iniciavam as falas dos sujeitos, logo após a formação do Círculo para a realização do “*Check-in*” o gravador de voz do celular do pesquisador era ligado a fim de registrar as falas dos sujeitos. Uma concha foi utilizada como “objeto da fala”. Importante destacar que, pela falta de familiaridade da maioria dos sujeitos com os procedimentos metodológicos, embora houvesse um certo estranhamento inicial em todos os 7 guiamentos houve aceitação em relação a estas práticas e apenas no 5º guiamento houve a recusa de um dos sujeitos em fazer a fala inicial durante o “*Check-in*”. Acredita-se que muito mais devido à timidez do mesmo do que propriamente por alguma resistência ao método. O tempo médio de duração do “*Check-in*” nos 7 guiamentos foi de 9min30seg, já que havia grupos em que os sujeitos eram mais ou menos demorados em suas falas e o número dos mesmos por grupo quase sempre variou, para mais ou para menos.

Após o “*Check-in*”, o guia-pesquisador fazia uma fala, destacando haver maneiras diferenciadas de se ter inteirações com a Natureza, porém sem haver um modelo ou padrão a ser seguido para tal fim, e que essa descoberta caberia a cada um fazer e não ao guia-pesquisador revelar. Em seguida, todos eram convidados a adentrar a trilha.

3.4.3.2 Vivência 2 (“Mapa Sonoro”)

No local estabelecido para a realização dessa vivência, os sujeitos eram convidados a se dispersarem e a procurar um lugar que considerassem o mais confortável possível. Em seguida, eram distribuídos para cada um uma prancheta, caneta/lápis e uma folha de papel em tamanho A4, já previamente desenhadas com um X no meio, o qual significava o local onde estavam sentados. Então, cada sujeito era convidado a fechar os olhos e cada vez que ouvissem um som diferente deveriam desenhar no papel uma marca, traço ou sinal visual que descrevesse da forma mais fidedigna possível o som que eles estavam ouvindo, o que incluía distância e direção.

Seguindo a metodologia proposta, as marcas, traços ou sinais visuais não deveriam ser literais, mas interpretativos, e os sujeitos foram orientados a utilizar mais tempo ouvindo os sons do que propriamente tentando desenhá-los. Eram então marcados 3 minutos para a realização da vivência. Assim como em outras vivências, esse tempo foi adotado baseando-se no referencial teórico, porém poderia ser alterado caso necessário. Em alguns guiamentos, bem como em outras vivências durante a trilha, esse tempo médio acabou sendo mudado pela percepção do guia-pesquisador de que 3 minutos era um tempo longo demais, gerando situações de enfado, dispersão e desatenção de alguns integrantes de alguns grupos, o que deixa claro que as pessoas podem responder de maneira diferente a um mesmo estímulo.

Destaca-se ainda que ao final das vivências os sujeitos eram convidados, caso se sentissem confortáveis, a falar a respeito de seus desenhos e percepções, sobre os quais seriam feitos alguns comentários posteriormente. Todas as falas foram gravadas. Um aspecto importante é que em todos os guiamentos o local da VIVÊNCIA 2, o Canal da Álcalis, chamou a atenção dos sujeitos pela sua beleza, pela quantidade de pássaros ali presentes e pelo fato de que muitos desconheciam aquele trecho da restinga, apesar de ser uma área degradada e fitofisionomicamente alterada, o que pode ser aferido, entre outros indicadores, pelo grande número de casuarinas²² no local. Isso de alguma forma acabava por atrasar um pouco a realização da vivência, haja vista que ao chegar lá muitos queriam tirar fotos e gravar vídeos. Em seguida, era feito o deslocamento para o local determinado para a realização da VIVÊNCIA 3.

²² Sobre a casuarina, consultar a página 81.

3.4.3.3 Vivência 3 (“Câmera”)

Essa vivência foi realizada em duplas, onde um dos sujeitos da pesquisa assumia o papel de uma “câmera fotográfica” e ou outro de “fotógrafo”. Aquele que fazia o papel de “câmera” era convidado a fechar os olhos, sendo conduzido pelo “fotógrafo” em busca de lugares interessantes para serem “fotografados”. Quando o “fotógrafo” encontrava enfim uma boa paisagem, bom ângulo, enfoque ou enquadramento para a “foto”, ele então acionava o “botão disparador” dando um leve toque²³ em alguma parte do corpo do seu parceiro de dupla em local previamente combinado entre ambos. Nesse momento, o parceiro “câmera” abria os olhos por, no máximo, 5 segundos, justamente para poder desfrutar do impacto da surpresa da exposição à cena.

O “fotógrafo”, por sua vez era estimulado a encontrar sempre boas e criativas locações para suas “fotos”, estando “aberto às oportunidades do momento” (CORNELL, 1989, p.105, tradução nossa) ou buscando “ângulos e perspectivas não usuais” (CORNELL, 1989, p.105, tradução nossa), ou ainda “fazer tomadas panorâmicas verticais” (CORNELL, 1989, p.106, tradução nossa). Além disso, “fotógrafo” e “câmera” foram “encorajados a falar apenas quando era inevitável” (CORNELL, 1989, p.106, tradução nossa).

Devido ao fato de que a vivência demandava um número par de pessoas para a sua realização, nos guiamentos em que havia número ímpar de sujeitos o guia-pesquisador assumia um ou outro papel. Era dado um tempo de 6 minutos (3 minutos + 3 minutos) para que cada dupla assumisse e alternasse os papéis de “fotógrafo” e “câmera”, tendo esse período em alguns guiamentos sido aumentado ou diminuído em função das reações dos sujeitos à atividade. Ao fim da vivência, todos os eram estimulados a compartilhar suas impressões sobre ela e sobre as “fotos” tiradas. No mesmo local da VIVÊNCIA 3 iniciava-se a VIVÊNCIA 4, a “Caminhada Silenciosa”.

²³ Em sua obra *Sharing the Joy of Nature. Nature activities for all ages*, várias vezes citada nesse capítulo, Joseph Cornell sugere que se “pressione o botão disparador com um toque no ombro do “câmera” e um segundo toque seja dado para que ele “feche os olhos novamente” (CORNELL, 1989, p.105, tradução nossa).

3.4.3.4 Vivência 4 (“Caminhada Silenciosa”)

Como sugere o nome da atividade, os sujeitos eram convidados ao silêncio, à introspecção e à percepção corporal, seguindo o guia-pesquisador em uma caminhada pela restinga com duração média de 3 minutos. Como nas outras vivências, excetuando-se o *Check-in*, foi convencionado um leve, prolongado e crescente assóvio como forma de avisá-los que os 3 minutos já haviam decorrido. Destaca-se que, de uma maneira geral, nos guiamentos os sujeitos pareciam ser contagiados pelo silêncio e pela calma que a vivência enseja, ficando menos agitados até o fim da trilha. Logo após o fim da “Caminhada Silenciosa”, caminhava-se por um bosque que culminava na faixa de areia entre a restinga e o mar da Praia Grande. Ao contrário de todas as outras vivências anteriores, optou-se por não se estimular que os sujeitos fizessem algum comentário ou falassem sobre as percepções do que haviam acabado de vivenciar, o que seria feito na “Colheita”.

3.4.3.5 Vivência 5 (“Aromas e Toques”)

Essa vivência consistia em convidar os sujeitos para que exercitassem a percepção tátil e olfativa por 3 minutos, mas a partir do quarto guiamento esse tempo foi progressivamente sendo diminuído, tendo chegado à metade no último guiamento, já que foi identificado certo nível de dispersão em alguns grupos. Ao fim, cada sujeito respondeu individualmente às perguntas: “De todas as percepções vivenciadas na trilha, qual a que mais lhe impactou? Por quê?” e comentou livremente sobre suas percepções a respeito da experiência de uma maneira geral. Finalizando o processo, todos complementaram as expressões “Que bom...Que pena...Que tal”.

3.5 Dinâmica dos guiamentos por grupo

Doravante serão apresentados alguns comentários sobre cada grupo, elaborados pelo guia-pesquisador a partir das observações anotadas na caderneta de campo e consideradas importantes para uma compreensão mais global sobre a dinâmica de cada guiamento.

3.5.1 Guiamento 1

O ritmo da caminhada foi bem vagaroso porque um dos sujeitos não tinha muito preparo físico. Muitas reclamações por conta da falta de familiaridade da maior parte do grupo com o ambiente natural (mosquitos, lama, terra). Na VIVÊNCIA 5 os sujeitos apresentaram um alto nível de dispersão, com alguns atendendo ou até mesmo fazendo ligações telefônicas durante a vivência.

3.5.2 Guiamento 2

Um dos sujeitos era profissional da fotografia, o que o levava muitas vezes a parar durante o percurso para a realização de algumas fotos sem, no entanto, comprometer o ritmo da caminhada ou a realização das vivências.

3.5.3 Guiamento 3

Grupo interessado sobre aspectos e particularidades ambientais a respeito da restinga, o que obrigou o pesquisador a falar bastante e fazer algumas paradas no percurso para passar algumas informações demandadas. Dois dos três sujeitos do grupo desenvolvem ativismo ambiental no município e, portanto, já têm uma visão relativamente consolidada sobre questões relativas à conservação.

3.5.4 Guiamento 4

No total, eram 6 sujeitos nesse grupo sendo apenas 4 respondentes, todos de uma mesma família de moradores de outro município no Rio, mas frequentadores de Arraial já há algum tempo pois possuem casa no município. No grupo havia dois não respondentes: uma criança de apenas 4 anos e outra de 11. Um dos sujeitos mostrou-se bem interessado em relação à pesquisa já que, segundo relatou, atua na área da dança, lecionando e coreografando, e relatou ter interesse em fazer um trabalho com dança e expressão corporal em um formato

que dialoga com o conceito das vivências. Disse inclusive que o roteiro da trilha havia suscitado várias reflexões e inspirações para esse trabalho.

3.5.5 Guiamento 5

Grupo composto por 7 sujeitos (6 alunos entre 11 e 18 anos e 1 coordenador) de um núcleo de EA de Arraial do Cabo. Guiamento realizado sob fortes ventos e sol forte, encoberto por algumas nuvens. Um dos sujeitos, bastante arredio no início e que não havia se manifestado no “*Check-in*”, após essa vivência passou a interagir de uma maneira muito significativa e interessada. Entretanto, quando caminhávamos do local da VIVÊNCIA 2 para a VIVÊNCIA 3, esse mesmo sujeito apresentou um comportamento “inadequado”, arrancando e quebrando sem nenhuma motivação aparente um Guriri (*Allagoptera arenaria*), no que foi rapidamente repreendido pelos próprios colegas. O grupo, de uma maneira geral, foi bem participante no início, mas apresentou dispersão a partir da VIVÊNCIA 3, ao contrário do que ocorreu em quase todos os outros guiamentos. Por conta disso, essa vivência foi encerrada antes do tempo.

Isso resultou que aqueles das duplas que iniciaram a vivência como “fotógrafos” exerceram por menos tempo o papel de “câmera”. O recorrente comportamento dispersivo resultou na diminuição em cerca de 1min também do tempo previsto para as VIVÊNCIAS 4 e 5. Ainda assim, os sujeitos apresentaram relativo grau de dispersão na VIVÊNCIA 5, com paradas para fotos ou simplesmente conversar em frente ao mar.

3.5.6 Guiamento 6

Grupo composto também por integrantes (7 alunos entre 13 e 17 anos) do mesmo núcleo de EA do guiamento anterior. O sol não estava forte e a temperatura bem amena e agradável. Antes do início da VIVÊNCIA 3 o grupo decidiu fazer um lanche, interrompendo a atividade por cerca de 5 min. Batia uma brisa fresca e o grupo estava num clima de muito entusiasmo e companheirismo. Um dos sujeitos chegou a dizer: “eu ficaria o dia inteiro aqui”.

A explicação sobre a VIVÊNCIA 3 foi mais demorada do que o usual, já que alguns dos sujeitos demoraram a compreender a proposta da atividade, que precisou ser explicada novamente. Como o grupo se mostrava interessado e bem mais tranquilo que o do dia anterior, foi aumentado em 1min o tempo da vivência e transcorreu bem, sem qualquer problema. O Grupo, entretanto, se mostrou disperso ao final da trilha e, em função disso, foi diminuído ainda mais o tempo da VIVÊNCIA 5 em relação ao grupo do dia anterior. Foi o

único guiamento que alcançou a quantidade máxima de pessoas estabelecida metodologicamente (8) e também o que dispendeu mais tempo para finalizar o roteiro: 2h20min.

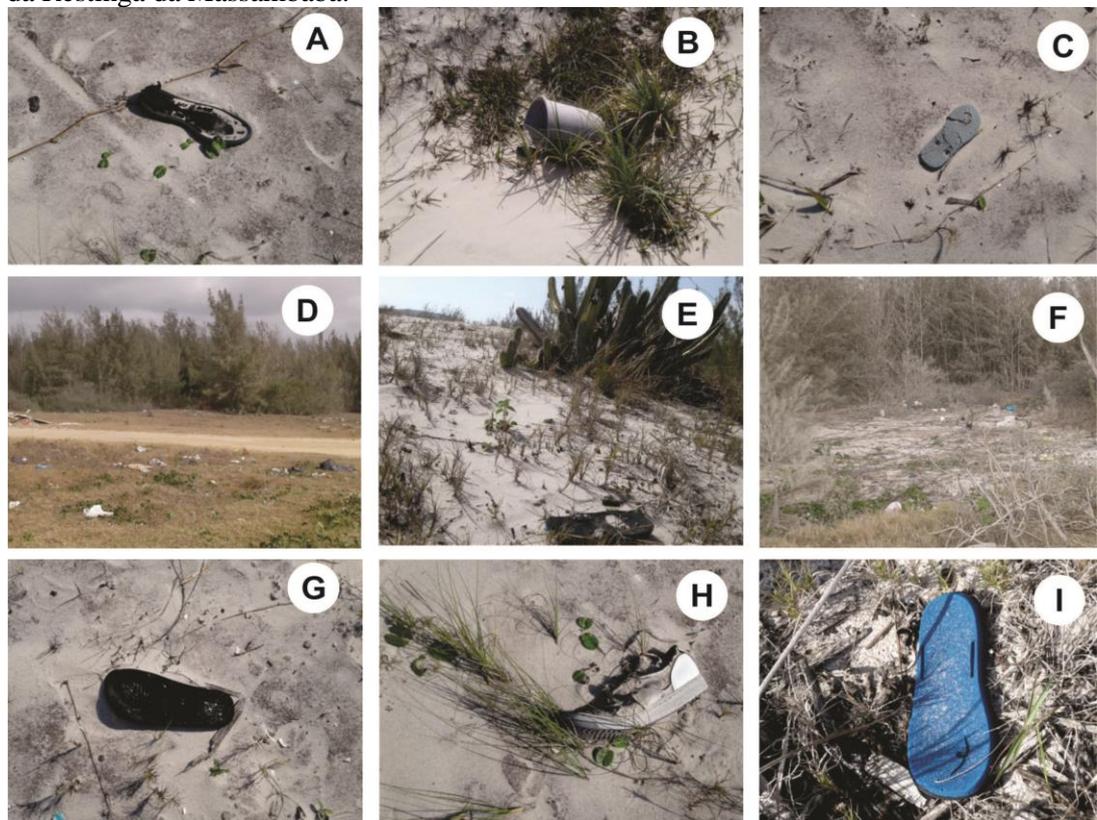
3.5.7 Guiamento 7

Grupo composto por 4 sujeitos: dois deles atuantes no segmento do turismo (meios de hospedagem e gastronomia) em Arraial, e um casal de outro município, recém-chegado para morar na cidade. Grupo calmo, porém o casal muitas vezes atrasou a caminhada por parar em vários locais para tirar fotos.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Na primeira etapa, chamou a atenção a grande quantidade e variedade de resíduos sólidos, principalmente calçados (Figura 8), na entrada do **PNMRM** e no trecho da trilha localizado na área de restinga do lado da Praia Grande. Foram encontrados resíduos sólidos na área de restinga que dá acesso ao Canal da Álcalis, mas em quantidade significativamente menor.

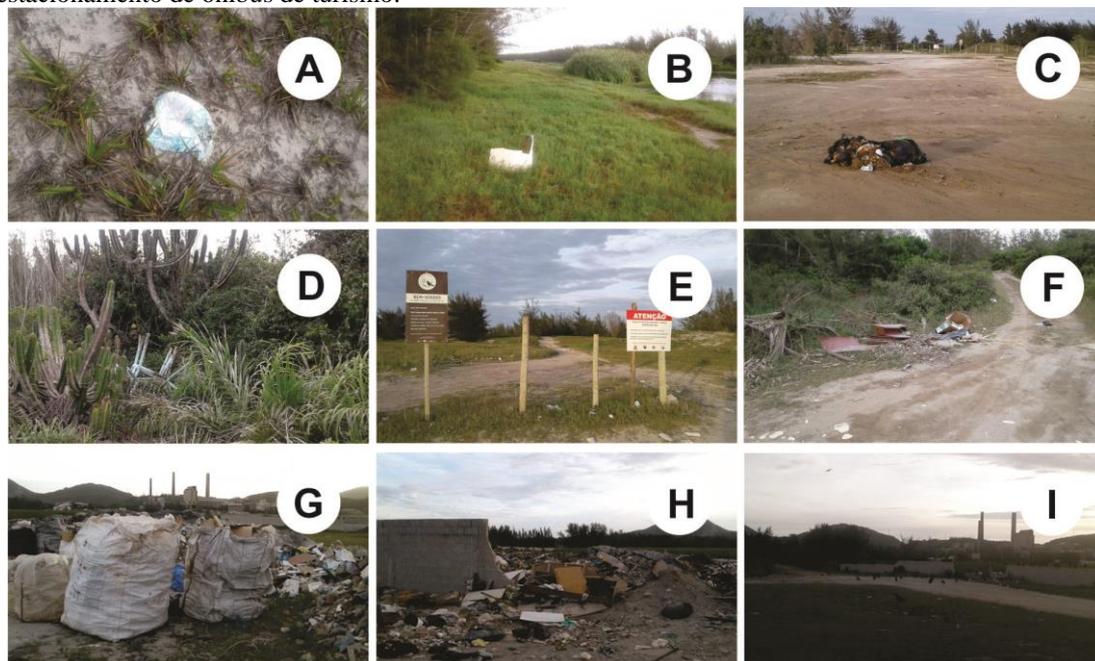
FIGURA 8 - A,B,C,E,G,H,I - Calçados e resíduos sólidos encontrados em trechos da trilha localizados no interior da restinga. D, F- Resíduos na entrada do Parque Natural Municipal da Restinga da Massambaba.



Fotos do próprio autor.

Na etapa III, comparada às etapas anteriores, chamou a atenção o aumento significativo de resíduos sólidos e urubus na entrada do **PNMRM**, possivelmente em função do surgimento repentino de um “Lixão” (Figura 9) localizado na parte interna do muro que delimita o fim do estacionamento dos ônibus de turismo que chegam em Arraial do Cabo. Foram identificados novos despejos de resíduos domiciliares e da construção civil ao longo da trilha e no trecho de restinga que dá acesso ao canal da Álcalis.

FIGURA 9 - A, D, F- Resíduos domiciliares e da construção civil ao longo da trilha. B- Resíduos no trecho de restinga que dá acesso ao canal da Álcalis. C, E- Lixo na entrada do Parque Natural Municipal da Restinga da Massambaba. G, H, I- Surgimento de um “Lixão” repentino próximo ao estacionamento de ônibus de turismo.



Fotos do próprio autor.

4.1 Roteiro final da trilha (produto técnico)

Tendo como base o referencial teórico da pesquisa, as informações obtidas e a caracterização realizadas durante as duas primeiras fases das visitas técnicas, foi elaborado o roteiro final da trilha. Tal processo consistiu na distribuição, ao longo da trilha, de algumas das atividades compiladas pelo pesquisador a partir de seu referencial teórico e aqui, para efeito de elaboração do roteiro, denominadas VIVÊNCIAS.

Em função do tamanho da trilha (2845,94 m), do tempo médio utilizado para percorrê-la (2h30min.), das informações e dados técnicos coletados nas 3 fases das visitas técnicas, os resultados do guiamento piloto e, conceitualmente falando, o referencial teórico da pesquisa, optou-se pela realização das cinco (5) VIVÊNCIAS já mencionadas na seção 3.4.3 do presente trabalho.

No sentido de estar em conformidade com as diretrizes descritas no edital nº1 para o processo seletivo de ingresso para a primeira turma do PPGECC, em 2016, o qual informa “que o trabalho de conclusão final do curso, que poderá ser desenvolvido em diferentes formatos, tais como projetos técnicos [] patente, registros de propriedade intelectual” (registra-se que o referido edital não se encontra mais na publicado na página do Programa), destaca-se que o roteiro da Trilha da Restinga da Massambaba doravante apresentado (Figura

10) constitui o produto técnico apresentado pelo discente e autor da presente pesquisa, fruto e culminância de sua elaboração teórico-acadêmica:

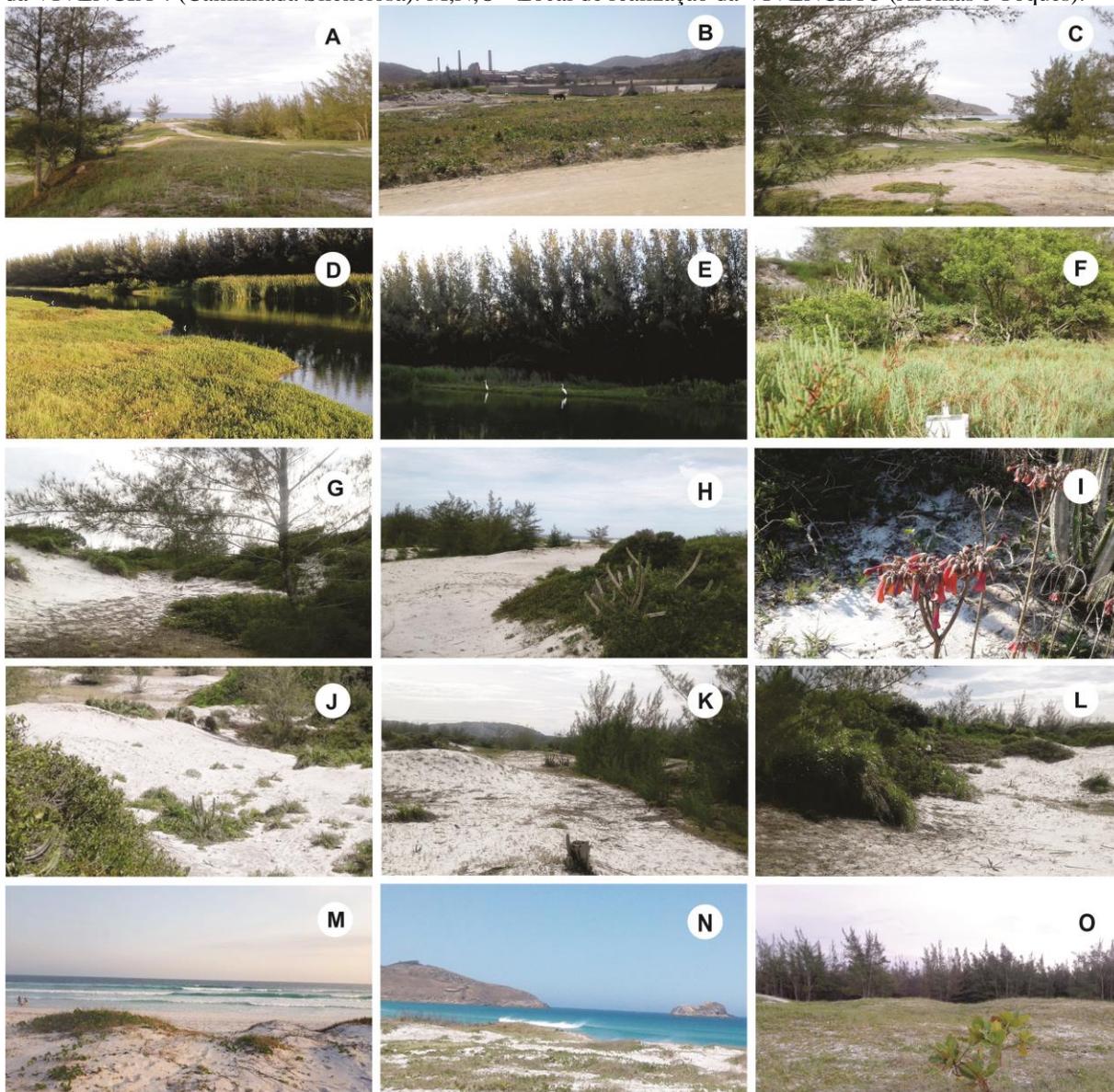
FIGURA 10 – Roteiro da Trilha da Restinga da Massambaba, com a distribuição das vivências, elaborado durante a fase das visitas técnicas (ETAPAS I, II e III).



Fonte: Google Earth, adaptado pelo autor.

Complementando a imagem e as informações anteriores, serão apresentados a seguir (Figura 11) os locais onde foram realizadas as 5 vivências a partir de seus respectivos pontos interpretativos:

FIGURA 11 - A,B,C - Local de realização da VIVÊNCIA 1 (*Check-in*). D,E,F - Local de realização da VIVÊNCIA 2 (Mapa Sonoro). G,H,I - Local da VIVÊNCIA 3 (Câmera). J,K,L - Locais e pontos de passagem da VIVÊNCIA 4 (Caminhada Silenciosa). M,N,O - Local de realização da VIVÊNCIA 5 (Aromas e Toques).



Fotos do próprio autor.

4.2 As percepções dos sujeitos

Apesar de a interpretação e a análise dos dados gerados no Estudo de Caso terem sido baseadas e inspiradas na técnica da Análise de Conteúdo, torna-se fundamental destacar novamente aqui que não foram utilizadas categoriais intermediárias e finais, na medida em que houve o entendimento de que apenas as categoriais iniciais foram suficientes para a análise e interpretação dos dados gerados. De maneira resumida, foi utilizado o seguinte método: 1- Transcrição literal dos áudios com as falas dos sujeitos; 2- Leitura geral das transcrições; 3- Criação das categoriais analíticas com base nas marcações feitas na leitura inicial e no referencial teórico; 4- Fragmentação do material coletado em unidades de registro – parágrafos, frases e (ou) palavras – que tivessem o mesmo teor semântico e pudessem ser comparadas; 5- Criação de classes ou categoriais tematicamente diferenciadas nas unidades de registro, ou seja, a transformação de dados brutos em dados organizados, com base nas 5 regras preconizadas por Carlomagno e Rocha (2016) na supracitada seção; 6- Agrupamento dessas unidades de registro em categoriais similares; 7- Realização de interpretações/inferências com base no referencial teórico.

O *corpus* de análise foi constituído de todas as falas dos 33 sujeitos durante os 7 guinamentos registradas durante o “*Check-in* (VIVÊNCIA 1)” e a “*Colheita*”. Importante destacar que antes de proceder a criação das categoriais de análise e objetivando facilitar a fragmentação do material coletado em unidades de registro, bem como sua identificação, após as transcrições as falas dos sujeitos foram separadas em blocos de repostas/falas da seguinte forma:

As repostas em relação às perguntas “O que primeiro captou a sua atenção nesse lugar? Por quê?” (que eram feitas durante o “*Check-in*”) e os comentários tecidos durante o “*Check-in*” foram desmembrados e criou-se um novo bloco de repostas/falas denominado “Expectativas e (ou) motivações”. Tal procedimento foi realizado objetivando-se filtrar ainda mais a fala dos sujeitos e identificar conteúdos importantes no contexto analítico, já que muitos dos sujeitos respondiam parcialmente às perguntas feitas ou não faziam comentários em relação às suas expectativas ou motivações para fazer a trilha.

A mesma lógica foi aplicada em relação às repostas e falas registradas durante a “*Colheita*”. Os comentários feitos pelos sujeitos da pesquisa durante o “*Check-out*” sobre suas percepções e impressões gerais a respeito do que haviam vivenciado gerou o bloco de repostas/falas “Resultados Alcançados”, quando se objetivou melhor filtrar as falas e captar em que medida as expectativas destacadas no “*Check-in*” haviam ou não sido atendidas. Os

blocos de respostas/falas receberam as denominações BR1, BR2, BR3, BR4, BR5, BR6 e BR7, conforme mostra o Quadro 5 a seguir:

QUADRO 5 - Estrutura dos blocos de respostas/falas dos sujeitos da pesquisa no “*Check-in*” e na “*Colheita*”.

<i>Check-in</i>		<i>Colheita</i>				
BR1	BR2	BR3	BR4	BR5	BR6	BR7
“O que primeiro captou a sua atenção nesse lugar? Por quê?”	“Expectativas e (ou) motivações”	“De todas as percepções vivenciadas na trilha, qual a que mais lhe impactou? Por quê?”	“Que bom...”	“Que pena...”	“Que tal...”	“Resultados Alcançados”

Fonte: próprio autor.

A partir desse desmembramento, foram então criadas 10 categorias de análise, que representam as percepções em relação às vivências experienciadas pelos sujeitos da pesquisa durante a experiência. Destaca-se que tais categorias foram formadas com base nas unidades de registro extraídas das falas dos sujeitos a partir das transcrições dos áudios gravados nos guiamentos na trilha e nas anotações de campo, respaldadas pelo referencial teórico, sobretudo no que se refere aos princípios norteadores das “Vivências com a Natureza”, os quais apresentamos na introdução do presente trabalho. Importante ressaltar que, a fim de se estar em conformidade com as regras 2 e 3 (exclusividade e homogeneidade) preconizadas por Carlomagno e Rocha (2016), convencionou-se que a fala de um mesmo sujeito poderia ser desmembrada em duas ou até mais unidades de registro (palavras, frases e (ou) parágrafos).

As categorias iniciais de análise foram: 1-(Auto)reflexão/(Auto)crítica; 2-Sentimentos/emoções; 3-Atuação do Guia/metodologia; 4-Informação/conteúdo; 5-Compartilhamento; 6-Conhecimento territorial local/pertencimento; 7-Lixo/intervenções antrópicas; 8-Percepções gerais; 9-Conservação/biodiversidade; 10-Gestão/uso público. Para facilitar a identificação de cada fala, os sujeitos foram classificados pela letra S (Sujeito) seguida de números em ordem crescente (S1, S2, S3...). Os guiamentos foram identificados pela letra G (Guiamento), seguida também de números em ordem crescente (G1, G2, G3...). Sendo assim, por exemplo, a fala do sujeito 3 ocorrida durante o guiamento 6 foi identificada como S3G6. Por essa lógica, a fala do sujeito 3, durante o guiamento 6 e identificada no Bloco de respostas/falas nº 5, por exemplo, era identificada como (S3G6, em BR5).

4.2.1 Análise de Conteúdo nas categorias iniciais

4.2.1.1 (Auto) reflexão/ (Auto) crítica

Nessa categoria foram agrupadas falas que expressavam reflexões do sujeito em relação à sua forma de se relacionar com a Natureza e sobre as práticas relacionadas a ela de uma maneira geral. Aqui foi possível identificar um dos pressupostos das “Vivências com a Natureza”, que é “possibilitar às pessoas observar a própria experiência, o próprio sentir e pensar” (MENDONÇA, 2007, p. 124). Algumas falas do BR7 refletiram isso de maneira explícita: “esses trechos em que nós paramos e fizemos uma autorreflexão já valeram. É só agradecer por a gente estar aqui” (S1G4). “Nesse momento da caminhada, você vê que é também um momento de reflexão, né? A gente poder analisar até a nossa própria existência (S2G7) ”.

Em outras falas, isso emergiu de uma maneira subentendida: “Eu achei maravilhoso porque a gente teve uma visão diferente do que aquilo que a gente costuma ter da natureza...sentir, tocar, ver tudo isso é maravilhoso” (S1G4, em BR3). Nessa fala foi possível perceber que a imersão no ambiente natural e o estímulo perceptivo propiciado pelas vivências possibilitou ao sujeito refletir sobre o seu processo relacional com a Natureza, captando o ineditismo da abordagem e percebendo, vivenciando a ruptura com o habitual, com o que é rotineiro para ele.

Nessa outra fala, o sujeito comenta: que pena “que está acabando porque eu aprendi coisas que eu não conhecia e aprendi a valorizar mais, a dar valor à Natureza” (S1G4, em BR5). A fala evidencia que houve uma ressignificação em relação àquilo que a Natureza representava para esse sujeito, ou seja, algo que não era tão importante, mas que passa a ser percebida de uma outra maneira na medida em que ele, pela imersão, passou a observar nuances e valores em relação ao meio natural que não eram anteriormente enxergados.

Quando questionado sobre o que mais lhe impactara durante a experiência na trilha, um dos sujeitos respondeu que era o lixo: “em mais da metade do Parque, em todo lugar que a gente ia tinha um pouco de lixo e a questão da sandália, porque houve tantas sandálias...E eu queria entender de que forma elas foram parar ali” (S7G5, em BR3). Sua fala revela que o confronto com o cenário de degradação que reflete a realidade de parte da trilha o levou à reflexão sobre os processos que regem as relações ecológicas e os processos da Natureza, haja vista que, embora não soubesse como, o sujeito em questão sabia que a sandália não deveria estar ali.

Confrontar-se física e diretamente com o palco onde se desenrola a problemática ambiental é bem diferente de apenas conhecê-la através da teoria, e o primeiro passo para desenvolver uma maior criticidade em relação a esses problemas. Isso facilita o desenvolvimento de uma mais refinada reflexão sobre a nossa racionalidade ambiental, nossos comportamentos em relação à Natureza e às outras espécies, ao equilíbrio e à sustentabilidade dos recursos e às questões ambientais como um todo, o que, supõe-se, conduzirá a uma mudança de atitude e, conseqüentemente, à conservação e preservação da Natureza (BRASIL, 1992; MENDONÇA, 2003; MATAREZI, 2006; LEFF, 2006).

4.2.1.2 Sentimentos/emoções

Nessa categoria foram agrupados os comentários que tinham uma conotação relacionada com as emoções e os sentimentos que afloraram durante a realização da trilha, excetuando-se aqueles que remetessem diretamente à ideia de cuidados com o meio natural. De uma maneira geral, os sentimentos e emoções manifestados pelos sujeitos no decorrer de toda a experiência foram na sua maioria positivos e muito variados, demonstrando algum grau de satisfação em relação ao que foi vivenciado, o que pode ser visto nas falas a seguir: “superou a expectativa. A gente pode parar e ouvir. E como é rico, né?...Porque eu achei que a gente ia ver dunas, árvores...,mas aquele lago lá foi lindo, único, atípico... maravilhoso... em uma palavra, hoje seria estupendo, maravilhoso” (S1G1, em BR3). “A minha expectativa era fazer uma trilha, ter esse contato com a natureza, e acho que ela foi atendida. O passeio foi muito bom, saudável. Não foi simplesmente um dia a mais. Foi um dia bem vivido a mais” (S2G4, em BR7).

Afloraram também sentimentos e emoções relacionados à forma como os sujeitos foram impactados pela experiência, entre os quais e citando alguns, destacamos as sensações manifestadas de paz, acolhimento, renovação, refazimento, tranquilidade, leveza, relaxamento, calma, renascimento e cuidado: “a gente fechou os olhos e ficou só ouvindo os pássaros, o vento... e foi muito bom. A gente aproveitou bastante e teve aquele momento de paz, relaxante” (S3G6, em BR3). “Se eu sair agora eu sou outra. Isso aqui é uma limpeza mesmo. [...] É que aqui a gente tem tudo: o mar, o sol, o calor, aquela brisa maravilhosa que relaxa, descansa” (S3G1, em BR7 e BR3). “Superou minha expectativa. [...] Meu dia já começou muito bom. Eu vi coisas que eu não fazia ideia que existiam aqui. Já valeu pelas 24 horas do meu dia e foi uma experiência única” (S2G1, em BR7). “Eu conheci coisas, tive

sensações que até então estavam no íntimo mesmo... a gente vir para cá traz uma paz, uma tranquilidade que é muito boa” (S4G7, em BR3). Destaca-se que ao discorrer sobre a percepção mais impactante para ele durante a experiência, esse mesmo sujeito citou o “contato com a natureza”, “conhecer algo desconhecido” e a “quantidade de lixo que tem dentro da Restinga”, além de ter declarado ter tido uma “sensação de renascimento”, único comentário desse tipo entre todos os sujeitos.

Entre os sentimentos e emoções que podemos considerar negativos, foram registradas muitas falas que denotavam decepção e desapontamento, não com a experiência em si, como um todo, mas em relação à ocorrência de lixo em muitas partes da trilha e à falta de cuidados com o meio ambiente em geral, sobre os quais, no entanto, discorreremos mais detalhadamente nas categorias “Conservação/biodiversidade” e “Lixo/intervenções antrópicas”. Foram registrados dois comentários pontuais que remetiam também à ideia de decepção, desapontamento. Um relacionado a uma ocorrência na trilha, e outro sobre uma vivência em específico: “eu gostei muito de todas as atividades... só não gostei da câmera” (S3G5, em BR7). Que pena...“foi que eu machuquei meu pé no espinho” (S4G6, em BR5).

Este último comentário, aliás, revela as dificuldades de se controlar todas as variáveis que incidem sobre um guiamento turístico em áreas naturais e, sobretudo, sobre as atividades de campo durante uma pesquisa científica. Embora o sujeito em questão tivesse sido previamente avisado - pelo TCLE e na fala inicial do guia-pesquisador antes do início da trilha - sobre o uso de roupas / calçados adequados para a atividade, bem como sobre procedimentos de segurança, o mesmo retirou o seu calçado durante uma das vivências, o que ocasionou o sinistro. Aqui chamo a atenção para um outro comentário: que pena...“que a gente andou um pouquinho pela praia...e fica muito cansativo andar pela praia” (S3G6, em BR5). Embora essa avaliação feita pelo sujeito tenha sido realizada no final da experiência, esse mesmo sujeito desde que a trilha mal iniciara e durante vários trechos do trajeto indagou o guia-pesquisador se “ainda faltava muito para acabar”.

Ambos os comentários foram feitos por adolescentes no mesmo guiamento e tanto o descontentamento pelo machucado no pé quanto o “cansaço” precoce por parte do sujeito são exemplos de quanto a racionalidade ambiental que ainda orienta a nossa sociedade ocidental moderna (LEFF, 2006) tem afastado parte da humanidade de sua própria ontologia em relação à Natureza, condicionando-nos a hábitos eminentemente urbanos e apartados do convívio com o mundo natural, nos deixando deslocados e desconfortáveis quando submetidos a ele (NEIMAN, MENDONÇA, 2000). Hoje, sobretudo para os mais jovens e adolescentes, importa mais o convívio com aquilo que é controlável com um simples toque (*smarthphones*,

drones, videogames, tablets, entre outros) do que lidar com o imprevisível (SERRANO, BRUHNS, 2005), com o espinho no pé, o cansaço provocado pela areia fofa da praia, o arranhão advindo do galho de árvore, o escorregão na beira do riacho.

Nessa medida, o ecoturismo, enquanto objeto de pesquisa científica, abre espaço para a reflexão sobre as nossas práticas relacionais com o meio natural e para a discussão também sobre o próprio planejamento urbano das cidades que, de uma maneira geral, desconsideram ou subdimensionam a necessidade de maior contato dos cidadãos com a Natureza.

4.2.1.3 Atuação do Guia/metodologia

Nessa categoria foram apresentados comentários que faziam algum tipo de alusão em relação à atuação do Guia durante a trilha, o guiamento turístico de uma forma geral ou sobre algum aspecto relacionado à metodologia adotada. Em grande parte, as falas dos sujeitos expressaram a surpresa diante do ineditismo da abordagem metodológica, haja vista que a maior parte dos sujeitos desconhecia as vivências propostas no decorrer da trilha ou nunca havia participado de atividades no formato apresentado:

Nos últimos anos eu fiz muito isso de ir para o meio do mato fazer trilha, sentir o cheiro e olhar para as coisas. Mas eu não imaginava fazer isso como uma atividade e eu achei que a gente fosse conhecer um pouco mais da Restinga, fazer uns jogos ou brincadeiras. Achei bem interessante muito legal e acho que isso proporciona a gente se conectar mais com a gente, com os nossos sentidos. (S2G3, em BR7).

Para mim foi bem diferente, estou acostumado a vir aqui sempre correndo com os amigos, já fiz trilhas também passeando. Mas foi bem legal dessa vez, parar para observar coisas. Essa coisa de parar para ouvir, mas parar mesmo. Acho que foi a primeira vez que eu passo por uma experiência dessa. Você registrar na mente a fotografia. Isso foi bem legal. (S1G3, em BR7).

Hoje, para mim, está sendo uma experiência maravilhosa, porque para mim uma trilha era a gente chegar, vir caminhando e visual. E desde o momento em que a gente parou lá e já começou essa roda, já começou a gente a interagir, isso já foi para mim uma diferença, já começou ali o sentido do que é você fazer uma trilha, porque que a gente tá fazendo essa trilha.... Não só a caminhada em si, mas o contexto. (S1G4, em BR7).

Este último comentário chama a atenção para o fato de que o sujeito teve uma percepção sutil e diferenciada da abordagem metodológica, ainda que de forma intuitiva. O sujeito, que em outro momento já vinha comentado estar fazendo uma trilha pela primeira vez na sua vida, veio com ideia pré-concebida sobre o que era fazer uma trilha, ou seja, “vir caminhando e visual”. No entanto, ele percebeu que houve um encaminhamento sutil, um

direcionamento do guiamento, que iniciou no *Check-in* (“na roda”) e deu origem ao diálogo que, por sua vez, procurou despertar o entusiasmo (objetivo do Estágio I da Aprendizagem Sequencial), segundo Mendonça (2000, 2017) e Cornell (1989)) dos outros sujeitos e deu continuidade a um conjunto de novas redes de interações, que encadeadas e planejadas, culminaram na realização da VIVÊNCIA 5 e na “Colheita”, cuja proposta era levar os sujeitos a “compartilhar a inspiração” (AS, Estágio 4, segundo Mendonça (2000, 2017) e Cornell (1989)).

A questão levantada no parágrafo anterior é de grande importância no contexto dessa pesquisa. Bueno (2016) chama a atenção para a necessidade de se ter abordagens metodológicas definidas e organizadas nas atividades de educação ambiental voltadas para o turismo desenvolvido em ambientes naturais. Reflexões sobre essa questão são suscitadas a partir de dois comentários:

Você chamar a atenção do nosso silêncio para ouvir o ambiente eu achei interessante. Na restinga você escuta o silêncio. E no final você finaliza escutando esse som do mar, juntando com a exuberância que tem na restinga. Foi fantástico. (S4G1, em BR7).

O contraste das coisas, como você consegue ter uma mata densa com animais e insetos e depois você vira um pouquinho para sua direita e você encontra um mar aberto, areias e dunas, e as plantas. Muitas das plantas eu nunca tinha visto aqui em Arraial do Cabo. (S1G2, em BR3).

Ressalta-se que, do ponto de vista cênico e paisagístico, a trilha - que antes de ser a área do Estudo de Caso de uma pesquisa científica é um atrativo ecoturístico - teve seu roteiro minuciosamente pensado também para impactar os sujeitos, exatamente por propiciar uma “viagem” que passa por ecossistemas diferentes e ao mesmo tempo integrados, cada um com suas belezas e singularidades e, justo por isso, possibilitam percepções diferenciadas para aqueles que por ali transitam, ainda que o atrativo em si não seja o mais importante e sim a experiência (MENDONÇA, 2000). Sob essa perspectiva, a trilha, bem como as “vivências com a Natureza” nela distribuídas, cumpriram o seu papel de servir como laboratório de novas experimentações e ressignificações das relações com o mundo natural dentro do contexto da educação ambiental vivencial a que se referiu Mendonça (2000) no referencial teórico da pesquisa. Nessa medida, o comentário apresentado a seguir suscita novas reflexões acerca das “vivências com a Natureza” e da metodologia da AS:

Foi uma trilha quase que só para perceber que a nossa natureza está exposta ao lixo. Não estamos assim tãaaao na natureza. Não foi uma trilha para apreciar realmente. A minha visão de trilha eu ia ver mais verde, mais convívio. Nós vimos pássaros, essa coisa toda, mas o lixo atrapalhou. Te foca, te tira da natureza. Você sai da área urbana, você vem para a natureza, mas na natureza você continua na área urbana. (S6G5, em BR7).

Entre as falas dos 33 sujeitos da pesquisa, esse foi o depoimento que consideramos o mais contundente e revelador de todos em relação à degradação ambiental e ao lixo na área da trilha, sendo um dos mais provocadores quanto à reflexão sobre a metodologia adotada. Conforme citado no referencial teórico desta pesquisa, as trilhas ecológicas, quando engajadas no contexto de atividade educativas, devem espelhar da melhor maneira possível as características cênicas e naturais de onde se encontram (AIOLFI et al. 2001), sejam elas degradadas ou preservadas. Embora a metodologia da AS seja flexível e Cornell estimule que aqueles que a adotam façam uso da criatividade em suas práticas pedagógicas (MENDONÇA, 2000; CORNELL, 1989), ela sugere algumas diretrizes como, por exemplo, que o Estágio 3 (“Dirigir a experiência”) seja realizado em áreas naturais as mais preservadas possíveis.

Ainda que as vivências preconizadas para o Estágio 3 realizadas na trilha tenham ocorrido em áreas relativamente preservadas (VIVÊNCIA3), ou passado por áreas mais antropizadas (VIVÊNCIA 2), emerge aqui a seguinte reflexão: entendemos que o cenário ideal e desejável seria que nossos parques e trilhas fossem intactos ou altamente preservados. Mas isto nem sempre corresponde à realidade. Como foi dito anteriormente no decorrer desse trabalho, várias são as configurações possíveis de roteiros para a trilha da Restinga da Massambaba. Entretanto, fez-se uma opção consciente de se manter ao máximo possível seu roteiro original (elaborado bem antes, inclusive, do início da presente pesquisa) com fins de empreender pesquisa científica na área da trilha e compreender os múltiplos fatores que vêm colaborando para o acelerado processo de degradação da mesma e do Parque, e colaborar para a sua conservação. Sob essa perspectiva, entende-se que a metodologia foi acertada no sentido de que confrontou o referido sujeito com uma realidade que ele desconhecia ou subdimensionava.

Assim sendo, ter sido privado do contato mais direto com uma natureza mais preservada (“te foca, te tira da natureza”), à luz da metodologia pode ser interpretado como um ganho e não como uma perda, na medida em que a frustração por não haver vivenciado a experiência idealizada possibilitou ao sujeito “observar a própria experiência, o próprio sentir e pensar” (MENDONÇA, 2007, p. 124), o que é fundamental para gerar um sentimento de

maior vínculo e afetividade em relação à Natureza e “o desejo de que ela continue existindo” (NEIMAN; MENDONÇA, 2000, p.109).

Duas outras falas de teores similares chamaram a atenção nessa categoria:

Que tal se a experiência do paladar, já que nem sempre tem a Pitanga, você colocar o... a pimenta rosa também? Você conseguiria por uma sementinha na boca do pessoal... tem pimenta rosa na trilha inteira...Aroeira, né? Você poderia pedir para cada um colocar uma sementinha na língua para eles poderem sentir a natureza pelo paladar. (S1G7, em BR6).

Achei bacana para você propor esses convites para ampliar a percepção, porque às vezes a gente está natureza, está nesses espaços, mas é tudo muito visual. Eu não digo nem tanto para mim, porque a sinestesia, o tato são muito fortes na minha realidade porque eu trabalho com dança, com corpo, então trabalhar os sentidos para mim é fundamental. Mas talvez eu não tivesse tido a oportunidade de ter esse percurso com a natureza... Talvez tenha sentido falta de um convite mais relacionado ao paladar e a parte do corpo também. (S3G4, em BR7).

É possível perceber em ambas as citações que os sujeitos se referem à ausência do paladar no âmbito das vivências. Destaca-se que, além da distribuição das vivências na trilha ter sido planejada com base no fluxo e nos pressupostos da Aprendizagem Sequencial, objetivou-se ao máximo fazer com que os órgãos dos sentidos fossem equanimemente utilizados por se tratar também de uma atividade perceptiva. Sob essa ótica, a VIVÊNCIA 5 objetivou, entre outros aspectos, compensar a falta de utilização do tato e do olfato, pouco presentes ou inexistentes nas vivências anteriores. Ressalta-se também que, a princípio, cogitou-se a realização da VIVÊNCIA 5 em ponto interpretativo localizado na parte mais interna da restinga, onde há uma maior ocorrência de espécies vegetais comestíveis e de valor etnobotânico (FONSECA-KRUEL; PEIXOTO, 2004) que favoreceriam o uso do paladar no contexto das vivências. Entretanto, entende-se que por outro lado isso privaria os sujeitos de experienciarem o contexto cênico, paisagístico e ecológico da beira da Praia Grande, o que, em nosso entendimento, tornaria a experiência menos rica do ponto de vista turístico e da educação ambiental.

Além disso, considera-se que a realização da experiência do paladar sugerida pelos sujeitos esteja condicionada aos ciclos ecológicos e de maturação das espécies vegetais da restinga, o que de certa forma limita a sua realização a períodos específicos. No entanto, a julgar pelos comportamentos manifestados por grande parte dos sujeitos durante a vivência, assume-se que a experimentação do tato e do olfato no final do roteiro não surtiu um efeito que consideramos satisfatório, haja vista que se detectou em diversos guiamentos um razoável nível de dispersão, principalmente nos adolescentes, levando o guia-pesquisador a diminuir progressivamente o tempo inicial de realização da atividade (3min), chegando à metade do

tempo. De toda a forma, considera-se que os comentários dos sujeitos foram importantes e que podem agregar valor positivo ao roteiro da trilha e ao percurso metodológico adotado em futuras pesquisas e suas respectivas aplicações.

Sobre essa questão e relacionando-a ao valor etnobotânico de algumas espécies vegetais da restinga citado por Fonseca-Kruel e Peixoto (2004), faz-se importante a discussão sobre determinados aspectos. O uso dos recursos naturais da restinga é muito antigo. Iniciou há estimados 6000 anos, nas incursões de caça e coleta feitas pelos sambaquieiros. Passando pelo período que remete ao descobrimento da região onde hoje se localiza Arraial do Cabo, em 1503, sempre teve grande importância para o desenvolvimento econômico local, que era baseado na pesca e na confecção de diversos artefatos, entre eles redes e cestos elaborados a partir de matéria prima extraída da restinga, que evidenciam a mescla de alguns saberes e práticas de origem europeia e indígena que persistem ainda hoje (FONSECA-KRUEL et al., 2006; PRADO, 2002).

Estudos (FONSECA-KRUEL et al., 2006; FONSECA-KRUEL; PEIXOTO, 2004) demonstram, entretanto, que o uso da flora da restinga é ainda mais amplo, sendo realizado por pescadores artesanais e populações tradicionais com fins ornamentais, medicinais, alimentares e tecnológicos, além da produção de lenha e uso na construção. O estabelecimento e o início das operações da já extinta CNA, no coração da restinga e na área de abrangência do presente estudo, ocasionou mudanças significativas e estruturais nos modos locais de produção e uso do espaço, com a implantação de um padrão urbano e industrial de vida que colaborou de forma definitiva para a transformação das características sociais, ambientais e culturais da sociedade cabista.

Tais fatores, aliados às pressões exercidas por uma agressiva especulação imobiliária, a coleta irregular de espécies vegetais, o turismo desordenado e predatório, e a extração de areia, entre outros, vêm degradando esse rico ecossistema com a consequente perda de biodiversidade e áreas verdes (FONSECA-KRUEL; PEIXOTO, 2004; JBRJ, 2018), a ponto de influenciar no desaparecimento progressivo de saberes seculares, como a transmissão cultural do conhecimento etnobotânico a respeito de plantas úteis da restinga (LUIJK, 2017), já que essa transmissão pode sofrer a influência de fatores socioambientais, pois as demandas dos indivíduos tendem a se alterar em função da fartura ou escassez de recursos para sua subsistência (MEDEIROS et al., 2015). De fato, a chegada da CNA afastou sua população do convívio com suas áreas naturais na medida em que tal acontecimento trouxe novas opções de sobrevivência e de trabalho, com a ampliação da rede de estabelecimentos comerciais, escolares e de saúde (PRADO, 2002).

Ainda segundo Luijk (2017), os adolescentes e jovens cabistas (nascidos em Arraial do Cabo) “pouco sabem sobre as plantas da restinga” (LUIJK, 2017, p.40), além de não dominarem os seus usos e tampouco conhecerem um número expressivo de espécies, estando a perpetuação da transmissão do conhecimento etnobotânico local atrelado às mulheres, apresentando as mais jovens maior domínio sobre as plantas e seus usos, ficando as mães e avós com o melhor desempenho quanto a ensinar a filhos e netos a respeito das plantas medicinais e alimentícias.

Em face do que foi aqui exposto e considerando-se principalmente as supracitadas falas de alguns sujeitos sobre a ausência do paladar, é importante considerar que manter no roteiro uma vivência relacionada a este sentido ou criar variações do mesmo, transformando-o num *tour* de experiência que inclua a degustação moderada e sustentável de frutas típicas da restinga, poderá colaborar de forma lúdica, agradável e efetiva na promoção da educação ambiental e da conservação da área a partir da manutenção da transmissão desse conhecimento etnobotânico mencionado, haja vista que um roteiro com esse perfil, assim como ocorreu com os sujeitos da pesquisa, terá potencial para aguçar a curiosidade de eventuais (eco)turistas sobre tais saberes, ensejando ao guia a oportunidade de discorrer sobre eles, ainda que seja no final do passeio para não interferir no caráter sensorial da vivência.

Duas outras falas chamaram a atenção pelo nível de compreensão e assimilação demonstrado pelos sujeitos em relação à metodologia adotada:

Eu achei também muito positivo, muito bom e legal, destacando aqui a evolução do contato, né? A gente chegou na segunda parada, e a gente conseguiu até identificar isso, a diferença da chegada para aquele segundo momento... é que a gente vai se desligando um pouco e se desprendendo...porque no primeiro momento que a gente chegou, além de ser de manhã e o cansaço, a gente ainda tava muito com a mente nas coisas da cidade, do nosso dia a dia. E é interessante quando a gente chega num lugar desse estar realmente na natureza, aumentar essa ligação. Isso veio sendo proporcionado pelas atividades, acho que elas tiveram esse sentido. Não sei se tão proporcional, porém nesse momento ela conseguiu fazer... trazer a gente para essa ligação com a natureza de forma positiva. Acho que a atividade da fotografia e a questão de você... porque quando você já está visualizando tudo, beleza. Está tudo aqui em volta. Mas quando você fecha o olho e vai para uma coisa que está apontada, você involuntariamente amplia a sua sensação de visão daquilo...você quer observar os detalhes, até porque faz parte da dinâmica. [...] É a questão de ouvir sentir do final aqui, e do tato que a gente consegue perceber detalhes e sensações que às vezes passam despercebidos. A gente vai na praia todo dia, às vezes faz circuitos de trilhas outras vezes, e aí eu acho que as dinâmicas realmente ajudaram nesse sentido da aproximação. (S8G6, em BR7).

Eu acho que foi uma manhã agradável. Toda atividade na natureza que a gente faz que tira a gente um pouco da rotina é super válido e faz a gente pensar em vários aspectos nosso dia a dia, da nossa vida que você não tem

tempo na correria do dia a dia ou convivendo com as pessoas. A gente tem pouco tempo para ficar em silêncio, né? Desde os ancestrais, a gente sempre veio da natureza, a gente sempre teve esse contato. E hoje a gente está se aglutinando em grandes centros e tendo pouco tempo para olhar para dentro mesmo, para se energizar e recarregar as baterias. Acho que foi uma manhã agradável sim. Acho que se a proposta era que a gente sentisse a diferença entre estar com e na natureza eu acho que cumpriu o objetivo. Se a ideia era essa eu acho que eu consegui sentir a diferença. [...] Parecem atividades inocentes às vezes, atividades bobas, mas realmente têm diferença. (S1G7, em BR7 e BR3).

A primeira fala denota que o sujeito percebeu, ainda que intuitivamente, o fluxo da AS e o encadeamento de suas etapas (“a evolução do contato”). Sua fala sugere que ele aferiu a mudança de estado de espírito, em si e no grupo, que chegou trazendo consigo seus hábitos e agitações urbanas (“a gente ainda tava muito com a mente nas coisas da cidade, do nosso dia a dia”). A partir do despertamento do entusiasmo e da preparação para as próximas atividades mais sensíveis (Estágio 1 da AS) ocorridos já num segundo instante, na VIVÊNCIA 2, todos foram conduzidos a um outro estágio, no qual foi possível “acalmar a mente e mantê-la alerta”, “desenvolver a receptividade para “experiências mais sensíveis com a natureza” e “ampliar a percepção pelo aumento da atenção”, que são alguns dos principais objetivos a serem atingidos no Estágio 2 da AS e que foram trabalhados na VIVÊNCIA 2 (MENDONÇA, 2000, 2017; CORNELL, 1989).

4.2.1.4 Informação/conteúdo

Nessa categoria estão os comentários que revelaram o grau de importância dos conteúdos e da informação para os sujeitos durante a trilha. Aqui também foram agrupados os comentários onde o conhecimento surge com a conotação de conteúdo e (ou) informação. Algumas falas dos sujeitos fizeram alusão direta à forma de atuação do Guia na trilha:

“Bom, para mim foi bem diferente, nem sei se eu cheguei a imaginar alguma coisa, de como seria a experiência. A questão de poder caminhar dentro do Parque foi bem diferente porque eu não tinha vindo aqui... a questão de poder conhecer um pouco mais da região e sobre a Restinga e de conhecer algumas coisas específicas do Parque, que sem essa trilha, sem o acompanhamento do guia teria sido completamente diferente, só uma caminhada num lugar bonito. (S3G3, em BR7).

Sobre esse comentário, ressalta-se que o grupo desse guiamento, em específico, foi bem curioso e perguntador, o que acabou constituindo-se em um desafio para o guia-pesquisador, haja vista que o mesmo, em seu dia a dia profissional, ainda está muito vinculado a um formato tradicional de guiamento no qual prevalece uma lógica inversa ao “Ensine menos e compartilhe mais”, um dos cinco pressupostos do SN que antecederam e

originaram a Aprendizagem Sequencial recomendados a guias/monitores/educadores que atuam em áreas naturais (MENDONÇA, 2017). A fala revela que, para esse sujeito, a presença de um Guia atuando da forma tradicional, prestando informações, sobre o atrativo foi considerada importante, o que, no entanto, não foi detectado na fala dos outros dois sujeitos que participaram desse guiamento. Situação contrária aconteceu nessa outra fala:

E o guia conseguiu despertar esse meu interesse pela natureza, que eu me interessasse muito mais por fazer trilha. Esse contato visual, você sentir a areia, você parar, silenciar e olhar ao teu redor, você fechar o olho abrir e ter uma visão diferente... valeu a pena só de sentir a natureza, esse vento e mar maravilhoso”. (S1G4, em BR3).

Nesse último discurso, a fala do sujeito sugere que a atuação do Guia foi fundamental para que a experiência tivesse sido prazerosa e interessante, justamente por haver apresentado o componente do ineditismo, não necessariamente por ter sido recheada de informações e conteúdos, mas por haver proporcionado a ele conhecer e vivenciar a Natureza de maneira diferenciada, sob outra perspectiva, ainda que esse mesmo sujeito tenha revelado estar fazendo uma trilha pela primeira vez.

Duas outras falas de um mesmo sujeito sugerem que expectativas foram superadas e que a presença do Guia teve um papel significativo na experiência, sendo a sua atuação percebida de uma maneira diferenciada do formato tradicional, surpreendente e positiva, conduzindo o sujeito a sentir-se mais reflexivo, introspectivo e sensível, além de inserido no e pertencente ao ambiente:

Eu gostei bastante da atividade...eu nunca fiz trilha guiada, foi a primeira vez...E ali a gente pôde parar, ouvir...se sentir inserido ali no ambiente, coisa que a gente às vezes não se sente [...] eu achei que ia ser só uma caminhada, mas me surpreendeu. (S1G6, em BR7).

O percurso não foi cansativo, a distância, as atividades propostas também... o mapa auditivo...porque naquele momento a gente pôde se sentir pertencente ao espaço...a caminhada silenciosa também me chamou atenção...eu pude ir percebendo também o que estava mais à volta...a vegetação...se tinha movimentação ou não...a parte que traz para uma reflexão enquanto cidadãos, enquanto pessoas [...] acho que se poderia estar fazendo parcerias com escolas para estar fazendo com as crianças, mostrar a importância de se cuidar desse espaço e de como um turismo dessa forma, com um guia, fazendo uma atividade desse tipo, é importante. Te dá uma outra visão do ambiente onde você está inserido”. (S1G6, em BR3).

O termo exato “informação”, denotando conteúdo, aparece na fala de dois sujeitos. Uma sugere que a oferta de mais informações na trilha por parte do Guia pode melhorar a experiência: que tal “ter um pouquinho mais de informação nas discussões e atividades do

conhecimento local? Isso eu acho que no meio das discussões agregaria de uma forma bem legal” (S8G6, em BR6). A outra registra a aquisição de informações sobre a biodiversidade local como uma das principais motivações para experienciar as vivências. Importante destacar que esse era o único entre os 33 sujeitos que era Guia de Turismo, porém não atuante no segmento de ecoturismo: “Ver o que tem aqui e o que pode ser explorado no sentido de informação...é conhecer a parte da fauna e da flora que eu não tenho muito conhecimento” (S4G1, em BR2).

Observa-se que, afora alguns comentários sobre a quantidade de lixo na trilha, as principais percepções destacadas por esse mesmo sujeito ao final da trilha denotaram sentimentos de satisfação e surpresa diante do inusitado proporcionado pela experiência: “Essa Restinga aqui, até mesmo para observar sons, que a gente não costuma parar para fazer isso, o tempo é tão curto...eu confesso que há muito tempo que eu não parava para ouvir os sons das aves. [...] Foi um dia diferente, atípico” (Em BR7). Que pena “que acabou” (Em BR5). Que bom “que esse roteiro foi escolhido para observar os pássaros, as dunas, as plantações, as coisas lindas” (Em BR4).

4.2.1.5 Compartilhamento

As falas através das quais emergiu o desejo de compartilhamento da experiência e (ou) da Natureza por parte dos sujeitos estão nesta categoria. O compartilhamento é uma dimensão importante da Aprendizagem Sequencial, haja vista que está no nome e na essência do movimento que criou a metodologia, o *Sharing Nature*, além de que o quarto estágio da AS é “compartilhar a inspiração” (MENDONÇA, 2000, 2017; CORNELL, 1989). Além disso, está na base dos princípios que fundamentam a Educação Ambiental (BRASIL, 1992; LIMA-GUIMARÃES, 2010; LESTINGE; SORRENTINO, 2008).

Destaca-se que as falas dos sujeitos expressando o sentimento de compartilhamento foram detectadas em quase todos os guiamentos: “que mal que não deu para algumas pessoas que estavam com vontade de ir poderem participar também” (S8G6, em BR5). “As histórias, o que eu aprendi e o acesso ao parque, que foi muito bom estar com pessoas que têm histórias para compartilhar” (S3G3, em BR3). “Estar nesse lugar com a família, com os amigos é uma coisa bem significativa, né? Porque não é uma coisa só para a gente, é uma coisa que a gente pode compartilhar, e com meu filho também, que já está desde pequenininho podendo frequentar e valorizar esse espaço” (S3G4, em BR7). “Eu gostei, tô muito animada e eu quero fazer isso mais vezes em outros espaços de Arraial do Cabo e fomentar que mais pessoas

tenham essa aproximação mesmo” (S5G5, em BR7). “Eu já imaginaria que seria legal por estar com vocês, mas não tão legal. [...] A gente não precisa botar muito valor nas coisas, mas nas coisas que tem valor não material, espiritual pra gente” (S2G1, BR7). Que tal “levar isso para outras pessoas? Proporcionar isso para moradores e para turistas para que todos tenham a consciência da importância do que nós temos à nossa volta?” (S3G3, em BR6).

Nessa última fala, em específico, a ideia de compartilhamento da experiência revelou-se no cuidado do sujeito com a Natureza e revelou-se também no seu desejo de que a fruição possa ser extensiva a outras pessoas e na sua preocupação com o patrimônio ambiental do município, onde fica subentendida uma intenção relacionada à conservação. Importante destacar que a própria forma como a metodologia foi construída, promovendo uma interface da Aprendizagem Sequencial com os princípios, práticas e processos participativos utilizados pela rede *Art of Hosting* - formação do círculo, *Check-in*, *Check-out*, a facilitação do diálogo, o estímulo às perguntas poderosas e significativas (ART OF HOSTING, [201-]; DE LIMA MINARI; RABINOVICI, 2014; NAGEL; 2015; BALDWIN; 1997) - facilitou a integração e o compartilhamento da experiência em si e de suas impressões sobre ela, as quais foram expressas na “Colheita”, momento final de cada guiamento.

4.2.1.6 Conhecimento territorial local/pertencimento

Aqui se agruparam os comentários através dos quais se podia inferir o nível de conhecimento e (ou) intimidade e (ou) pertencimento dos sujeitos em relação à área da trilha e (ou) a Arraial do Cabo, e um aspecto chamou a atenção. Considerando que cerca de 24 dos 33 respondentes são moradores do núcleo urbano de Arraial do Cabo ou de algum de seus distritos, uma parte considerável desse contingente revelou desconhecimento parcial ou total em relação à trilha, a alguns de seus trechos e (ou) ao (s) Parques do município, ou seja, em relação ao seu próprio território:

“Acabou sendo um convite muito esperado, porque a gente frequenta Arraial do Cabo por conta da casa que a gente tem aqui, mas a gente tá sempre muito na praia. Eu acho que tá na hora da gente conhecer mais essa região, que não é só praia, né?” (S3G4, em BR7). “O Urbano tão próximo da área do parque, do verde. Nem parece que é Arraial. É um espaço não desbravado, não apropriado, sem identidade” (S5G5, em BR1). “Se sentir inserido nesse ambiente, porque a gente mora no município e a gente não conhece tanto as belezas que se têm no nosso município” (S1G6, em BR3). “Eu sempre vejo aquele lago ali, mas eu nunca vou naquele lago porque eu não tenho tempo [...] Então foi legal porque eu nunca tinha ido lá. Sempre tive vontade, mas nunca tinha ido” (S3G2, em BR7). “Eu já fiz alguns ensaios

fotográficos, mas eu já passei de carro aqui, mas nunca tinha entrado lá para dentro. Foi uma coisa inusitada, nova, porque eu não sabia que aquele lago existia” (S2G2, em BR7).

De uma certa forma, as falas acima apresentadas sinalizam para algumas questões. Uma delas é a falta de planejamento urbano e turístico do município de Arraial do Cabo, já que há poucas placas ou sequer ocorre a sinalização em pontos estratégicos da cidade chamando a atenção para a existência do PECS ou do PNMRM (localizado há menos de 1km do centro do município), ambos espaços naturais subaproveitados, já que grande parte dos moradores não desfruta deles e muitos turistas sequer os conhecem.

Isso revela a falta de acesso, intimidade e apropriação dos moradores em relação ao seu próprio espaço, seus Parques e a outras áreas naturais da cidade, o que se reforça a partir dessas falas: “Para mim foi uma experiência muito maneira, entendeu? Foi uma atividade que eu nunca participei na vida, gostei para caramba. A melhor parte foi o contato com o mar. Faz tempo que eu não venho na praia” (S5G6, em BR7). “Eu gostei porque aqui é um lugar mais selvagem, mais hostil. [...] Eu não conhecia. Para caminhar aqui eu nunca tinha feito, só pela praia mesmo e voltar” (S1G2, em BR7).

Tal questão ficou ainda mais evidente nas manifestações de surpresa e estranhamento de alguns dos sujeitos ao constatarem o seu próprio desconhecimento sobre o ecossistema Restinga e sua proximidade com o núcleo urbano de Arraial: “é como se essa parte não existisse. [...] Parece que tem o Arraial praia e o a Arraial restinga. Como se fossem lugares diferentes. Parece que eu estou fora de Arraial e isso foi surpreendente mesmo” (S2G7, em BR7).

Sob outra perspectiva de análise, observa-se que esse estranhamento, esse “choque de realidade” que resultou em constatação, foi possível exatamente por conta de um envolvimento mais profundo com o espaço natural proporcionado pela experiência, que nesse sentido foi ressignificada, propiciando o aguçamento da percepção sensorial, da introspecção e da reflexão dos sujeitos em relação ao seu espaço, pressupostos das “vivências com a Natureza”, já que, segundo Mendonça (2000, p.138), “Ao caminhar pelos espaços naturais, somos convidados não mais a observar o que vemos, mas a observar a nós mesmos enquanto componentes daquele ambiente”.

4.2.1.7 Lixo/intervenções antrópicas

Nessa categoria estão os comentários que emergiram de alguma forma sobre a degradação ambiental em geral, sobre o lixo e as ações antrópicas observadas na trilha pelos sujeitos da pesquisa durante a experiência. Foi claramente perceptível que um dos fatores que mais impactou grande parte deles foi a ocorrência do lixo em vários trechos da trilha. Tal fato, entretanto, já era pelo guia-pesquisador esperado na medida em que se fez uma escolha consciente por ter como objeto do Estudo de Caso uma trilha parcialmente degradada. Embora os comentários dos sujeitos em toda as categorias de análise tenham em sua maioria sido positivos a respeito da experiência como um todo, muitas vezes os comentários positivos vinham sempre acompanhados de algum comentário sobre o lixo na trilha ou sobre seus impactos. Como ponto inicial de análise, destaca-se que a partir das falas de alguns dos sujeitos foi possível identificar que muitas vezes as condutas ambientalmente inadequadas são percebidas como sendo um problema ou uma prática do outro e não deles mesmos, revelando em seu discurso relativa ausência de autocrítica em relação a essa questão:

Que pena “que tem muito lixo, que as pessoas não têm educação ambiental e não têm preservado esse local da forma como deveria ser preservado” (S1G1, em BR5). Que pena “que tem muita poluição, as pessoas não cuidam” (S2G1, em BR5). Que pena “Que as pessoas não conseguem dar o devido valor a isso aqui, que pouquíssimas pessoas têm consciência disso” (S3G1, em BR5). Que pena “que ainda tem muita gente que não tem essa consciência” (S2G4, em BR5). Que pena “encontrar tantos lixos no caminho. A falta de consciência da população em deixar lixo, em deixar as coisas pelo caminho” (S3G4, em BR5). Que pena “que a cidade não tem o cuidado devido com esse reduto, de um modo geral, né? Que não haja uma conscientização da própria população” (S2G7, em BR5).

Em contrapartida e em proporção menor, a fala de outros sujeitos revelou a assunção de suas respectivas responsabilidades enquanto parte da problemática ambiental, onde os mesmos se colocavam como agentes ativos, responsáveis por processos de degradação e (ou) coautores de condutas ambientalmente inadequadas: “é impactante e mais revoltante por saber que somos nós que causamos isso” (S3G3, em BR5). Que tal “se nessa experiência a gente pudesse ter feito um pouco da nossa parte, aproveitar coisas que iriam para o lixo para que tivessem um novo destino?” (S2G3).

Ou seja, a mesma trilha que possibilitou a alguns sujeitos uma postura de reflexão e crítica a respeito de como se relacionarem com a Natureza sob uma perspectiva conservacionista revelou também a ausência de autocrítica por parte de outros, fazendo

emergir posicionamentos antagônicos de sujeitos submetidos às mesmas práticas e às mesmas vivências num mesmo espaço. Tal antagonismo sugere a prevalência de uma atitude egoística quando se trata das questões ambientais de uma maneira geral: a culpa é do outro. Ou ainda: a relação de pertencimento e apropriação da natureza ganha ou tem mais vigor quando se trata de áreas mais preservadas. Quando a natureza está suja e degradada, dá-se para alguns a coisificação dela: eu não faço parte dela, a renego, ela é do outro e não minha. Nesse momento, irrompe a quebra do sentimento topofílico, ou seja, “dos laços afetivos dos seres humanos com o meio ambiente material” (TUAN, 1980, p. 107) e instala-se o sentimento oposto.

Pelo seu próprio caráter avaliativo, o Bloco de respostas/falas nº 5 – BR5 (“Que pena...”) foi o que concentrou o maior número de comentários relativos ao lixo e ações antrópicas verificadas no decorrer da experiência, a maioria expressando tristeza e pesar pela constatação de ver a Natureza maltratada e degradada. Ressalta-se que, embora muitos sujeitos tenham feito alusão ao lixo/ações antrópicas ao responderem às perguntas “O que primeiro captou a sua atenção nesse lugar? Por quê?” (BR1) no início da trilha, no final dela a análise das respostas/falas dos sujeitos às perguntas “De todas as percepções vivenciadas na trilha, qual a que mais lhe impactou? Por quê?” (BR3) e dos comentários do Bloco de respostas/falas nº7 (“Resultados Alcançados”) revelou uma predominância de comentários positivos em relação à experiência vivida de uma maneira geral.

Embora a Aprendizagem Sequencial ainda esteja sendo utilizada com maior incidência no ambiente escolar de ensino (Bueno, 2016), entende-se que a metodologia adotada, baseada principalmente na AS e no uso das práticas colaborativas para promover as “vivências com a Natureza”, possui alto potencial de aplicação em programas de Educação Ambiental – EA, principalmente em sua perspectiva crítica, voltados para atividades turístico-recreativas realizadas em ambientes naturais e no segmento do turismo pedagógico. Segundo Cornell (1996, p.4), a “Natureza é mestra” a partir das situações e experiências proporcionadas pelas vivências, sendo cada uma delas uma boca pela qual ela se manifesta e fala. Sob essa perspectiva, a abordagem vivencial da metodologia adotada enseja oportunidades de experiências diretas e imersões profundas nos cenários reais onde emergem importantes problemas ambientais, e, sobretudo, de se questionar a racionalidade ambiental que orienta os modos de vida e padrões de consumo da sociedade moderna e expor as contradições da sanha predatória do sistema capitalista de produção, os quais têm como alguns de seus produtos finais o lixo que tanto impactou negativamente os sujeitos na trilha, e que é exatamente o contrário do que se almeja com as vivências: a conservação.

Nesse sentido, trazendo a discussão para o âmbito de um mestrado profissional, no qual a interface da academia com o mercado de trabalho é fulcral, o Guia de (Eco)Turismo encontra nessa abordagem metodológica instrumental teórico para fomentar reflexões e discussões sobre uma série de temas importantes e ser, através do ecoturismo, o interlocutor o facilitador do diálogo dessa “mestra” com os turistas e visitantes de Parques e outras áreas naturais, sendo as vivências fundamentais para o êxito desse processo, já que, segundo Mendonça (2000), sem elas, sem a experiência, é impossível ter um maior entendimento a respeito das diferentes formas de manifestação da Natureza e suas “lições”.

Sendo a conservação da Natureza um dos objetivos a serem atingidos e o afeto a melhor maneira de alcançá-la (MENDONÇA, 2000), acredita-se que a metodologia empregada tem forte potencial para promover o equilíbrio entre o sentimento e a razão (entendida aqui como informação, conteúdo) haja vista que o próprio fluxo de aprendizagem preconizado pela AS (Estágios 1 a 4), com o incremento do Círculo, do *Check-in*, do *Check-out*, da facilitação do diálogo e do estímulo às perguntas poderosas e significativas favorecem a emergência e compartilhamento de sentimentos e percepções, tão fundamentais em todo esse processo.

Ao serem convidados e estimulados a discorrer acerca de suas percepções a partir de perguntas poderosas e significativas (“O que primeiro captou a sua atenção nesse lugar? Por quê?” // “De todas as percepções vivenciadas na trilha, qual a que mais lhe impactou? Por quê?”) ou ainda opinando a partir das expressões “QUE BOM, QUE PENA, QUE TAL”, muitas foram as ideias, pensamentos e proposições a emergir sobre diversos temas, muitos deles relacionados à conservação, como, por exemplo, sugestões de limpeza do próprio Parque e (ou) da trilha: que tal “incentivar os teus grupos de trilha a trazer uma sacola para gente conseguir levar um pouco desse lixo que os seres humanos deixam aqui?” (S1G2, em BR6). Que tal “numa próxima oportunidade cada um trazer sua sacolinha para catar pelo caminho o que puder e levar, e depois fotografar e divulgar "olha quanto lixo nós achamos"? E divulgar isso para que seja um manifesto sobre a necessidade de preservação do lugar?” (S3G4, em BR6).

4.2.1.8 Percepções Gerais

Nesta categoria foram agrupados comentários sobre percepções de uma forma geral, que reflitam as interações com a natureza e sensações vivenciadas durante a experiência relacionadas ao corpo ou aos órgãos dos sentidos de uma maneira geral, mas também aquelas ligadas a valores culturais e sociais subjetivos, já que na perspectiva de análise adotada, baseada principalmente em Tuan (1980) e Melazzo (2005), a cognição e os sentidos físicos são indissociáveis. Principalmente no Bloco de respostas/falas nº 2 – BR2 (“Expectativa e (ou) motivações”), foram registradas entre as principais motivações para participar da experiência falas que remetiam à ideia de “fazer trilha”, “fuga da rotina” e, principalmente, de fruição e maior contato com a Natureza: “quando estou aqui uma paz incrível me limpa e me sinto leve, extasiada, me lava a alma...Entrar e viver...Fazer uma faxina mental” (S3G1, em BR2). “Que hoje vai ser incrível...gosto muito da natureza também e tá todo mundo em casa” (S2G1, em BR2). “Eu gosto muito de fazer trilha em Arraial do Cabo” (S1G2, em BR2). “Ficar meio longe da cidade, você fica mais sozinho, dá para pensar também” (S3G2, em BR2). “Proximidade e contato com a natureza” (S3G3, em BR2). “Eu amo a natureza e é a primeira vez que eu estou fazendo trilha” (S1G4, em BR2). “Entender melhor a relação da natureza com a gente, da gente com natureza” (S5G5, em BR2). “Fugir da rotina” (S1G6, em BR2). “É que eu sou nova na cidade e nunca fiz trilha aqui, né?”.

De uma forma geral, entre as percepções manifestadas pelos sujeitos como resultado final das vivências ou durante a realização das mesmas estavam aquelas que denotavam desconexão com o mundo urbano, conexão, introspecção e isolamento do mundo: “o incentivo de usar os sentidos também é bem legal porque a gente, geralmente quando está caminhando, se imerge em si mesmo e fica preso em pensamentos” (S1G2, em BR7). “Você consegue se conectar com você. [...] você não consegue pensar na luz que você tem que pagar, no que você tem que fazer depois. Posso passar o dia inteiro aqui” (S3G1, em BR7). “Eu tive o prazer de me conectar com a natureza, tive como sentir a natureza e descobrir muitas espécies ali que eu não sabia. E tudo no mesmo lugar” (S2G1, em BR3). “Vocês falaram do barulho do helicóptero...Para mim, na minha cabeça, não tava aquele barulho... tava mais o barulho dos grilos, dos bichos que estavam ali perto” (S3G2, em BR7). “Ouvir a tranquilidade que a gente tem na natureza... a tranquilidade que a natureza traz” (S4G4, em BR3). “Você vê que fica longe da cidade, daquela muvuca, daquela correria toda. Daí você vem fica longe de tudo e está praticamente você e a natureza, seus pensamentos” (S3G2, em BR3).

Outras falas tinham relação com as interações com a Natureza durante a experiência de visitação e denotavam a ideia de como os sujeitos, através das vivências, conseguiram captar as nuances da Natureza e da biodiversidade local através dos órgãos dos sentidos: que bom “encontrar nessa experiência uma natureza que se equilibra de certa forma, apesar de todos os impactos ter encontrado frutas, pitanga e outras coisas que eu nem conhecia, e água no lugar” (S2G3, em BR4). “Tudo o que a gente aprendeu...as atividades realizadas...fechar o olho, escutar, sentir tudo que estava ao nosso redor...da parte em que a gente ficou andando na trilha quieto porque deu uma sensação que a gente escuta tudo melhor, a árvore, a natureza” (S1G5, em BR3). “A segunda atividade. Porque teve vários barulhos diferentes quando fechamos os olhos...Parecia que os passarinhos tinham sumido. É como se quando pedisse para prestar a atenção eles sumissem” (S3G6, em BR3). Que bom “estar aqui desfrutando dessa natureza muito linda. Poder sentir o cheiro do local, da vegetação. Poder observar essa vegetação linda, típica aqui da Restinga, da lagoa, das aves, ouvir o som das aves” (S1G3, em BR3).

É muito bonito o momento em que a gente estava fazendo a caminhada em silêncio, eu parei e dava a impressão que os pássaros estavam conversando. Um dava o som, parava...outro fazia...e eu percebia que um tava na minha direita e o outro estava na minha esquerda, e eu sabia que em lugares diferentes...e dava a impressão que eles conversavam e eu achei isso muito bacana. (S2G7, em BR7).

Destaca-se acerca das falas acima citadas nesta categoria de análise que é possível inferir que as “vivências com a Natureza” experienciadas propiciaram um incremento à visitação da área de abrangência da trilha e possibilitaram aos sujeitos ter relações mais profundas com o meio natural, bem como a potencialização de suas percepções físicas, através das quais os órgãos dos sentidos parecem ter se tornado mais sensíveis e refinados para captar detalhes e sutilezas dos ecossistemas visitados e da biodiversidade antes despercebidos, confirmando alguns dos pressupostos destacados no referencial teórico da pesquisa em relação às “vivências com Natureza” (MENDONÇA, 2000, 2007).

As percepções dos sujeitos sobre alguns aspectos cênicos e paisagísticos do roteiro suscitaram uma discussão sobre a relatividade do que significa o “belo”, e sobre o quanto uma área, mesmo degradada, pode ser atraente do ponto de vista turístico e paisagístico. Várias entre as falas dos sujeitos fizeram alusão ao chamado Lago da Alcalis expressando surpresa em relação à beleza do local ou à biodiversidade ali encontrada, ou ainda satisfação pela descoberta daquela área: “me surpreendeu porque eu não conhecia o canal e nem imaginava realmente aquela colocação dos pássaros, né?” (S2G7, em BR7). “A primeira descoberta foi

quando a gente chegou no lago, onde a gente fez o exercício de captar os sons, no meio daquele espaço da Restinga ver aquela água ali foi uma coisa que me impactou” (S2G3, em BR3). “Ah eu achei muito interessante. Eu gostei muito daquele lago, córrego lá....notei que aqui perto da praia tem essas plantinhas que lá não tem. [...] Conhecer aquela Lagoa” (S3G7, em BR7 e BR4). “Os pássaros, uma diversidade de pássaros muito grande, os sons. Eu parecia estar fora de Arraial. Eu achei muito interessante a questão do ecossistema. O que me chamou atenção mesmo foi o lago, muito interessante, muito bonito” (S3G7, em BR3).

A experiência foi muito agradável, muito boa, interessante...Superou até as expectativas do que eu imaginava assim do local. Eu não tinha essa noção de como era bonito, diferente...de como era rara a beleza de estar assim dentro da natureza...e aquela parte assim... perto da mata, daquele córrego, daquele lago lá...e os animais ali, se sentindo em casa...foi muito legal. (S4G7, em BR7).

Destaca-se que o supracitado lago, também conhecido como Canal da Álcalis pelos moradores de Arraial do Cabo, é na verdade um canal artificial paralelo à Praia Grande, criado pela extinta CNA para o transporte, por balsas, do calcário de conchas extraído da Lagoa de Araruama até os fornos de calcificação localizados no desativado parque fabril (PEREIRA, 2009). Com o fim de sua utilização, a área veio gradualmente se degradando, porém guarda certa singularidade cênica e paisagística, além de abrigar considerável avifauna (LIMA et al., 2009). Ressalta-se aqui a importância de se promover projetos de restauração e conservação dessa área, haja vista o seu enorme potencial (eco)turístico, sobretudo no segmento de observação de pássaros (LIMA et al., 2009). Imagina-se que uma área que é capaz de promover tamanho grau de encantamento, mesmo degradada, poderá potencializar significativamente a visitação uma vez restaurada.

Chama-se a atenção para o fato de que durante a experiência na trilha os sujeitos travaram contato com o Canal da Álcalis durante a realização da VIVÊNCIA 2 (“Mapa Sonoro”). Segundo Cornell (1989), tal vivência também pode ser utilizada no Estágio 2 (“Concentrar a atenção”), onde as atividades estão voltadas para o foco da atenção em um dos sentidos de maneira a que os participantes da atividade se concentrem nele, objetivando, entre outras coisas, a potencialização dos níveis de atenção, percepção e capacidade de observação e da sensibilidade em relação às experiências com a Natureza (MENDONÇA, 2000), que é o que parece ter ocorrido com os sujeitos supracitados em relação ao Lago, que tornou-se “visível” e teve suas nuances muito mais perceptíveis aos olhos e, principalmente, aos ouvidos dos sujeitos.

4.2.1.9 Conservação/biodiversidade

Aqui estão os comentários onde de alguma forma a questão da conservação da Natureza e (ou) das espécies emergiu. O Bloco de respostas/falas nº 6 – BR6 (“Que tal...”) foi o que possibilitou identificar o maior número de comentários a respeito desse tema, embora ele seja transversal à quase totalidade das categorias de análise. Alguns traziam proposições relacionadas à gestão e ao uso público da trilha e (ou) do Parque, os quais serão tratados em outra categoria. De uma maneira geral, os comentários expressavam a ideia de cuidado com o meio natural ou sugestões de ações pessoais e coletivas, ou ainda relacionadas à educação ambiental que poderiam ser feitas para promover a conservação da trilha e da Natureza:

Que tal “cuidar mais e conscientizar mais, começando pelas pessoas que moram aqui, quem nasce aqui? ” (S3G1, em BR6). Que tal “se as pessoas valorizassem como parte da nossa casa e pensassem mais no futuro dos seus filhos e netos preservando, mantendo isso tudo tão belo? ” (S1G3, em BR3). Que tal “trazer cartazes placas e que fosse uma trilha para conscientizar as pessoas sobre a necessidade de não se jogar lixo na estrada, na trilha?” (S2G5, em BR6). Que tal “recolher o lixo quando a gente traz para cá? Porque querendo ou não esse é o lugar onde a gente vive e é o lugar que a gente tem para viver hoje e que provavelmente será o que a gente terá amanhã” (S3G5, em BR6). Que tal “fazer uma campanha, um documentário com as pessoas que participaram dessa trilha para sensibilizar as pessoas da preservação, do cuidado e da participação mesmo nas questões de preservação?” (S5G5, em BR6). “E como aqui não tem muita atividade para as crianças da escola, que tal colocar essas crianças para fazerem trilhas e ajudarem a conservar mais o meio ambiente? (S6G5, em BR6).

Importante notar que nos guiamentos 5 e 6 (G5 e G6), os grupos foram compostos por sujeitos que faziam parte de um mesmo núcleo ligado a um projeto de educação ambiental de Arraial do Cabo. No entanto, pela análise dos dados coletados foi possível perceber que, não só em relação ao BR6, mas também em relação a todos os outros blocos de respostas/falas houve um número menos expressivo de falas relacionadas ao tema desta categoria de análise, ou seja, dois grupos com o mesmo perfil e formação no que tange a conhecimentos relacionados à educação ambiental tiveram percepções e respostas diferenciadas a uma mesma abordagem metodológica. Tal questão suscita algumas reflexões. O Guia de Turismo, sobretudo quando atuando na Natureza, tem muito pouco controle sobre o resultado de suas práticas no contexto da metodologia adotada.

Dentro da metodologia adotada, a função do Guia é mediar a experiência do visitante e não a de controlá-la – até mesmo porque ele não pode – ou direcionar, sugerir as suas percepções, seja através da transmissão de informações e conteúdos sobre o atrativo ou dos pontos que passarão por sua interpretação ambiental ao longo do passeio. Obviamente que, na medida em que se roteiriza uma trilha para a prática do ecoturismo, ela já está sendo interpretada, mas a proposta dessa metodologia é diminuir ao máximo esse tipo de interferência. A abordagem metodológica adotada objetiva muito mais criar as condições necessárias para que o turista experimente uma significativa e profunda vivência com a Natureza do que tentar controlar os seus resultados, e isso confere a ela significância. Nesse sentido, a proposta metodológica do presente trabalho acontece no chamado espaço “Caórdico”²⁴ (CAORDIC COMMONS, [201-]; COCRIAR, [201-]), que combina as características do caos e da ordem.

O que acontece durante uma visita turística à Natureza circula exatamente nesse contexto e espaço do imprevisível, onde o Guia procura potencializar o que emerge enquanto a experiência é vivenciada no espaço natural (sentimentos, afetos, percepções) - no qual há relativa ordem -, porém tendo a consciência de que não capta e tampouco controla tudo o que ali se desenrola, que é exatamente o oposto de nossa epistemologia. Sobre isso, aliás, Panosso Neto e Nechar (2014, p.135) destacam que os estudiosos do turismo afeitos ao cientificismo “tendem a valorizar a produção de conteúdos”, sendo, porém, pouco afeitos à inovação e aos conteúdos mais críticos. Entende-se assim que um Guia de Turismo, de uma forma geral, deve estar sempre aberto ao novo e refletir sobre suas práticas. Sendo o Guia de Turismo autor do presente trabalho também um pesquisador e, portanto, também um estudioso do turismo, dever objetivar esquivar-se do positivismo científico dominante, “que tem um interesse pragmático, mecânico-casual e funcionalista” (PANOSSO NETTO; NECHAR, 2014, p.135).

O ecoturismo, pela própria essência do espaço onde se desenrola, precisa considerar o a sua dimensão caórdica, onde o imponderável e o imprevisível lhe são constitutivos e aliados em buscar reaproximar o homem da Natureza, da sua ontologia, já que nosso desejo de querer controlá-la parece ainda estar latente em nós.

²⁴ Termo criado pelo primeiro CEO e fundador da operadora de cartões de crédito Visa Internacional, Dee Hock, para designar e tentar compreender sistemas, os seres vivos, sociedades, organizações e (ou) grupos corporativos e suas formas de atuação, buscando compreender ainda como a ordem e o caos têm influência sobre os fatos e os resultados. Sob essa perspectiva, o caos seria o espaço do incerto, do imprevisível, dos fatos espontâneos e naturais, e a ordem o da regularidade dos padrões e da previsibilidade. O “Caórdico” (= Caos-Ordem) seria então a zona de convergência, interseção e equilíbrio entre ambos. (CAORDIC COMMONS, [201-]; COCRIAR, [201-]).

4.2.1.10 Gestão/uso público

Nesta categoria foram agrupados os comentários em relação ao uso público da área da trilha, à administração do PECS, à administração pública municipal e questões relacionadas à segurança, sinalização, manejo e (ou) educação ambiental. Alguns comentários fizeram alusão direta à gestão pública de uma maneira geral, ora em tom de pesar pelo descaso com as áreas naturais do município, ora como sugestão, denotando que esses espaços ainda estão “invisíveis” para as pessoas, porém são enxergados como boas alternativas de uso público: que pena “o descaso da prefeitura, que deveria tomar pé” (S2G4, em BR3). Que pena “não ter divulgado, não ter mais trilhas como essa...não ser mais visado” (S3G7, em BR5). Que tal se “os líderes políticos pudessem olhar mais por esse local, investir mais no que é desconhecido para as pessoas. Acho que seria uma visão bem interessante para as pessoas que querem administrar a cidade” (S4G7, em BR6).

Outras falas revelaram haver uma percepção dos sujeitos de que alguns espaços naturais de Arraial do Cabo com potencial turístico parecem subaproveitados ou subvalorizados, em especial as áreas terrestres, com a conseqüente maior valoração dada à porção marinha do município: que tal “seria incluir essa trilha para os guias, e mostrar que Arraial não é só praia, que Arraial tem, sim, natureza, além de marítima, além de mergulho. Tem uma Restinga linda, tem um lago lindo [...] uma biodiversidade legal de pássaros”. (S3G7, em BR6). “Foi uma experiência que dá uma nova visão do que a gente pode explorar na cidade em especial, e não só as praias, mas esse outro lado da cidade”. (S2G7, em BR3).

De fato, razões históricas e também relacionadas à própria conservação têm contribuído para tal cenário. Primeiro, pela própria ligação de seus habitantes com o mar, já que o município está localizado numa área costeira do estado do Rio de Janeiro aonde se pratica secularmente a pesca artesanal (CARNEIRO et al., 2012). A proteção dos pescadores e da pesca artesanais, entre outros fatores, motivou inclusive a criação de uma Reserva Extrativista Marinha no município, em 1997 (BRASIL, 1997a). A criação da RESEXMar Arraial do Cabo, e posteriormente, a facilitação do acesso ao município proporcionada pela abertura da Via Lagos, contribuíram para o aumento exponencial do turismo relacionado ao mar, sobretudo no que tange aos seus dois principais produtos: o passeio de barco e o mergulho autônomo (FABIANO, 2011). Esta autora destaca também que, uma vez que a atividade turística esteja concentrada em torno do mar, ela gera novas demandas e dinâmicas de ocupação territorial no entorno que, sem o ordenamento, é impactado, o que é extensivo às áreas naturais e, conseqüentemente, à qualidade da visitação (eco) turística.

De fato, os espaços naturais do município vêm sendo altamente alterados por ações antropogênicas, sobretudo a Restinga da Massambaba, conforme já demonstramos no decorrer dessa pesquisa. Embora atividades relacionadas ao ecoturismo já venham sendo praticadas em Arraial do Cabo há tempos, o município tem vivenciado um boom turístico recente, potencializado midiaticamente a partir da gravação de algumas novelas e comerciais, que obviamente buscam explorar as locações de seus belos atrativos naturais. Hoje, alguns moradores, turistas e prestadores de serviços descobriram o potencial da outrora apenas “Capital do Mergulho” (Como Arraial do Cabo também é conhecida) e do turismo náutico para as atividades de ecoturismo, em especial às relacionadas à malha de trilhas existente em seu território, que vem sofrendo com a exponencial pressão sobre sua capacidade de carga e com a falta de ordenamento do uso público (BAGGIO, 2018).

Sendo assim, embora as percepções dos sujeitos aqui citadas revelem que o potencial turístico de Arraial do Cabo possa ir além de suas belas praias e sugeriram que há, de fato, uma potencial demanda de uso das áreas de restinga com finalidades turísticas e recreativas, e que uma vez atendida essa demanda isso, inclusive, poderia gerar um desafoço e a diminuição da pressão e dos impactos de visitação turística nas áreas marinhas do município, o planejamento desse ordenamento deverá ser bastante criterioso e técnico no sentido atender: aos anseios da população local, às pressões de uso exercidas pelos emergentes e pelos já consolidados prestadores de serviços de ecoturismo e também dos próprios turistas, desejosos de fruição das áreas naturais da cidade. Entende-se e espera-se, entretanto, que tais aspectos já estejam sendo considerados pelo Plano de Manejo da UC, que ainda se encontra em fase de elaboração (MACHADO, 2017) e até o fim da presente pesquisa não foi publicamente divulgado.

Na medida em que a participação dos sujeitos possibilitou interações mais profundas com a Natureza, e potencializou as suas percepções em relação ao lixo e às demais alterações antropogênicas na trilha, destaca-se o potencial da metodologia aplicada no sentido de colaborar com a gestão da referida UC, bem como de outras nas quais venha a ser aplicada, seja como proposta de educação ambiental, seja como auxiliar no monitoramento de impactos da mesma. As falas a seguir, ainda que de maneira intuitiva, demonstram que houve não só uma percepção dos sujeitos do potencial da trilha e da restinga da Massambaba para a realização das “vivências com a Natureza”, como também como proposta metodológica capaz de aproximar os moradores do município e entorno de seus espaços naturais e de suas UC, além de favorecer as práticas de educação e interpretação ambiental, o que é exatamente o que

preconiza o SNUC em seu Art.4º (BRASIL, 2000), o que favorece a conservação desses espaços:

É uma atividade num formato diferente, porém muito bom e que deveria estar sendo implementada de maneira mais efetiva aqui dentro do nosso município, até mesmo para estar atraindo mais, não só turista, mas os próprios moradores, que não participam muito assim das atividades no próprio município. Eles acham que tudo que é feito dentro do município é feito só para o turista. E na verdade não é para ser só para turista é para ser feito para o morador também. (S1G6, em BR7).

Das propostas no sentido de ter uma visão ampla, de colocar o corpo na escuta, nessa escuta auditiva, visual, cinestésica, olfativa, tátil, ampliando de fato esta percepção. Ter outras percepções e sensações que não sejam apenas essa relação com o mar. Do contato com outros elementos da natureza em Arraial. Essa vivência corporal, de se vivenciar inteiramente, acho que talvez esse possa ser um caminho positivo para uma conscientização de fato, de se valorizar e preservar a natureza, que é nossa. (S3G4, em BR3).

Antes de apresentarmos as conclusões do presente estudo, destaca-se que, ainda que a VIVÊNCIA 5 não tenha apresentado resultado considerado satisfatório pelo guia-pesquisador no contexto geral da experiência das “Vivências com a Natureza”, no sentido de estar em conformidade com o Estágio 4 da AS (“Compartilhar a Inspiração”) a dinâmica de realização da “Colheita” teve uma avaliação positiva, na medida em que compensou a supracitada vivência quanto a convidar os sujeitos à fala e ao diálogo, o que facilitou o compartilhamento das emoções, sentimentos e percepções vivenciadas na trilha, o que era a proposta também dos Grupos Focais.

De acordo com a metodologia adotada para interpretação e análise dos dados coletados durante o Estudo de Caso, os blocos de respostas/falas nº 3 e 7 (BR3 e BR7) foram os que possibilitaram um maior refinamento no registro das percepções dos sujeitos no pós-trilha, ainda que os blocos de respostas/falas nº 4, 5 e 6 (BR4, BR5 e BR6) também tenham se prestado a isso. A comparação dos BR3 e BR7 com o BR1 e o BR2 possibilitou se fazer uma avaliação das motivações e expectativas que eles tinham no início da trilha com as percepções que eles tiveram depois de realizá-la, já identificadas nas categorias de análise.

Em relação ao bloco de respostas/falas nº 4 (BR4), foi possível observar que, no cômputo geral, as falas dos sujeitos denotaram alegria, regozijo ou satisfação pela participação na experiência ou ainda pela constatação da resiliência da Natureza, que resiste viva na restinga apesar de todos os impactos que sofre. Algumas falas denotaram também alegria, regozijo ou satisfação de alguns com a metodologia que norteia o presente trabalho ao conhecerem um pouco mais do seu próprio território, do seu próprio município durante a

experiência. Sobre o bloco de respostas/falas nº 5 (BR5), de uma forma mais geral as falas dos sujeitos denotaram quase integralmente pesar pela grande quantidade de lixo e intervenções antropogênicas encontradas na trilha, bem como pelas atitudes e falta de consciência/zelo dos “outros” em relação ao espaço natural visitado. Já no bloco de respostas/falas nº 6 (BR6), as falas dos sujeitos denotaram predominantemente cuidado em relação ao meio natural, expressas em sugestões de uso público da área/trilha relacionadas ao lazer e (ou) turismo ou ainda à educação ambiental como forma de conservação da Natureza/biodiversidade local.

Importante aqui destacar também alguns aspectos relacionados à dinâmica de cada guiamento e que não foram passíveis de serem identificados através da análise de conteúdo, porém registrados na caderneta de campo. De uma maneira geral, o clima que predominou em todos os guiamentos foi lúdico, agradável e de companheirismo envolvendo os sujeitos, mesmo entre aqueles que não se conheciam. Foi possível observar em muitos dos grupos a falta de intimidade e, por vezes, certo desconforto dos sujeitos com os percalços previsíveis de um ambiente natural como a trilha percorrida (galhos de árvores, formigueiros, areia, lama, entre outros).

Foi possível detectar também que ainda que alguns dos sujeitos (em sua maioria os do sexo feminino), ainda que de forma minoritária, trouxeram para a experiência na trilha os seus hábitos urbanos, sobretudo aqueles relacionados aos uso de aparatos tecnológicos (celulares, principalmente), demonstrando uma excessiva necessidade de realizar registros fotográficos do momento em detrimento da fruição do mesmo enquanto experiência, o que de certa forma confirma o que foi teoricamente referenciado na introdução deste trabalho. (MENDONÇA, 2000; NEIMAN; MENDONÇA, 2000; KRIPPENDORF, 2001).

Em relação à atuação do guia-pesquisador na trilha, registra-se que um dos grandes desafios foi exatamente conduzir os guiamentos e ao mesmo tempo ter que estar atento aos muitos detalhes inerentes a eles (cronometrar, observar, anotar, entre outros), assim como buscar falar mais serenamente, controlando o volume de voz para tentar se adequar ao “clima” da Natureza e da experiência de imersão nela, e, sobretudo, à busca do equilíbrio entre o falar e o calar. Isso se justifica porque o guia-pesquisador se reconhece ainda atrelado a uma forma de guiar e de se conduzir na Natureza na qual as informações e conteúdos ainda são presentes e cuja reflexão acerca dessa *práxis* foi justamente uma das motivações de se realizar a presente pesquisa. Sendo assim, pode-se afirmar que, sob essa perspectiva, o guia-pesquisador passou à condição também de sujeito da pesquisa.

Um outro grande exercício de autocontrole para o pesquisador foi procurar não levar os seus hábitos urbanos para a experiência (tirar *selfies*/fotos, usar redes sociais, atender ligações telefônicas, entre outras). Outro aspecto que exigiu atenção do guia-pesquisador em relação aos sujeitos foi procurar não deixar que o maior grau de intimidade com alguns deles (familiares ou amigos pessoais) interferisse no desenrolar da experiência ou gerasse algum descontentamento em relação aos outros sujeitos do grupo. Em suma, durante todo o Estudo de Caso o guia-pesquisador conviveu com a dicotomia de sentir-se dividido entre as “personas” de guia e pesquisador, já que constantemente esses papéis se confundiam e se misturavam.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entende-se que a Análise de Conteúdo favoreceu a pesquisa no tocante à abordagem qualitativa de análise e interpretação dos dados gerados durante o Estudo de Caso, porém, em contrapartida, destaca-se também a falta de familiaridade do guia-pesquisador em relação a esse método, sendo a criação das categorias e de seus indicadores a principal dificuldade, bem como o agrupamento das unidades de registro nelas, já que muitas vezes seus campos semânticos se assemelhavam.

Foi possível verificar ainda a descoberta, pelos sujeitos, de espaços outrora “invisíveis” em Arraial do Cabo, na medida em que o roteiro e a abordagem metodológica conduziram os mesmos a uma maior percepção espacial do seu território, entendido aqui como as áreas da Restinga da Massambaba até então não visitadas e desconhecidas por eles, ou ainda, já visitadas porém não vivenciadas do ponto de vista ambiental, cênico e paisagístico por falta de estímulos diferenciados, tal qual foram aqueles proporcionados pelas vivências.

Ressalta-se que, consubstanciada com a metodologia que norteia o presente trabalho, a proposta de “Vivências com a Natureza” materializada no roteiro está em consonância com os pressupostos da perspectiva conceitual de ecoturismo assumida (busca de princípios éticos e práticas relacionadas ao mínimo impacto e à sustentabilidade, envolvimento das comunidades locais e promoção da educação ambiental como indutores da conservação), o que torna a experiência diferenciada do turismo de Natureza e de uma proposta meramente mercadológica, que apenas se utiliza do rótulo de “selos verdes” e descompromissada em relação à conservação.

Tal comprometimento com a conservação, bem como com os arranjos produtivos e o desenvolvimento locais no âmbito do PECS revela-se ainda na preocupação com a manutenção dos saberes e conhecimentos ancestrais das comunidades tradicionais de Arraial do Cabo que se utilizam das áreas dessa UC para seu sustento, sendo um exemplo da sinergia com a abordagem metodológica a percepção de alguns dos sujeitos sobre a ausência de vivências relacionadas ao paladar. Por conta do caráter sensorial das “Vivências com a Natureza”, concluiu-se sobre a necessidade de se agregar ao roteiro uma vivência que esteja relacionada a este sentido, ou ainda que se possa criar variações do percurso da trilha, tornando-o um *tour* de experiência que inclua a degustação das frutas típicas da restinga, obviamente levando-se em conta a sazonalidade, as particularidades e os ciclos ecológicos da

região, bem como o Plano de Manejo e a legislação vigente concernente ao uso público das UC das áreas de abrangência da trilha.

Entende-se que isso constituir-se-á em ferramenta e estratégia de conservação, sobretudo considerando-se sua contribuição para a manutenção da transmissão do conhecimento etnobotânico sobre as plantas úteis da restinga que, conforme mencionado na pesquisa com base em estudos prévios, vem se perdendo ao longo dos anos, estando a sua perpetuação relacionada ao gênero feminino.

Como crítica à abordagem metodológica, destaca-se que a VIVÊNCIA 5 (“Aromas e Toques”) não foi considerada totalmente satisfatória, sobretudo em relação à sua duração e por haverem vários sujeitos demonstrado dispersão ao experienciá-la. Entende-se assim que sua distribuição no roteiro da trilha deverá ser reavaliada, podendo a mesma ser realocada para um outro momento da experiência, desde que esteja em conformidade com o que preconizam os diferentes estágios da AS, substituída ou até mesmo suprimida. Em função do que foi observado na trilha, caso seja mantida recomenda-se que sua execução não ultrapasse o tempo máximo de 2 min.

Como destacado anteriormente, o Guia de Turismo não é o único profissional a realizar guiamentos turísticos em áreas naturais, o que é feito também pelos condutores de visitantes (também conhecidos como condutores ambientais). Sendo assim, recomenda-se o uso da metodologia adotada para estes profissionais também. Conforme explicitado na apresentação dos sujeitos da pesquisa, diversas razões resultaram na participação majoritária de moradores do núcleo urbano de Arraial do Cabo ou de alguns de seus distritos no Estudo de Caso, onde se conclui que poucos eram, de fato, turistas. Além disso, havia poucos profissionais atuantes no segmento do turismo e apenas 1 Guia. Sugere-se assim que futuros projetos de pesquisa utilizando a metodologia empregada possam ter como sujeitos esses profissionais, inferindo-se que seria importante, no tocante ao desenvolvimento científico na área de turismo, ter registros e elaborações teóricas acerca de suas percepções.

Como um dos futuros desdobramentos da pesquisa, entende-se ser relevante investigar como é feita a formação do Guia de Turismo no que se refere às aprendizagens vivenciais nos moldes das “Vivências com a Natureza” e práticas afins, estudando os conteúdos programáticos dos cursos de formação vigentes que, acreditamos, são ainda orientados por uma concepção bancária da educação, na perspectiva de Paulo Freire, e, portanto, muito conteudistas e informativos, não condizentes com as demandas de grande parte dos atuais (eco)turistas, que buscam experiências diferenciadas e um contato cada vez mais profundo e direto com a Natureza, e para os quais os guiamentos e (ou) a interpretação ambiental

baseados na mera transmissão de informações não são suficientes, indícios sugeridos pelos resultados da pesquisa e que justificam sejam realizados novos estudos de base quantitativa e com mais expressivo universo amostral de forma a que possam ser confirmados.

Destaca-se que, em relação à aplicabilidade das práticas colaborativas relacionadas à Arte de Anfitriar – AoH, consideramos ter sido positiva e satisfatória, podendo ser ainda mais aprimorada. Isso deve-se ao fato de que o guia-pesquisador não teve acesso prévio a nenhum dos treinamentos relacionados aos princípios, práticas e processos de facilitação promovidos pelos multiplicadores da rede AoH, sendo o seu nível de conhecimentos acerca dos mesmos circunscritos ao que pôde ser absorvido a partir da revisão de literatura e do cotidiano do guia-pesquisador no Laboratório de Ações Sustentáveis – LAÇOS, da UNIRIO, onde alguns desses princípios, práticas e processos de facilitação são comumente aplicados.

Em relação às percepções dos sujeitos, podemos inferir que o lixo e as ações antropogênicas verificadas durante a realização das vivências foram alguns dos aspectos mais relatados por grande parte dos participantes da pesquisa, onde se conclui que a mesma, bem como a metodologia adotada, poderão ser utilizadas em futuros trabalhos e projetos relacionados à conservação. Em contrapartida, foi possível inferir também que a presença do lixo e a degradação encontrados na área não foram suficientes para que a experiência fosse considerada insatisfatória pelos mesmos, já que os aspectos considerados positivos sobrepujaram os negativos. A beleza cênica e paisagística do PECS e da Natureza em seu entorno, apesar do cenário de degradação, foi um ponto bastante destacado. A percepção acerca da degradação, no entanto, fez emergir através da fala dos sujeitos sentimentos que remetiam à ideia de cuidados em relação à trilha e à restinga, bem como sugestões relacionadas à educação ambiental e à gestão do Parque que poderiam ser feitas para conservá-las, algumas das principais motivações para a realização do presente trabalho.

Entre as principais expectativas e motivações para se participar da experiência das vivências com a Natureza, foram detectados o desejo de um maior contato com e (ou) fruição da Natureza, o lazer e a “fuga da rotina”.

Em relação à abordagem metodológica, o ineditismo e o desconhecimento em relação à mesma foram frequentemente revelados nas falas dos sujeitos. Foi possível ainda inferir que as “Vivências com a Natureza” realizadas na trilha cumpriram satisfatoriamente o seu papel de servir enquanto laboratório de novas experimentações e ressignificações das relações com a Natureza, bem como foi acertada a decisão de se manter o roteiro original percorrido pelo guia-pesquisador em seu cotidiano profissional, o que possibilitou aos sujeitos depararem-se com o estado real atual de conservação da trilha e refletirem em relação a isso, haja vista que

é comum, no contexto do ecoturismo, a busca por cenários mais preservados, considerados “ideais”, a fim de gerar encantamento no turista. Ou seja, ainda que tenham sido detectados impactos ambientais pelos sujeitos da pesquisa, constatou-se que o roteiro possibilitou o equilíbrio em relação a esses fatores citados, ou seja, encantar e educar.

Em relação à VIVÊNCIA 5, foi possível inferir que o uso das práticas colaborativas utilizadas pelo Art of Hosting – AoH no momento da Colheita findou por auxiliar a dinâmica dos grupos focais no sentido de promover a emersão e o compartilhamento de sentimentos e percepções, o que é preconizado e tido como desejável pela metodologia da AS em relação ao seu quarto estágio (“Compartilhar a experiência”). Destaca-se que a VIVÊNCIA 5, por si só, não tinha essa finalidade.

A pesquisa revelou percepções dos sujeitos acerca da invisibilidade, do subaproveitamento e da subvalorização, mas também do potencial das áreas naturais do PECS em relação ao seu uso como espaço turístico, de lazer e entretenimento, sobretudo quando comparadas com a porção marinha do município. Além disso, revelou-se também a falta de acesso, intimidade, pertencimento e apropriação dos moradores em relação ao seu próprio espaço e a outras áreas naturais de Arraial do Cabo, afora o desconhecimento sobre o ecossistema Restinga. A pesquisa revelou ainda o potencial do Canal da Álcalis para a realização das vivências, bem como a necessidade de sua recuperação ambiental.

Por fim, importa destacar que Lixo/intervenções antrópicas, Conservação/biodiversidade e Gestão/uso público foram as categorias de análise que mais diretamente poderão colaborar para a conservação e a gestão do uso público do PECS através do Plano de Manejo, haja vista que por intermédio delas foi possível mapear a tipologia e o grau de intervenção antrópica de diferentes áreas degradadas no interior do Parque, bem como identificar um conjunto de sugestões, ações de monitoramento e práticas de educação ambiental e de gestão propostas não por um ator social externo à pesquisa ou pelo guia-pesquisador, mas a partir do olhar e do envolvimento daqueles que experienciaram diretamente as “Vivências com a Natureza”, donde conclui-se que a abordagem metodológica foi bastante participativa.

6 CONCLUSÕES

Essa dissertação teve como objetivo geral conhecer de que forma as “Vivências com a Natureza” influenciam os guiamentos turísticos realizados em áreas naturais. A pesquisa realizou-se mediante elaboração teórica e prática e, em relação à primeira, foi feita por meio de revisão bibliográfica. Em relação à segunda, deu-se a partir da interpretação e análise das percepções de seus sujeitos e observação direta intensiva durante Estudo de Caso, realizado em trilha ecológica localizada no Parque Estadual da Costa do Sol Anita Mureb – PECS, na chamada Região da Costa do Sol do estado do Rio de Janeiro.

Ressaltamos que uma das principais contribuições da pesquisa ao conhecimento científico a respeito das “Vivências com a Natureza” foi a utilização conjunta da metodologia da Aprendizagem Sequencial com as práticas colaborativas relacionadas à Arte de Anfitriar – AoH, cuja aplicabilidade foi considerada positiva e satisfatória no sentido de facilitar a imersão, a apreensão e o registro das percepções dos sujeitos no Estudo de Caso, além de propiciar que os mesmos conseguissem experienciar um aprofundamento do contato e das interações com o meio natural, identificados pela ampliação de suas percepções sensoriais, que resultaram no afloramento dos sentimentos de paz, acolhimento, renovação, refazimento, tranquilidade, leveza, relaxamento, calma, renascimento e cuidados em relação à Natureza, desconexão com o mundo urbano, conexão com a Natureza, introspecção e “isolamento” do mundo, bem como a alegria e a satisfação pela participação na experiência.

No tocante à conservação e à gestão do PECS, infere-se ainda o potencial da metodologia adotada, haja vista que a dinâmica de imersão no meio natural e o estímulo ao aguçamento da percepção sensorial podem auxiliar na identificação e no monitoramento de impactos para os visitantes da referida área protegida e para a comunidade local, o que confere ainda maior relevância ao produto técnico - o roteiro da Trilha da Restinga da Massambaba - enquanto elemento de conservação. Ressalta-se ainda a grande aplicabilidade da metodologia adotada para a promoção da educação ambiental no âmbito das atividades turístico-recreativas, podendo a mesma ser desenvolvida em outras UC, desde que atendidas suas regras relacionadas ao uso público, bem como respeitadas as suas categorias de manejo.

Ressalta-se também a relevância da pesquisa por possibilitar diversas reflexões sobre as práticas do Guia de Turismo na Natureza, entre eles a constatação de que esse profissional, dentro da abordagem metodológica adotada, não exerce o controle absoluto dos seus guiamentos, o que à luz do referencial teórico adotado pode ser considerado algo positivo, e

não uma desvantagem, já que o distancia da epistemologia do controle. Por fim, constatou-se que o Guia de Turismo, no contexto dos guiamentos e no tocante ao seu papel usual de transmitir informações e conteúdos, não foi visto pelos sujeitos como imprescindível, donde confirmou-se assim a hipótese de que as “Vivências com a Natureza” constituem-se em maneira diferenciada e satisfatória de se promover guiamentos turísticos em áreas naturais em relação ao padrão usual e à interpretação ambiental, sendo por isso um indicativo também de que a abordagem metodológica empregada poderá ser aplicada em outras regiões e destinos turísticos.

7 REFERÊNCIAS

- ABEOC BRASIL. 2012. Pesquisa de Impacto Econômico de Viagens e Turismo, WTTC 2012. Disponível em: <<http://www.abeoc.org.br/2013/05/pesquisa-de-impacto-economico-de-viagens-e-turismo-wttc-2012/>>. Último acesso em: 19 ago. 2017.
- ABREU, C. V. **O curso técnico em guia de turismo na faculdade SENAC Porto Alegre/RS (2012–2015)**. 264 p. Tese de Doutorado em Educação. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2015.
- AGUIAR, D. B. **Análise Socioambiental do Uso e Ocupação do Solo no Morro do Forno – Arraial do Cabo, RJ**. 123 p. Dissertação de Mestrado em Ciência Ambiental. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2005.
- AIOLFI, R. B.; HASSE, B.; BERNADON, A.; GODOY, W. I. Trilha ecológica como um recurso pedagógico à Educação ambiental. **Synergismuss científica UTFPR**, Pato Branco, v. 6, n. 1, 2011.
- ALBUQUERQUE, A. C. C. **O socioambientalismo na perspectiva da sociedade civil latino americana: uma análise no âmbito das conferências das Nações Unidas**. Tese (Doutorado em Ambiente e Sociedade) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP): Campinas – SP, 2008.
- ANACLETO, R. et al. Mobile application to provide personalized sightseeing tours. **Journal of Network and Computer Applications**, v. 41, p. 56-64, 2013.
- ANDRADE, T. C. **A experiência das visitas guiadas e autoguiadas: um ensaio interpretativo pelo Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros–GO**. 143p. Dissertação de Mestrado em Turismo. Centro de Excelência em Turismo Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2014.
- ARAÚJO, C. P. Da Embratur à Política Nacional de Turismo. **Pós. Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP**, v. 31, p. 146-163, 2012.
- ARAÚJO, D. S. D. **Análise florística e fitogeográfica das restingas do Estado do Rio de Janeiro**. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.
- ARAÚJO, D. S. D. et al. Área de Proteção Ambiental de Massambaba, Rio de Janeiro: caracterização fitofisionômica e florística. **Rodriguésia**, v. 60, n. 1, p. 67-96, 2009.
- ARRAIAL DO CABO. **Lei nº 602-A de 23 de abril de 1992**. Dispõe sobre o Uso e Ocupação do Solo em consonância com o disposto na Lei do Plano Diretor de Arraial do Cabo. 1992.
- ART OF HOSTING. **Metodologias**. [201-]. Disponível em: <<http://www.artofhosting.org/pt-br/o-que-e-a-arte-de-anfitriar/metodologias/>>. Acesso em: 12 abr. 2018.
- ART OF HOSTING. **O que é a Arte de Anfitriar Conversas Significativas?** [201-]. Disponível em: <<http://www.artofhosting.org/pt-br/o-que-e-a-arte-de-anfitriar/>>. Acesso em: 15 abr. 2017.
- BAGGIO, T. Agências de turismo de aventura de Arraial do Cabo criam associação. **Folha dos Lagos online**. Cabo Frio, 23 nov. 2018.

BALDWIN, C. **Calling the circle**: The first and future culture. Bantam, 1997.

BARBIERI, E. B. Cabo Frio e Iguaba Grande: dois microclimas distintos a um curto intervalo espacial. In: LACERDA, L. D.; ARAUJO, D. S. D.; CERQUEIRA, R.; TURCQ, B. (eds.). **Restingas**: origem, estruturas, processos. CEUFF, Niterói. p. 3-13, 1984.

BARBIERI, E. B. Flutuações climáticas em Cabo Frio. **Revista do Departamento de Geografia da USP**, 11: 95-112, 1997.

BARCELOS, V. Educação ambiental e literatura: a contribuição das ideias de Octávio Paz. In: NOAL, F. O. BARCELOS, V. H. de L. (Orgs.). **Educação ambiental e cidadania**: cenários brasileiros. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2003. p.23-56.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. SP: Edições 70, 2011.

BARROS, M. I. A.; DINES, M. Mínimo impacto em áreas naturais: uma mudança de atitude. In: SERRANO, C. (Org.). **Educação pelas pedras**. São Paulo: Editora Chronos, p.47-84, 2000.

BECKER, B. K. **Levantamento e avaliação da Política Federal de Turismo e seu impacto na região costeira**. Brasília; Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal. Série Gerenciamento Costeiro, V.3, 50p, 1997.

BERGALLO, H. G. **Estratégias e ações para a conservação da biodiversidade no Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Instituto Biomas, 344p, 2009.

BOHRER, C.B.A. et al. Mapeamento da vegetação e do uso do solo no Centro de Diversidade Vegetal de Cabo Frio, Rio de Janeiro, Brasil. **Rodriguésia**, v. 60, n. 1, p. 1-23, 2009.

BONOTTO, D. M. B. Contribuições para o trabalho com valores em educação ambiental. **Ciências & Educação**. V.14, n. 2. Rio Claro, p. 295-306, 2008.

BOTELHO, D. M. A. **Educação Ambiental como perspectiva para uma outra viagem turística**: revisitando os passos do guia-educador com viajantes na Costa Doce/RS. 134f. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental. Fundação Universidade Federal do Rio Grande–FURG, Rio Grande, RS, 2007.

BRAGA, G. H. Atrativos naturais e ecoturismo atraem cada vez mais estrangeiros ao Brasil. Pesquisa aponta aumento de 23% no interesse de turistas internacionais por atividades na natureza. **MTUR (Online)**. Brasília, 20 jul. 2016. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/%C3%BAltimas-not%C3%ADcias/6511-atrativos-naturais-e-ecoturismo-atraem-cada-vez-mais-estrangeiros-ao-brasil.html>>. Acesso em: 19 jan. 2017.

BRASIL. Decreto Federal s/n de 3 de janeiro de 1997a. Dispõe sobre a criação da Reserva Extrativista Marinha do Arraial do Cabo, no Município de Arraial do Cabo, Estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências. Brasília: **DOU** de 6/01/1997.

BRASIL. Decreto no 2.208, de 17 de abril de 1997b. Regulamenta o § 2o do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **DOU**, Brasília, p. 7760/ 1, 18 abr. 1997, s.I. 1997.

BRASIL. **Deliberação Normativa nº 326/94, de 13 de janeiro de 1994**. Transfere para as Unidades da Federação a competência para registro de prestadores de serviço na área de turismo. Brasil, 1994b. Disponível em:

<<http://www.informarejuridico.com.br/Proinfo/Juridico/consumidor/turismo/delib326.htm>>. Acesso em: 14 ago. 2017.

BRASIL. EMBRATUR. **Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo**. (Coord, Sílvia Magalhães Barros II e Denise H.M. de La Penha). Brasília, 1994a. Disponível em: <http://www.ecobrasil.provisorio.ws/images/BOCAINA/documentos/ecobrasil_diretrizespoliticanacionalecoturismo1994.pdf> Acesso em: 10 ago. 2018.

BRASIL. Lei da Reforma do Ensino de 1º e 2º graus. Lei nº. 5.692/71, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. In **Política e Educação no Brasil**. 5. ed. Campinas: Autores Associados, 2002.

BRASIL. Lei nº 8.623, de 28 de janeiro de 1993. Dispõe sobre a profissão de guia de turismo e dá outras providências. Brasília, DF: **DOU** de 21/01/1993. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1993/lei-8623-28-janeiro-1993-322516-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 21 jul. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução nº 6, de 20 de setembro de 2012**. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. (2012). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11663-rceb006-12-pdf&category_slug=setembro-2012-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 21 dez. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Tratado de educação ambiental para sociedades sustentáveis e responsabilidade global**. 1992. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/tratado.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2017.

BRASIL. Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo. EMBRATUR - Instituto Brasileiro do Turismo. **Deliberação Normativa nº 427, de 4 de outubro de 2001**. Brasília, DF, 2001. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/marg/delnor/2001/deliberacaonormativa-427-4-outubro-2001-417177-publicacaooriginal-1-embratur.html>>. Acesso em: 15 ago. 2017.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC. **DOU** de 19/7/2000. Brasília, 2000.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Ecoturismo**: orientações básicas. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. 2. ed. – Brasília: Ministério do Turismo, 90p, 2010.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano Nacional de Turismo 2003-2007**, 48p, 2003.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano Nacional de Turismo 2007-2010**. 83p, 2007.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano Nacional de Turismo 2018-2022**: “Mais emprego e renda para o Brasil”, 159p, 2018. Disponível em: <www.turismo.gov.br>. Acesso em: ago. de 2018.

BRASIL. Política Nacional de Educação Ambiental. **Lei nº 9.795**, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9795.htm>. Acesso em: 03 jan. 2018.

BRUHNS, H. T. **O corpo visitando a natureza:** possibilidades de um diálogo crítico. In: SERRANO, C.; BRUHNS, H. T. (Eds.). Viagens à natureza: turismo, cultura e ambiente. 7.ed. Campinas, SP: Papirus Editora, 2005.

BRUNDTLAND, G. H. **Report of the World Commission on environment and development:** "our common future." "United Nations, 1987.

BUENO, F. P. Educação ambiental e turismo: metodologias para a educação ambiental aplicada as atividades turístico-recreativas em ambientes naturais. **Revista Turismo: estudos e práticas**, v. 5, n. 2, p.60-79, 2016.

BUENO, F. P. Vivências com a natureza: uma proposta de Educação Ambiental para o uso público em Unidades de Conservação. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.3, n.1, p.61-78, 2010.

BUENO, F. P.; ALMEIDA, K. C. Vivências com a natureza: projeto e prática de formação e de educação ambiental na escola. In: **Congresso Nacional de Formação de Professores**. Universidade Estadual Paulista (UNESP), p.4580-4592, 2014.

CAORDIC. **Definitions**. [201-]. Disponível em: < <http://www.chaordic.org/> >. Acesso em: 20 jan. 2018.

CAPRA, F. **O Ponto de Mutação**. São Paulo : Editora Cultrix, 2002.

CAREGNATO R. C. A, MUTTI R. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. **Texto Contexto Enferm**. p.679-684, 2006.

CARLOMAGNO, M. C.; ROCHA, L. C. Como criar e classificar categorias para fazer análise de conteúdo: uma questão metodológica. Curitiba: **Revista Eletrônica de Ciência Política**, vol. 7, nº 1, p. 173-188, 2016.

CARNEIRO, A. M.; MORAES, E. A. de; VIEIRA, L. F. **Conhecimentos tradicionais da pesca artesanal para a conservação sustentável do mar:** Valores Patrimoniais do Espaço Marítimo na Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo RJ. Rio de Janeiro: COPPE/UFRJ, 2012.

HOLLOWAY, P. J. **Formação do Guia de Turismo:** do Ensino Médio à Universidade. In: TRIGO, Luiz Gonzaga Godói. Análises Regionais e globais do turismo brasileiro. São Paulo: Roca, 2005.

CARVALHO, J.; BÓÇON, R. Planejamento do traçado de uma trilha interpretativa através da caracterização florística. **Revista Floresta, Curitiba**, n. 1 (v. 34) p.23-32, jan. /abr., 2004.

CARVALHO, P. J. **Condução de grupos Turísticos**. São Paulo: Chronos, 2003.

CAVALCANTE, M. B; FURTADO E. M. Políticas Públicas de turismo em unidades de conservação. **Mercator – Revista de Geografia da UFC**, vol.10, nº 21, enero-abril. Fortaleza, Brasil: Universidade Federal do Ceará, p. 133-146, 2011.

CEBALLOS-LASCURAIN, H. Tourism, ecotourism and protected areas: national parks and protected areas. In: **Seminar proceedings of the international Union for Conservation of Nature and Natural Resources (IUCN) Ivth World Congress on National Parks and Protected Areas**. Caracas,10,12 February, 1996.

CELESTE FILHO, M. **A institucionalização do turismo como curso universitário (décadas 1920-1930)**. 2002. 120 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. PUC/SP, 2002.

CERQUEIRA, R. **Biogeografia das restingas**. In: ESTEVES F.A.; LACERDA L.D. (eds.). Ecologia de restingas e lagoas costeiras. **NUPEM/UFRJ**, Macaé, Rio de Janeiro, Brasil, v. 1, pp. 65-75, 2000.

COCRIAR. **Modelo Caórdico**. [201-]. Disponível em: <
<https://cocriar.com.br/biblioteca/inovacao-organizacional/modelo-caordico/>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

COE et al. Peculiaridades ecológicas da região de Cabo Frio, RJ. **Revista Tamoios**. 3(2): 1-20, 2007.

COE, H. H. G.; CARVALHO, C. N. Seria Cabo Frio um enclave semiárido no litoral úmido do Estado do Rio de Janeiro? In: **VI Seminário Latino-Americano de Geografia Física, II Seminário Íbero-Americano de Geografia Física**. Tema, p.1-14, 2010.

COHEN, E. The tourist guide: The origins, structure and dynamics of a role. **Annals of Tourism Research**, v. 12, n. 1, p. 5-29, 1985.

COPATTI, C. E.; MACHADO, J. V. D. V., ROSS, B. O uso de trilhas ecológicas para alunos do ensino médio em Cruz Alta - RS como instrumento de apoio a prática teórica. **Educação Ambiental em Ação**. n. 34, 2010.

CORIOLOANO, L. N. M. T. O Ecoturismo e Os Hóspedes da Natureza. Apresentado no **IV Encontro de turismo com Base local**. Joinville, 2000.

CORNELL, J. **Brincar e aprender com a natureza**. São Paulo: Companhia Melhoramentos: Editora Senac, 1996.

CORNELL, J. **Sharing the Joy of Nature. Nature activities for all ages**. DAWN Publications, 14618 Tyler Foote Road, Nevada City, CA 95959, 1989.

CUNHA, A.; LEITE; E. B. Percepção Ambiental: Implicações para a Educação Ambiental. **Sinapse Ambiental**, Betim, v.6, n.1, p.66-79. Set, 2009.

DANNA, C. L. O teste piloto: uma possibilidade metodológica e dialógica na pesquisa qualitativa em educação. In: **I Colóquio Nacional: Diálogos entre linguagem e educação & VII Encontro do NEL**, v. 3, p. 66-79. 2016.

DE LIMA MINARI, M.; RABINOVICI, A. Diálogo, participação e projetos de turismo com comunidades em Unidades de Conservação na Amazônia brasileira. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.7, n.1, fev 2014/abr, 2014, p.44-66.

DE OLIVEIRA RODRIGUES, L.; GAMA, S. V. G.; CHIROL, A. D. Diagnóstico das trilhas “Abraão–Pouso”, “Pouso–Lopes Mendes” e Apa dos Tamoios em Ilha Grande, Angra dos Reis, RJ. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 16, n. 3, p. 123-140. 2016.

DELGADO, J. A interpretação ambiental como instrumento para o ecoturismo. In: SERRANO, C. (Org.). **A educação pelas pedras: ecoturismo e educação ambiental**. São Paulo: Chronos, p. 155-169, 2000.

DI TULLIO, A. **A abordagem participativa na construção de uma trilha interpretativa como uma estratégia de educação ambiental em São José do Rio Pardo-SP.** 183p Dissertação (Mestrado em Engenharia Ambiental) - Universidade de São Paulo, São Carlos, 2005.

DIAS, R. **Planejamento do Turismo: Política e Desenvolvimento do Turismo no Brasil.** São Paulo, Atlas, 2003.

DUNLEY, B. S. **Avaliação de dois padrões de colonização da Casuarina equisetifolia L. (Casuarinales: Casuarinaceae) na Reserva Biológica das Orquídeas, Restinga de Massambaba, Arraial do Cabo, RJ.** Monografia – Pós-graduação em Ciências Ambientais – NADC/UFRJ, 2004.

DUNLEY, B. S. **Biologia Reprodutiva de Byrsonima sericea (Malpighiaceae), em fragmentos de diferentes tamanhos na restinga de Massambaba, Arraial do Cabo, Rio de Janeiro.** 41p. Dissertação de Mestrado em Botânica. Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro/Escola Nacional de Botânica Tropical. 2006.

EISENLOHR, P. V. et al. Trilhas e seu papel ecológico: o que temos aprendido e quais as perspectivas para a restauração de ecossistemas? **Hoehnea** v.40, n.3, p. 407-418, 2013.

FABIANO, C. C. L. **O turismo e a sua contribuição na manutenção e na preservação da pesca artesanal e da cultura tradicional na reserva extrativista marinha de Arraial do Cabo-RJ.** 153 p. Dissertação de Mestrado em Turismo. Universidade de Brasília. Brasília-DF, 2011.

FACO, R. A; NEIMAN, Z. A natureza do ecoturismo: conceitos e segmentação. In: NEIMAN, Z.; RABINOVICI, A. (Orgs.). **Turismo e Meio Ambiente no Brasil.** Barueri, SP: Manole, 2010.

FARIAS, K. S. S. Principais políticas de fomento do turismo na Amazônia: análise dos primeiros planos de turismo da Amazônia (PTA I e II) e do PROECOTUR. **Revista de Turismo Contemporâneo**, v. 2, n. 2, p. 183-205, 2014.

FEEMA. FUNDAÇÃO ESTADUAL DE ENGENHARIA DO MEIO AMBIENTAL. **Perfil Ambiental do Município de Arraial do Cabo.** Rio de Janeiro, 43p, 1988.

FERREIRA, L. F.; COUTINHO, M. C. B. Educação ambiental em estudos do meio: a experiência do Bioma Educação Ambiental. In: SERRANO, C. **A educação pelas pedras.** São Paulo: Chronos, p. 171-188, 2000.

FOLMANN A. C., PINTO, M. L. C., GUIMARÃES, G. B. Trilhas interpretativas como instrumentos de geoturismo e geoconservação: caso da Trilha do Salto São Jorge, Campos Gerais do Paraná. **GeoUERJ**, pp. 239-267, 2 (21) 2010.

FONSECA KRUEL, V. S. ; PEIXOTO . Etnobotânica na Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo, RJ. **Acta Botanica Brasilica**, São Paulo, v. 18, n.1, p. 177-190, 2004.

FONSECA-KRUEL, V. S. et al. **Plantas úteis da restinga: o saber dos pescadores artesanais de Arraial do Cabo, Rio de Janeiro.** Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 36 p., 2006.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia.** 14.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17ª. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, v. 3, 1987.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 200p., 2008.

GONÇALVES, C. W. P. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. 14ª ed. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

HAM, S. H. **Interpretación ambiental: una Guía práctica para gente con grandes ideas y presupuestos pequeños**. Golden: North American Press, 437p., 1992.

HANAI, F. Y; NETTO, J. P. S. Instalações ecoturísticas em espaços naturais de visitação: meios para propiciar a percepção e a interpretação ambientais. **OLAM Ciência & Tecnologia**, v. 6, p. 200-223, 2006.

HOGAN, D. J. Turismo, natureza e cultura caiçara: um novo colonialismo? In: SERRANO, C.; BRUHNS, HT (Eds.). **Viagens à natureza: turismo, cultura e ambiente**. Prefácio. 7.ed. Campinas, SP: Papirus Editora, 2005.

HOLLOWAY, J. C. The guided tour: a sociological approach. **Annals of Tourism Research**, v. 8, Issue 3, p. 377-402, 1981.

ICMBIO - **Roteiro Metodológico para Manejo de Impactos da Visitação, com enfoque na experiência de visitante e na proteção de recurso naturais e culturais**. Brasília: MMA-ICMBio, 2011.

ICMBio. **Instrução Normativa nº 08, de 18 de setembro de 2008** - Estabelece normas e procedimentos para a prestação de serviços vinculados à visitação e ao turismo em Unidades de Conservação Federais por condutores de visitantes. Brasília, DF, 2008. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/o-que-somos/in082008.pdf>>. Acesso em: 19 ago. 2017.

IKEMOTO, S. M. **As trilhas interpretativas e sua relevância para promoção da Conservação: Trilha do Jequitibá, Parque Estadual dos Três Picos (PETP), RJ**. 121p. Dissertação de Mestrado em Gestão Ambiental. Curso de Pós-Graduação em Ciência Ambiental da Universidade Federal Fluminense. Niterói, RJ, 2008.

INEA. Decreto Estadual nº 42.929 de 18 de abril de 2011. Cria o Parque Estadual Costa do Sol e dá outras providências. **Diário Oficial do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, RJ, 2011.

INEA. **Diagnóstico de uso público dos parques estaduais do Rio de Janeiro** – Projeto consolidação da gestão do uso público nas unidades de conservação estaduais do estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, INEA. 2016.

INEA. **Edital DIBAPE/INEA nº 01/2018** para seleção de interessados em participar do Segundo Curso de Conductor de Visitantes do Parque Estadual da Costa do Sol. 2018. Disponível em: <<http://www.inea.rj.gov.br/cs/groups/public/documents/document/zwew/mtux/~edisp/inea0151368.pdf>>. Acesso em: 13 Jun. 2018.

INEA. **Resolução nº 61, de 04 de outubro de 2012**. Estabelece as normas e procedimentos para o censo, credenciamento e prestação de serviços de guias de turismo e condutores de visitantes nos parques estaduais administrados pelo INEA. Rio de Janeiro, RJ, 2012. Disponível em: <

http://200.20.53.3:8081/cs/groups/public/documents/document/zwff/mda2/~edisp/inea_006668.pdf. Acesso em: 19 Ago. 2017.

INSTITUTO ROMÃ. [201-]. Disponível em:<<http://www.institutoroma.org.br>>. Acesso em: 3 mar. 2017.

JARDIM BOTÂNICO DO RIO DE JANEIRO – JBRJ. **Restinga de Massambaba: vegetação, flora, propagação e usos.** CARVALHO A. S. R. et al. (Orgs.). Rio de Janeiro: Vertente edições, 288p, 2018.

KENIGER, L. E. et al. What are the benefits of interacting with nature? **International journal of environmental research and public health**, v. 10, n. 3, p. 913-935, 2013.

KOBAYASHI, T. A Suggestion about Environment Education Using the Five Senses. **Marine Pollution Bulletin**, 23, p. 623-626, 1991.

KRIPPENDORF, J. **Sociologia do Turismo: uma nova compreensão do lazer e das viagens.** 2. ed. São Paulo: Aleph. 2001.

LEFF, E. **Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 555p, 2006.

LEME, F. B. M. Guias de turismo de Salvador: olhares sobre a profissão e reflexões sobre o papel do guia como sujeito na Cidade. **CULTUR-Revista de Cultura e Turismo**, v. 4, n. 2, p. 19-37, 2010.

LESTINGE, S.; SORRENTINO, M. As contribuições a partir do olhar atento: estudos do meio e a educação para a vida. **Ciência e Educação** (Bauru), vol. 14, no.3, p.601-619, 2008.

LIMA, L. M.; RENNÓ, B.; SICILIANO, S. **Caracterização Preliminar da Avifauna das Restingas da Praia Grande, Arraial do Cabo, RJ, como subsídio para criação do Parque Natural Municipal da Restinga da Massambaba.** Relatório não publicado. Arraial do Cabo: Secretaria Municipal de Meio Ambiente. 2009.

LIMA-GUIMARÃES, S. T. de. Trilhas Interpretativas e Vivências na Natureza: aspectos relacionados à percepção e interpretação da paisagem. **Caderno de Geografia** , v. 20, p. 09-19, 2010.

LOMAC. **Lei Orgânica do Município de Arraial do Cabo.** Câmara dos Vereadores, Arraial do Cabo, 05 de abril de 1990. 50 p.

LOUREIRO, C. F. B. Educar, participar e transformar em educação ambiental. In: MEDEIROS, H.; SATO, M. (Coord.) **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, nº 0, p. 13-20, 2004.

LUIJK, N.V. **Transmissão do conhecimento etnobotânico sobre as plantas úteis da restinga, Arraial do Cabo, RJ.** Trabalho de conclusão de curso. Programa de Pós-graduação Latu sensu em Ciências Ambientais em Áreas Costeiras, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ), Campus Arraial do Cabo, Arraial do Cabo, RJ, 55p, 2017.

MACHADO, L. D. **A participação popular como prática de cidadania nas políticas ambientais: Um estudo de caso sobre o conflito na APA do Pau Brasil e no Parque Estadual**

da Costa do Sol – RJ. 2017. 108 fls. Dissertação - Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional, Universidade Federal Fluminense – UFF, Rio de Janeiro, 2017.

MACIEL, L. A.; SILES, M. F. R.; BITENCOURT M. D. Alterações na vegetação herbácea de floresta ombrófila densa decorrentes do uso em uma trilha turística na Serra do Mar em São Paulo, Brasil. **Acta Botanica Brasilica**, v. 25, n. 3, p. 628-632, 2011.

MAGRO, T. C.; FREIXÊDAS, V. M. **Trilhas**: como facilitar a seleção de pontos interpretativos. Piracicaba: Instituto de Pesquisas Florestais (Circular Técnica IPEF, 186). 10 p, 1998.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração e interpretação de dados. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1996.

MARIN, A. A. Pesquisa em educação ambiental e percepção ambiental. **Pesquisa em educação ambiental**, v. 3, n. 1, p. 203-222, 2008.

MARIUCI, S.; FERRI, M. D. S.; FELICETTI, V. L. Uma Sombra na Educação Brasileira: do ensino regular ao paralelo. **Revista Latino Americana de Educação Comparada (RELEC)**. Ano, v. 3, p. 85-96, 2012.

MATAREZI, J. Despertando os sentidos da educação ambiental. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 27, p. 181-199. Jan-Jun/2006.

MATURANA, H. R. **Emoções e linguagem na educação e na política**. Editora UFMG: Belo Horizonte, 1998.

MAZZARINO, J. M.; DE ASSIS. Vivências na Natureza e as possibilidades inventivas na educação ambiental. **Pesquisa em Educação Ambiental**, v. 11, n. 1, p. 9-18, 2016.

MEDEIROS, M. G. L. Natureza e naturezas na construção humana: construindo saberes das relações naturais e sociais. **Ciência & Educação** (Bauru), v. 8, n. 1, p. 71-82, 2002.

MEDEIROS, P. M. et al. Ecological Evolutionary Approaches to the Human–Environment Relationship: History and Concepts In: ALBUQUERQUE, U.P; MEDEIROS, P.M; CASAS, A. (eds.) *Evolutionary Ethnobiology*, p.7-36. Springer International, 2015.

MEIRA, C. M.; KUSANO, E. S.; HINTZE, H. C. Apontamentos históricos sobre a profissão do guia de turismo. **Revista de Turismo Contemporâneo**, v. 6, n. 1, p.01-19, 2018.

MELLAZO, G. C. A percepção ambiental e educação ambiental: uma reflexão sobre as relações interpessoais e ambientais no espaço urbano. **Olhares & Trilhas**, Uberlândia, ano VI, n. 6, p. 45-51, 2005.

MENA, I. Verbete Draft: o que é *Art of Hosting*. **Projeto Draft (online)**. 9 set. 2015. Disponível em: <<http://projetodraft.com/verbete-draft-o-que-e-art-of-hosting/>>. Acesso em: 02 jan. 2017.

MENDONÇA, R. A experiência na natureza segundo Joseph Cornell. In: SERRANO, C. (Org.). **A educação pelas pedras**: ecoturismo e Educação Ambiental. São Paulo: Chronos, p. 135-154, 2000.

MENDONÇA, R. **Atividades em áreas naturais**. São Paulo: Ecofuturo, 2. ed. 2017.

MENDONÇA, R. Educação Ambiental Vivencial. In: JÚNIOR, L. A. F. (Org.). **Encontros e caminhos: formação de educadores ambientais e coletivos educadores**. Brasília: MMA, Diretoria de Educação Ambiental, vol.2, p. 117-129, 2007.

MENDONÇA, R. Visitar e compartilhar a natureza. In: Visitar e compartilhar a natureza. São Paulo: **Educador Ambiental**, nº 14, WWF e Ecopress, 1996.

MENDONÇA, R.; NEIMAN, Z. **À sombra das árvores: transdisciplinaridade e educação ambiental em atividades extraclasse**. São Paulo: Chronos, 2003.

MENGHINI, F. B. **As trilhas interpretativas como recurso pedagógico: caminhos traçados para a educação ambiental**. 2005. 103 fls. Dissertação de Mestrado em Educação - Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, 2005.

MINAYO, M. C. de S.; SANCHES, O. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? **Cadernos de saúde pública**, v. 9, p. 237-248, 1993.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA. Secretaria de Biodiversidade e Florestas. **Diretrizes para a visitação em unidades de conservação**. (Áreas Protegidas do Brasil, 3). Brasília: MMA, 61p, 2006.

MINISTÉRIO DO TURISMO - MTUR. **Institucional**. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/institucional.html>>. Acesso em: 19 fev. 2019.

MINISTÉRIO DO TURISMO – MTUR. **Portaria MTur nº 130, de 26 de julho de 2011**- Institui o Cadastro dos Prestadores de Serviços Turísticos – Cadastur, o Comitê Consultivo do Cadastur – CCCad e dá outras providências. Brasília, DF, 2011. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/legislacao/?p=112>>. Acesso em: 19 jan. 2017.

MINISTÉRIO DO TURISMO – MTUR. **Portaria nº 27, de 30 de janeiro de 2014** - Estabelece requisitos e critérios para o exercício da atividade de Guia de Turismo e dá outras providências. Brasília, DF, 2014. Brasília, DF, 2014. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/legislacao/?p=117>>. Acesso em: 19 jan. 2017.

MINISTÉRIO DO TURISMO – MTUR. **Turismo Cultural: orientações básicas**. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. 3. ed. Brasília, DF, 96p, 2010.

MITRAUD, S. (Org.). **Manual de ecoturismo de base comunitária: ferramentas para um planejamento responsável**. Brasília, DF: WWF-Brasil, 449 p, 2003.

MONTES, V. A. **Saberes profissionais do guia de turismo: passeios turísticos em perspectiva etnográfica**. 272p. Tese de Doutorado em Educação. Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2013.

MOREIRA, M. A. N. Lazer e Turismo na fronteira Jaguarão, BR-Rio Branco, UY: mediações pelo Couchsurfing. org. **RELACult-Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**, v. 3, n. 2, p. 06-15, 2017.

MURTA, S. M.; GOODEY, B. Interpretação do Patrimônio para visitantes: Um quadro conceitual. In: MURTA, S. M. e ALBANO, C. (orgs). **Interpretar o Patrimônio: Um exercício do olhar**. Belo Horizonte: UFMG e Território Brasilis, p. 13-46, 2005.

NAGEL, J. L. **Art of hosting worldview**. Uitgever niet vastgesteld, 2015.

NEIMAN, Z; MENDONÇA, R. Ecoturismo: discurso, desejo e realidade. **Revista Turismo em Análise**, v. 11, n. 2, p. 98-110, 2000.

NEUENFELDT, D. J.; LIMA, A. Vivências com a natureza: experimentando uma proposta de educação ambiental com alunos dos anos finais do ensino fundamental. **Revista Signos**, v. 37, n. 1, p. 49-67, 2016.

OLIVEIRA, A. C. L de et al. **Ecoturismo – Cadernos de Educação Ambiental**. Secretaria do Meio Ambiente de São Paulo, Fundação Florestal. São Paulo, Vol. 5, 81p. 2010.

OLIVEIRA, J. C. C.; BARBOSA, J. H. C. **Roteiro para criação de unidades de conservação municipais**. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente, 2010.

OLIVEIRA, T.L.F.; VARGAS, I. Vivencias Integradas à Natureza: por uma Educação Ambiental que estimule os sentidos. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, v. 22, p.309-322, janeiro a julho de 2009.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. World urbanization prospects: The 2014 Revision. New York, 2014. Disponível em:<
<http://esa.un.org/unpd/wup/Highlights/WUP2014-Highlights.pdf>>. Acessado em 15 ago. 2017.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO-OMT. **Carta de Quebec**. Quebec, Canadá: Organização Mundial do Turismo, 2002.

ORSI, R. F. M. et al. Percepção ambiental: Uma experiência de ressignificação dos sentidos. **REMEA-Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, v. 32, n. 1, p. 20-38, 2015.

PANOSSO NETTO, A.; NECHAR, M. C. Epistemologia do turismo: escolas teóricas e proposta crítica. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 8, p. 120-144, 2014.

PEDRINI, A. G. Avaliação da educação ambiental no ecoturismo (em trilhas) no Brasil: uma proposta baseada na qualidade conceptual. **OLAM Ciência & Tecnologia**, 6(2):83-104, 2006.

PENA, L. C. S.; ANDRADE, T. C.; PAES, E. K. R. L. Visitas guiadas e autoguiadas em Parque Nacionais: referência de análise na perspectiva do turismo sustentável. In: **Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo**, X, 2013, Caxias do Sul. Artigo: Universidade de Caxias do Sul, p. 1-13, 2013.

PERALTA, C. H. G. Experimentos educacionais: eventos heurísticos transdisciplinares em educação ambiental. In: RUSCHEINSKY, A. (Org.). **Educação ambiental: abordagens múltiplas**. Porto Alegre: Artmed, p.105-125, 2002.

- PEREIRA, M. B. **A educação ambiental como objeto de estudos nos programas stricto sensu mestrado profissional em engenharia sanitária no Brasil (período 1999-2014)**. 2016. 148 f. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Ciências Ambientais. Universidade de Caxias do Sul – UCS, Caxias do Sul, RS, 2016.
- PEREIRA, W. L. **Cabo das tormentas, vagas da modernidade: uma história da Companhia Nacional de Álcalis e de seus trabalhadores. Cabo Frio (1943/1964) Arraial do Cabo**. 479 f. 2009. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, Niterói, Brasil, 2009.
- PIRES, P. S. **A dimensão conceitual do ecoturismo**. Turismo - Visão e Ação - v.1 - n.1, p.75-91, 1998.
- PRADO, S. M. **Da anchova ao salário mínimo: Uma etnografia sobre injunções de mudança social em Arraial do Cabo, RJ**. Niterói: Eduff, 145p, 2002.
- PRODANOV, C. C.; DE FREITAS, E. C. **Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico-2ª Edição**. Editora Feevale, 2013.
- RAPOSO, A; CAPELLA, M; CARDOSO, C. **Turismo no Brasil: um guia para o guia**. Rio de Janeiro: Ed. Senac Nacional, 2004.
- RIBAS, L. C. C.; HICKENBICK, C. O Papel de condutores ambientais locais e de cursos de capacitação no ecodesenvolvimento turístico e as expectativas sociais no sul do Brasil. **Revista Turismo em Análise**, v. 23, n. 1, p. 143-165, 2012.
- RIBEIRO, W. C. et al. A concepção de natureza na civilização ocidental e a crise ambiental (The concept of nature in western civilization and environmental crisis). **Revista da Casa da Geografia de Sobral (RCGS)**, v. 14, n. 1, 2012.
- RIO DE JANEIRO. **Decreto Estadual 9529-C de 15 de dezembro de 1986**. Cria a Área de Proteção Ambiental na Lagoa de Araruama e Praia de Massambaba (APA de Massambaba). Rio de Janeiro, Governo do Estado do Rio de Janeiro, 1986. Disponível em<http://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/legislacao/Decretos/1986/dec_9529_1986_apamassambaba_rj.pdf>. Acesso em: 30 maio 2018.
- ROCHA, M. B. et al. Estudos sobre trilhas: uma análise de tendências em eventos de Ensino de Ciências e Educação Ambiental. **Acta Scientiae (ULBRA)**, v. 18, p.517-530, 2016.
- ROCKSTRÖM, J. et al. Planetary boundaries: exploring the safe operating space for humanity. **Ecology and society**, v. 14, n. 2, 2009.
- SACHS, I. **Rumo à ecossocioeconomia: teoria e prática do desenvolvimento**. São Paulo: Cortez, 2007.
- SALEME, F. **Interpretação ambiental, aspectos biológicos e educacionais do Parque Estadual da Costa do Sol e da Área de Proteção Ambiental do Pau-Brasil nos limites do município de Cabo Frio – RJ**. 69p. Trabalho de Conclusão. Programa de Mestrado Profissional em Biodiversidade em Unidades de Conservação da Escola Nacional de Botânica Tropical, Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, RJ. 2016.
- SAMPAIO, M. C. Práticas colaborativas no ensino do desenvolvimento sustentável: uma nova abordagem. **Tecnologia & cultura** (Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - CEFET/RJ), N.31, ano 21, jan. /jul. 2018.

SANDFORT, J.; STUBER, N.; QUICK, K. **Practicing the Art of Hosting**: Exploring what Art of Hosting and Harvesting workshop participants understand and do. Center for Integrative Leadership, University of Minnesota, Minneapolis, 2012.

SARAIVA, A. L. O. **A formação do guia de turismo no Brasil**. In: Fórum Internacional de Turismo das Cataratas, 2016, Foz do Iguaçu. ANAIS 2016, p. 1-17, 2016.

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE - SEA. **Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica de Arraial do Cabo (Planos da Mata Atlântica Região Lagos São João e Rio das Ostras; 3)**. LOPES, R. de S.; ABRAHÃO, J (Orgs.). Rio de Janeiro, 135p, 2017.

SERRANO, C. M. (Org.). **A educação pelas pedras**: ecoturismo e educação ambiental. São Paulo: Chronos, 190p, 2000.

SERRANO, C. M. A Vida e os parques: proteção ambiental, turismo e conflitos de legitimidade em unidades de conservação. In: SERRANO, C.M & BRUHNS, H.T. (Orgs.). **Viagens à Natureza**: turismo, cultura e ambiente. Campinas: Papirus, pp 103-123, 2005.

SHARING NATURE. Sharing Nature Worldwide. [201-]. Disponível em: <http://www.sharingnature.com/>>. Acesso em: 14 abr. 2017.

SILVA A. H.; FOSSÁ M. I. T. Análise de Conteúdo: exemplo de aplicação da técnica para análise de dados qualitativos. **Qualitas**. 2015;1(1): p. 1-14.

SILVA, F. **Turismo na natureza como base do desenvolvimento turístico responsável nos açores**. 413p. Tese de Doutorado em Geografia, Especialização em Planeamento Regional e Urbano. Instituto de Geografia e Ordenamento do Território, Universidade de Lisboa, 2013.

SOLER, A. C. P. **Antropocentrismo e Crise Ecológica**: Direito Ambiental e Educação Ambiental como meios de (re) produção ou superação. Rio Grande: FURG, 2011.

SOUZA, A. M.; CORRÊA, M. V. M. **Turismo**: Conceitos, Definições e Siglas. Manaus: Ed. Valer, 2000.

SOUZA, D. M. et al. Diagnóstico de trilhas para a visitação ecológica no parque estadual acaraí, São Francisco Do Sul-Santa Catarina-Brasil. **Anais do 2º Congresso Nacional de Planejamento e Manejo de Trilhas/I Colóquio Brasileiro para a Red Latinoamericana de Senderismo**, 16 a 18 de outubro de 2013/ Rio de Janeiro, Rede Sirius-Rede de Bibliotecas. 2013.

SOUZA, M. C. C. Educação Ambiental e as trilhas: contextos para a sensibilização ambiental. **Revista Brasileira de Educação Ambiental (REVB EA)**, v. 9, n. 2, p. 239-253, 2014.

SOUZA, M. K. et al. Termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE): fatores que interferem na adesão. **ABCD. Arquivos Brasileiros de Cirurgia Digestiva (São Paulo)**, v. 26, n. 3, p. 200-205, 2013.

STEFFEN, W. et al. **Planetary boundaries**: Guiding human development on a changing planet. *Science*, v. 347, n. 6223, p. 1259855, 2015.

TENÓRIO, M. C.; AFONSO, M. C.; DE CERQUEIRA P. D. Arqueologia do Arraial do Cabo com foco nos sítios da Ilha do Cabo Frio. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, n. 20, p. 127-145, 2010.

THOMAS, K. **O homem e o mundo natural**. São Paulo: Companhia das Letras, 454p, 1988.

TILDEN, F. **Interpreting our heritage**: Principles and practices for visitor services in parks, museums, and historic places. University of North Carolina Press, 1957.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - TCERJ. **Estudos Socioeconômicos dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro**. Secretaria-Geral de Planejamento. Arraial do Cabo, 2015.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - TCERJ. **Estudos Socioeconômicos dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro**. Secretaria-Geral de Planejamento. Arraial do Cabo, 2017.

TRIGO, L. G. G. A Importância da Educação para o Turismo. In: LAGE, B. H. G.; MILONE, P. C. E. (Orgs.). **Turismo: Teoria e Prática**. São Paulo: Atlas, p. 243-255, 2000.

TRIGO, L. G. G. **A sociedade pós-industrial e o profissional em turismo**. Coleção Turismo, 5 ed. Campinas: Papirus, 2001.

TUAN, Y. F. **Topofilia - um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. Ed. Difel: São Paulo, 288p, 1980.

URRY, J. **Consuming places**. Routledge, 257p, 2002.

URRY, J. **O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas**. São Paulo: Studio Nobel, 226p, 1996.

VALLE, I. A. de. **O guia de turismo: conhecendo o passado e o presente para projetar o futuro**. Dissertação de Mestrado em Cultura e Turismo. UESC. Ilhéus-BA, 94 f, 2003.

VASCONCELLOS, J. M. O. Trilhas interpretativas: aliando educação e recreação. In: **Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação**, 1., 1997, Curitiba. Anais, Curitiba: IAP, UNILIVRE, REDE PRÓ-UC, v.1, p.465-477, 1997.

VEIGA, L.; GONDIM, S. M. G. **A utilização de métodos qualitativos na ciência política e no marketing político**. Opinião Pública, v. 7, n. 1, p. 1-15, 2001.

WEARING, S.; NEIL, J. **Ecoturismo: impactos, potencialidades e possibilidades**. Manole, 256p, 2001.

WEILER, B. The contribution of Australia-based researchers to tour guiding. *Journal of Hospitality and Tourism Management*, v. 26, p. 100-109, 2016.

WEILER, B; BLACK, R. The changing face of the tour guide: one-way communicator to choreographer to co-creator of the tourist experience. **Tourism Recreation Research**, v. 40, n. 3, p. 364-378, 2015.

WORLD TOURISM ORGANIZATION – UNWTO, 2017. Disponível em: < <http://www2.unwto.org/en> >. Acesso em: 21 jul. 2017.

ZACCHI, G. P. Turismo ecológico e ecoturismo: diferenças e princípios éticos. **Revista Diálogos & Ciência**, v. 4, p. 1-16, 2004.

ZAÚ, A. S. A conservação de áreas naturais e o Ecoturismo. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.7, n.2, pp.290-321, maio/jul 2014.

ZETTERMANN, G. D.; VERGARA, L. G. L. O guia de turismo: uma abordagem legal sobre uma profissão no brasil. **Turismo, Visão e Ação**, v. 19, n. 1, p. 185-215, 2016.

8 APÊNDICE I - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado a participar da pesquisa “Vivências com a Natureza: uma proposta de guiamento turístico em áreas naturais” sob responsabilidade do pesquisador Maximiano Lins Prates, mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ecoturismo e Conservação – PPGEC, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO (RJ). Essa pesquisa tem como orientadora a professora Dra. Michelle Cristina Sampaio e como coorientador o professor Dr. Daniel Fonseca de Andrade.

A pesquisa tem como objetivo desenvolver uma metodologia para elaboração de trilha ecológica para guiamentos turísticos em áreas naturais baseada em vivências com a natureza. No contexto geral da pesquisa, “vivências com a natureza” podem ser compreendidas como um conjunto de práticas a serem realizadas em ambientes naturais (jogos recreativos, atividades lúdicas, dinâmicas, práticas de relaxamento, entre outras), com finalidade pedagógica ou não, que serão vivenciadas pelos sujeitos da pesquisa (participantes) durante uma trilha ecológica localizada em área do Parque Estadual da Costa do Sol – em Arraial do Cabo - RJ, possibilitando ao pesquisador observar e coletar dados sobre as respostas e percepções desses participantes sobre essas atividades.

Pretende-se que a pesquisa possa colaborar para uma reflexão sobre a forma como nos relacionamos com a natureza e o meio ambiente, incentivando a mudanças positivas de atitude em relação à conservação do Parque Estadual da Costa do Sol e de outras áreas naturais, protegidas ou não. Espera-se também que a pesquisa possa colaborar no aprimoramento profissional dos guias de turismo e profissionais que atuam no segmento de ecoturismo, colaborando com a conservação da biodiversidade do Parque Estadual da Costa do Sol. A pesquisa irá ainda fomentar a produção científica sobre o referido parque ao subsidiar elaboração de diagnóstico e relatório técnico sobre o mesmo.

Durante a pesquisa, você irá participar das vivências propostas no decorrer da trilha ecológica e, ao final, gravar áudio individual e coletivo sobre suas impressões a respeito dessa experiência em seu aparelho celular. Como parte da metodologia de coleta de dados, você irá também responder a 3 perguntas sobre o que achou a respeito das vivências. Para participar, você deve ter entre 10 e 70 anos de idade.

A resposta às perguntas e a gravação dos áudios não causam qualquer tipo de prejuízo e/ou desconforto para os participantes da pesquisa. Durante qualquer etapa (antes, durante ou após o preenchimento dos instrumentos), você possui o direito de recusar-se a participar da pesquisa ou retirar seu consentimento, sem penalidades ou prejuízos pessoais. Os dados que serão coletados farão parte de um relatório geral de pesquisa e não serão utilizados individualmente para qualquer outra finalidade administrativa ou comercial, sendo mantido o seu anonimato durante todas as fases da pesquisa, inclusive na publicação dos resultados. As informações identificadas com o seu nome serão acessadas apenas pelo responsável e pela equipe do projeto (cujos nomes estão no início deste documento). Ainda assim, como sabemos que pessoas mal-intencionadas podem tentar invadir arquivos físicos e eletrônicos e consultar os documentos da pesquisa sem consentimento dos pesquisadores, esteja ciente de que pode haver quebra de sigilo involuntário e não intencional. Os dados poderão ser utilizados em pesquisas futuras que sejam relacionadas com ao tema da presente pesquisa, não sendo utilizados para outras finalidades.

A qualquer momento durante a resposta às perguntas e a gravação dos áudios, assim como em momento posterior ou anterior à participação, você poderá entrar em contato com qualquer um dos pesquisadores da

equipe para quaisquer esclarecimentos acerca da pesquisa. Os telefones para contato e os respectivos links para os currículos Lattes da equipe do projeto são:

1- Maximiano Lins Prates – (21) 97307-9339 // (22) 99982-3639

Link para currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1912469780464946>

2- Professora Dra. Michelle Cristina – (21) 99314-0147

Link para currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6700324660266268>

3- Professor Dr. Daniel Fonseca de Andrade – (21) 98141-3221

Link para currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7825501663911868>

Para maiores esclarecimentos, você poderá entrar em contato também com o Programa de Pós-Graduação em Ecoturismo e Conservação – PPGEC, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO (RJ):

End. Av. Pasteur, 458 / Prédio do IBio / sala 506-A

Fone: (21) 2542-4278

E-mail: ppgec@unirio.br

Horário de funcionamento da secretaria: 3ª e 6ª, das 15h às 20h.

Ao consentir sua participação, você declara que autoriza a sua participação no projeto de pesquisa e que seus dados coletados serão utilizados como parte de um relatório de pesquisa científica. Você também declara de que foi informado, de forma clara e detalhada, dos objetivos e dos procedimentos a serem utilizados para a coleta de dados, assim como esclarecido o fato de que sua participação sigilosa não acarretará nenhum prejuízo para a sua situação profissional e pessoal.

Recebi as informações sobre os objetivos da pesquisa de forma clara e concordo em participar do estudo “Vivências com a Natureza: uma proposta de guiamento turístico em áreas naturais”.